

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

SUYANE CAMPOS PEREZ

Programa Bolsa Família e mercado de trabalho para
mulheres – um estudo exploratório no município de
Alegrete/RS.



NITERÓI, RJ
2017

SUYANE CAMPOS PEREZ

**Programa Bolsa Família e mercado de trabalho para
mulheres – um estudo exploratório no município de
Alegrete/RS**

Tese apresentada ao Programa de
Estudos Pós- Graduação em Política
Social da Faculdade de Serviço Social
da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial à obtenção do
título de Doutora em Política Social

Orientadora:

Profa. Dra. Rita de Cássia Santos Freitas

Niterói, RJ
Setembro/2017

P438 Perez, Suyane Campos.

Programa Bolsa Família e mercado de trabalho para mulheres - um estudo exploratório no município de Alegrete/RS / Suyane Campos Perez. – 2017.

205 f. ; il.

Orientadora: Rita de Cássia Santos Freitas.

Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social, 2017.

Bibliografia: f. 182-194.

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Mulheres. 3. Mercado de trabalho. I. Freitas, Rita de Cássia Santos. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

SUYANE CAMPOS PEREZ

**Programa Bolsa Família e mercado de trabalho para
mulheres – um estudo exploratório no município de
Alegrete/RS**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Política Social.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Profª Drª Rita de Cássia Santos Freitas- Orientadora - (UFF)

Profª Drª Carla Cristina Lima Almeida - (UERJ)

Profª Drª Adriana de Andrade Mesquita - (UVA)

Profª Drª Mônica de Castro Maia Senna - (UFF)

Profª Drª Luciene Burlandy Campos de Alcântara - (UFF)

Niterói, RJ
Setembro/2017

*Aos meus pais João Roberto e Suely
e ao meu querido irmão Rafael.*

Agradecimentos

A Deus e Nossa Senhora por terem me dado forças para continuar e ir para frente sem me fatigar.

Aos meus pais Suely e João Roberto, meu irmão Rafael, cunhada Paula e minha avó Silvia pelo carinho e pelo amor incondicional que todos têm por mim e por terem apoiado todas as decisões que tomei durante toda a minha vida. Amo vocês!

Ao meu esposo Juliano por ter acompanhado todas as etapas deste estudo me dando sempre força e incentivo. Por partilhar momentos de alegrias, tristezas, incertezas, certezas. Muito obrigada por tudo! Amo você!

À Kazienko, Edla, Raquel, Ciro e Maria Fernanda pelos ricos momentos que passamos juntos e pelo incentivo ao longo desse processo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo financeiro ao longo desses anos de estudo.

Aos professores da Pós-Graduação em Política Social da UFF, Mônica, Nívia, Lenaura, André e João pelo conhecimento transmitido e pelos bons momentos de reflexão em sala de aula.

À professora Luciene Burlandy por ter acompanhado uma parte significativa da trajetória deste estudo e pelas ricas sugestões que fizeram enriquecer a análise deste trabalho.

À professora Cenira por partilhar a sua sabedoria durante a minha jornada acadêmica. Obrigada por tudo!

À professora Rita de Cássia Santos Freitas por ter me aceitado como orientanda, por acreditar em mim e por mostrar que ainda existem pessoas que são como anjos em nossa vida.

Às amigas de longa caminhada Emília, Fátima e Verônica pela amizade que se fortalece a cada dia, apesar da distância.

Às amigas Ana Lole, Débora e Roberta pelo companheirismo e pelas sábias palavras ditas nos momentos em que mais precisei de vocês. Muito Obrigada por tudo queridas.

Às gestoras e coordenadoras do PBF em Alegrete por acreditar e confiar no trabalho desenvolvido e por estarem sempre dispostas em ajudar-me.

Às mulheres alegretenses que abriram as portas de suas casas e desvendaram as perguntas desta pesquisa.

Posso ir muito além de onde estou.
Posso voar e subir sem me cansar.
Ir para frente sem me fatigar. Vou
com asas, como águia, pois confio
no Senhor! (Celina Borges)

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar como o Programa Bolsa Família, por meio das ações complementares, afeta as condições de inserção das mulheres beneficiárias no mercado de trabalho no município de Alegrete/ Rio Grande do Sul. Uma vez que a mulher é a titular preferencial do PBF, este estudo propõe analisar os elementos que afetam a possibilidade de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, como também procura identificar a existência de mecanismos de proteção social que favoreçam esse processo. Neste trabalho é utilizada a metodologia qualitativa. Os métodos conjugam a análise de dados secundários e entrevistas realizadas com as mulheres beneficiárias e com as gestoras e coordenadoras do PBF, além de um estudo nos documentos oficiais do programa visando constatar o papel atribuído à mulher no PBF, as atividades que lhes são destinadas, bem como as ações que são previstas no programa e que podem influenciar as possibilidades de sua inserção no mercado de trabalho. Por meio das entrevistas, identifica-se a experiência das gestoras e das coordenadoras no âmbito da execução do PBF e das ações complementares e, nas entrevistas com as mulheres procura-se entender como o PBF, por meio das ações complementares, contribui para a inserção das mesmas no mercado de trabalho. Os resultados evidenciam que compreender a inserção das mulheres no mercado de trabalho demanda um conjunto de fatores sociais e políticos, como também prevê uma articulação entre as políticas sociais que estão para além das propostas oferecidas em torno do PBF e das ações complementares e, indicam a importância de se construir políticas de gênero para que efetivamente se garanta a cidadania plena das mulheres.

Palavras- chave: Programa Bolsa Família; Ações Complementares; Mulheres e Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze how the Bolsa Família Program, through complementary actions, affects the conditions of insertion of beneficiary women into the labor market in the city of Alegrete / Rio Grande do Sul. Since the woman is the preferred holder of the PBF, this study proposes to analyze the elements that affect the possibility of insertion of these women into the labor market, as well as to identify the existence of social protection mechanisms that favor this process. In this work the qualitative methodology is used. The methods combine the analysis of secondary data and interviews with the beneficiary women and with the managers and coordinators of the PBF, as well as a study in the official documents of the program to verify the role assigned to women in the PBF, the activities assigned to them, as well as the actions that are foreseen in the program and that can influence the possibilities of their insertion in the labor market. Through the interviews, the experience of the managers and the coordinators in the scope of the implementation of the PBF and the complementary actions is identified and, in the interviews with the women, it is tried to understand how the PBF, through the complementary actions, contributes to the insertion in the labor market. The results show that understanding the insertion of women in the labor market demands a set of social and political factors, but also foresees an articulation between the social policies that are beyond the proposals offered around the PBF and the complementary actions and, indicate the importance of building gender policies so that women's full citizenship can be effectively guaranteed.

Keywords: Bolsa Família Program; Complementary Actions; Women and the Labor Market

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Foto do Museu Gaúcho, Arquivo Histórico e Memorial de Alegrete.....p.76
- Figura 2 - Mapa de alguns municípios do Estado do Rio Grande do Sul.....p.78
- Figura 3 - Foto da Ponte sobre o Rio Ibirapuitãp.85
- Figura 4 - Instituto Estadual de Educação Osvaldo de Aranha.....p.86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População por sexo em Alegrete- 2010	p.89
Gráfico 2 - Crescimento da população e números de domicílios entre os anos de 1970 e 2010 em Alegrete	p.90
Gráfico 3 - Situação dos domicílios em Alegrete - 2010.....	p.91
Gráfico 4 - Domicílios particulares e a classe de rendimento nominal mensal domiciliar per capita em 2010	p.91
Gráfico 5 - A estrutura da rede socioassistencial de Alegrete- 2015	p.96
Gráfico 6 -Distribuição percentual da população ocupada por nível de instrução: Sem instrução e com ensino fundamental incompleto- 2010	p.101
Gráfico 7 - Distribuição percentual de homens e mulheres ocupados no mercado de trabalho, pela carteira assinada de trabalho e sem carteira de trabalho assinada- 2010	p.103
Gráfico 8 - Distribuição percentual das mulheres empregadas no mercado de trabalho com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada, segundo a cor ou raça- 2010	p.104
Gráfico 9 - Distribuição percentual de homens e mulheres ocupados no mercado de trabalho, segundo setores de atividade- 2010.....	p.105
Gráfico 10 - Distribuição percentual de homens e mulheres ocupados no mercado de trabalho, segundo o setor doméstico- 2010	p.106
Gráfico 11- Organização do conteúdo das entrevistas com as gestoras/coordenadoras do PBF em seus respectivos setores	p.121
Gráfico 12 - Organização dos eixos das entrevistas realizadas com as mulheres	p.123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distritos e subdistritos de Alegrete.....	p.88
Tabela 2 - Números de estabelecimentos de ensino em Alegrete - 2015	p.94
Tabela 3- Rede de Atenção à Saúde no município de Alegrete- 2014-2017.....	p.94
Tabela 4 - Total de famílias e sexo do responsável pela família - 2010.....	p.97
Tabela 5 - Sexo do responsável pela família pelo tipo de família casal sem filhos e casal com filhos- 2010.....	p.98
Tabela 6 - Sexo do responsável pela família pelo tipo de família sem cônjuge e com filhos - 2010.....	p.99
Tabela 7 - Total de mulheres responsáveis pela família por tipo de família sem cônjuge e com filhos por tipo de cor ou raça - 2010	p.100
Tabela 8 - Distribuição percentual da população ocupada por nível de instrução: Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto; Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto; Ensino Superior Completo- 2010.....	p.102
Tabela 9 - Famílias que recebem o PBF e encontram-se na condição de extrema pobreza.....	p.113
Tabela 10 - Famílias que recebem o PBF e encontram-se na condição de pobreza.....	p.114
Tabela 11 - Cursos oferecidos na modalidade da Inclusão Produtiva no ano de 2015.....	p.117
Tabela 12 - Cursos oferecidos na modalidade da Inclusão Produtiva no ano de 2016.....	p.118
Tabela 13 - Perfil das gestoras entrevistadas.....	p.120
Tabela 14- Perfil das mulheres entrevistadas.....	p.146

LISTA DE SIGLAS

ACAM-RJ- Associação Carioca de Assistência à Mucoviscidose do Rio de Janeiro

ACESSUAS-TRABALHO - Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho.

BPC- Benefício de Prestação Continuada

BSM- Plano Brasil Sem Miséria

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREA-RS- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CF- Constituição Federal

FEEDADOS- Fundação Econômica de Estatística.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFF- Instituto Federal Farroupilha

IGD- Índice de Gestão Descentralizada

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

NIS- Número de Identificação Social

PBF- Programa Bolsa Família

PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD- Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PGRM- Programa de Garantia de Renda Mínima

PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RASEAM- Relatório Anual Socioeconômico da Mulher

RS- Rio Grande do Sul

SAGI- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENARC- Secretaria Nacional de Renda e Cidadania

SUS- Sistema Único de Saúde

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

TCR- Transferência Condicionada de Renda.

UERGS- Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UNIPAMPA- Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.18
CAPÍTULO I- PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: refletindo desafios e possibilidades.....	p.29
1.1- Mulheres e Mercado de trabalho: situando a sua inserção no contexto brasileiro.....	p.29
1.2- Programa Bolsa Família e Mulheres: possibilidades de inserção no mercado de trabalho?.....	p.41
1.2.1- Avaliações em torno do Programa Bolsa Família: avanços e desafios.....	p.48
1.2.2- PBF e Ações complementares: aspectos introdutórios.....	p.52
CAPÍTULO II- A FAMÍLIA ENQUANTO LÓCUS DE PROTEÇÃO SOCIAL: refletindo a relação entre o Estado e a família no contexto brasileiro.....	p.56
2.1- Famílias e redes sociais: como pensar a proteção social no Brasil?.....	p.57
2.2- Famílias, Mulheres e Política Social: um debate relevante.....	p.63
2.3- Análise documental: o que os documentos apontam na relação entre o Programa Bolsa Família e as mulheres beneficiárias?.....	p. 67
CAPÍTULO III- ALEGRETE: nas trilhas da sua história e do seu contexto social.....	p.73
3.1- Percorrendo o contexto histórico de Alegrete.....	p.76
3.2- Alegrete: suas características demográficas e seu cenário social.....	p.88
3.2.1- Mulheres alegretenses: aproximando de suas realidades.....	p.97
CAPÍTULO IV- APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS: o percurso da pesquisa.....	p.108
4.1- A Metodologia da pesquisa.....	p.108
4.2- A Trajetória da pesquisa: o campo empírico.....	p.111
4.2.1- A aproximação com as gestoras e com as coordenadoras do PBF.....	p.119
4.2.2- A aproximação com as mulheres.....	p.121

CAPÍTULO V: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, AÇÕES COMPLEMENTARES E MERCADO DE TRABALHO: uma análise sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho em Alegrete.....	p.124
5.1- Programa Bolsa Família e Ações Complementares: a visão das gestoras e das coordenadoras no âmbito da execução desses programas.....	p.124
5.2- Ações Complementares e Mercado de trabalho: o olhar das mulheres em Alegrete.....	p.145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.182
ANEXOS.....	p.195
ANEXO 1.....	p.196
ANEXO 2.....	p.199
ANEXO 3.....	p.201
ANEXO 4.....	p.202
ANEXO 5.....	p.203
ANEXO 6.....	p.204
ANEXO 7.....	p.205

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado intitulada Programa Bolsa Família e mercado de trabalho para as mulheres: um estudo exploratório no município de Alegrete/ RS tem como objetivo analisar como este programa¹, por meio das ações/programas complementares, afeta as condições de inserção das mulheres beneficiárias no mercado de trabalho no município de Alegrete.

Como forma de alcançar o objetivo proposto procuramos identificar quais são os mecanismos, seja no âmbito da esfera pública, ou da esfera privada, acessados pelas mulheres para que as mesmas consigam se inserir no mercado de trabalho.

O interesse pelo objeto de estudo surge a partir do momento em que aproximei das temáticas de famílias, gênero, mulheres e distintas formas de proteção social que marcam fortemente a minha formação acadêmica nos estudos realizados na graduação, no mestrado e na docência.

As reflexões sobre esses temas iniciam-se a partir do momento em que aprofundi o conhecimento sobre maternidade e espaço público. A minha trajetória profissional, em torno desta temática, começa a partir do estágio realizado na Associação Carioca de Assistência a Mucoviscidose do Rio de Janeiro (ACAM-RJ), durante os anos de 2006 e 2007. Nesse período pude acompanhar o trabalho desta associação composta principalmente por mães que possuem filhos portadores de fibrose cística². Nesta fase, busquei conhecer melhor a realidade vivenciada pelas mesmas, bem como suas lutas em diferentes formas de reivindicar os direitos de seus filhos. Em dois trabalhos descrevo esta experiência: (1) no Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em janeiro de 2008, estudei questões referentes à organização das mães da ACAM-RJ e as diferentes formas de inserção destas mulheres no espaço público e (2) na dissertação de mestrado, em 2010, analisei a luta das

¹ O Programa Bolsa Família foi implementado em 20 de outubro de 2003 e é um programa destinado às famílias que se encontram na condição de pobreza e extrema pobreza, tendo obtido centralidade na proteção social brasileira nos últimos anos. Cabe ressaltar que maiores aprofundamentos sobre o programa será explicitado no capítulo 1.

² A Fibrose Cística (mucoviscidose) é uma doença hereditária e que causa o mau funcionamento de certas glândulas do corpo. Nessa doença as glândulas exócrinas produzem um muco pegajoso e espesso que afeta o bom funcionamento de alguns sistemas do corpo humano. Também é chamada de doença do beijo salgado, pois em função de problemas na troca celular entre sódio e cloro, o suor do corpo torna-se mais salgado.

mães da ACAM-RJ pela efetivação de direitos para os seus filhos, no campo da saúde.

Posso dizer que assim se efetiva minha inserção nos estudos de famílias, gênero e redes de proteção social. Nesses trabalhos identifico como a maternidade foi um elemento propulsor para que essas mulheres, por meio de sua organização, formassem redes que conseguiram impactar no tratamento da fibrose cística, ou seja, na efetivação de políticas públicas para este público³.

Foi importante, nesse contexto, recorrer ao conceito “sair”, criado pela historiadora Michelle Perrot como um elemento relevante na análise da relação entre o espaço público e o privado: “Sair fisicamente, penetrar em lugares proibidos, como um café, um comício, uma viagem. Mas, sair também moralmente, recusando papéis que lhes eram atribuídos” (PERROT, 1991, p.503). É nesse sentido que identifiquei como a maternidade articulava a dimensão pública e privada, pois o fenômeno da falta de medicamentos, que agravava a saúde de seus filhos, tornou-se um tema de relevância pública. Uma vez que essas mães - por conta da construção social dos gêneros⁴ - se sentiam estritamente responsáveis pelo cuidado dos mesmos e temiam a ocorrência de algo mais grave, promoveram uma grande articulação em suas lutas. Assim, essas mulheres, politizaram seus interesses e canalizaram suas demandas para a sociedade, cobrando das instituições públicas soluções para a proteção social de seus filhos.

É a partir desta experiência adquirida que proponho nesta tese estudar outro lugar assumido pelas mulheres, agora enquanto beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), buscando entender como o programa, por meio das ações complementares, afeta as condições de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho em um município da região do pampa gaúcho chamado Alegrete.

³ A complexidade em lidar com essa doença e, principalmente, a dificuldade de comprar os remédios, muito caros, atuou como um catalisador para o processo de organização dessas mães. Um exemplo dessas lutas foi a manifestação ocorrida no dia 05 de setembro de 2006. Este dia foi escolhido pelas mães para realizar um ato público, pois nele se comemora o Dia Nacional de Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística. No dia 29 de agosto de 2001 o ministro da Saúde José Serra assinou uma portaria criando o Dia Nacional de Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística. Assim, com a implementação desta portaria n°. 822 de 06/06/2001-GM/MS a fibrose cística passa a ter apoio da esfera governamental.

⁴ Para maiores aprofundamentos sobre o conceito de gênero, ver Louro (2008); Saffioti (1994); Scott (1990) dentre outros.

Desde o final da década de 1980 e no decorrer da década de 1990, percebemos a implementação de estratégias de enfrentamento da pobreza, com diferentes perfis e tipos de intervenção, por meio dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) que foram instituídos na década de 1990, não somente no Brasil, mas em muitos países latino americanos. O objetivo principal é combater a pobreza por meio da transferência direta de renda para as famílias combinadas, em muitos contextos, com uma agenda de condicionalidades que em geral inclui serviços de saúde, educação e mais recentemente de assistência social. Sendo que é no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que vem sendo implementados os principais programas de combate à pobreza no Brasil.

A família passa a ser a unidade básica de atenção dos programas TCR e não mais o indivíduo e a maioria desses programas institui a titularidade feminina no recebimento do benefício que segundo Mioto (2009, p.144): “a família alça um lugar central no âmbito dos Programas de Transferência de Renda que marca a centralidade no próprio nome - Bolsa Família”.

Em 2003, temos a implementação do PBF que vem sendo considerado o maior programa de TCR implementado no país até então, especialmente em termos de cobertura.

O PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O benefício é concedido pela transferência monetária direta para as famílias, com articulação entre as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação. O público alvo preferencial para o recebimento do benefício em nome da família é a mulher, a partir do pressuposto de que ela exerce um papel estratégico na “condução” do lar (MDS, 2007).

O Cadastro Único⁵ para programas sociais do governo federal é um instrumento de base nacional utilizado para realizar o cadastramento das

⁵ Os principais programas que atendem os usuários do cadastro único são: o PBF, o Benefício de Prestação Continuada, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida, Telefone Popular, Carteira do Idoso, Aposentadoria para as pessoas de baixa renda, Insenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos, Programa Cisternas, Água para Todos, Bolsa Verde, Bolsa Estiagem, Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais, Programa Nacional de Reforma Agrária, Programa Nacional de Crédito Fundiário, Crédito

famílias em situação de pobreza a partir dos dados socioeconômicos. Para inserção das famílias no Cadastro Único leva-se em consideração a renda mensal per capita, que deve ser de meio salário mínimo por pessoa. As famílias com renda mensal total de até três salários mínimos também são incluídas no cadastro, como também as famílias com renda maior que três salários mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo.

Segundo os dados do MDS (2016), o PBF atende 14 milhões de famílias e atinge cerca de 50 milhões de pessoas em todo o Brasil. A gestão do PBF é feita de forma descentralizada com a participação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, numa perspectiva de que estas unidades federadas arquem com a divisão de recursos e prestação de serviços. São previstos também programas complementares⁶ em articulação com a TCR, que visam fortalecer os processos de geração de emprego e renda, e podem, indiretamente, contribuir para a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Para analisar de que forma o PBF pode afetar a condição de inserção das mulheres no mercado de trabalho torna-se fundamental compreender, mesmo que sucintamente, o conceito de pobreza.

Segundo Rocha (2003) a pobreza deve ser considerada a partir das dimensões objetivas e subjetivas do fenômeno, como também pelas especificidades culturais, sociais e as características do processo de desenvolvimento de cada contexto geopolítico e territorial que formam diferentes perfis de pobreza. Este conceito faz-se fundamental quando analisamos o contexto das famílias pobres e extremamente pobres, como as atendidas pelo PBF.

A questão da pobreza vem sendo amplamente debatida no meio acadêmico e, no caso brasileiro, está intimamente relacionada com o quadro de desigualdades sociais. A variável renda tem sido amplamente utilizada para mensurar os níveis de pobreza, apesar de reconhecermos que a pobreza não se limita ao déficit de renda. Ou seja, para avaliar as linhas de pobreza o

Instalação, Carta Social, Serviços Assistenciais, Programa Brasil Alfabetizado e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). (MDS, 2017).

⁶ Segundo Quinhões e Fava (2010) os programas e as ações complementares têm por objetivo contribuir para a inclusão socioeconômica das famílias pobres e extremamente pobres.

critério da renda ajuda a identificar os aspectos de desigualdade social e de exclusão social, porém este critério deve ser questionado como único balizador devido às fragilidades relacionadas com a utilização desta variável.

Compreendemos que a pobreza é um fenômeno multidimensional e que as “necessidades”, mesmo aquelas consideradas “básicas” que são comumente utilizadas para caracterizar a pobreza, são diversas pela própria heterogeneidade dos contextos e do conjunto de variáveis relevantes para o bem estar de indivíduos e grupos sociais. Desta forma, a renda por si só não expressa o conjunto de condições diferenciadas que as famílias e indivíduos enfrentam, não apenas para gerar renda, mas também para utilizar a renda disponível.

Segundo Sen (2000) essas variações que afetam as possibilidades de utilização da renda existente são condicionadas por meio de diversos fatores como: a idade das pessoas (como no caso dos idosos que possuem demandas específicas de cuidado com a saúde que ocasionam gastos específicos), pelos papéis sociais (obrigações familiares, responsabilidade com a maternidade), pela localização das famílias (propensão a inundações ou secas, violência etc.), pelo quadro de morbidade e mortalidade, dentre outros (AZEVEDO e BURLANDY, 2010).

Portanto, uma concepção ampliada da pobreza implica considerar não apenas a falta de renda, mas um conjunto de necessidades e fatores que contribuem para o bem estar social e para garantia de condições dignas de vida alcançada, inclusive, por meio de direitos universais. De igual modo, implica analisar com profundidade os contextos locais para que possamos identificar as especificidades dos fatores que podem estar contribuindo para que os direitos sejam violados. Isto se torna especialmente relevante em países tão heterogêneos e marcados por profundas desigualdades sociais como o Brasil.

Um conjunto de fatores de ordem econômica, política, social, cultural, de acesso aos direitos e políticas públicas, como os serviços de educação e saúde, os direitos políticos e civis, a assistência social, a participação na vida em comunidade, o acesso ao crédito e à terra, o tipo de emprego (formal ou informal) podem condicionar o cenário local de pobreza (SEN, 2000). Os

próprios valores sociais vigentes contribuem para a perpetuação da pobreza e das desigualdades ao favorecerem diferentes tipos de discriminação por gênero, raça, etnia, dentre outros, que estão em muitos casos associados a “aceitação” de violações de direitos, de concentração de renda, de terra, de salários, de condições diferenciadas de acesso à bens e serviços e inclusão no mercado de trabalho (AZEVEDO e BURLANDY, 2010).

Consequentemente, o enfrentamento da pobreza, com base nessa concepção ampliada, remete a necessidade de ações que sejam capazes de abordar de forma integral o problema e de afetar suas múltiplas dimensões, não apenas a falta de renda. Isto é particularmente relevante para o PBF e para a proposta de articulação da transferência de renda com outras ações previstas nos programas complementares. Se tais ações não forem implementadas de forma integrada e convergente, se não responderem as demandas diferenciadas dos diferentes segmentos atendidos pelo programa e se não forem adequadas ao contexto local, no caso do município de Alegrete, dificilmente irão contribuir para o enfrentamento do quadro de pobreza.

Porém, torna-se importante ressaltar que o PBF tem como critério de elegibilidade a renda per capita e o recorte da linha de pobreza está baseado na renda das famílias beneficiárias. Com isso, reconhecemos a proposta do programa, mas devemos compreender que deve haver uma articulação, do PBF, com outras políticas sociais para que se possa impactar, de modo mais eficaz, a condição de pobreza das famílias beneficiárias.

Considerando que a pobreza é um fenômeno heterogêneo e diverso, o município de Alegrete, pelas próprias características de sua constituição histórica, favorece uma análise de múltiplos fatores que podem afetar o cotidiano de vida das famílias pobres. Neste município há uma diversidade de grupos sociais que se encontram em situação de pobreza ou de extrema pobreza que inclui os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos e outros segmentos. Apesar dessa diversidade, esta tese tem por objetivo analisar como o PBF, por meio das ações complementares, pode afetar as condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Logo, o público alvo desta pesquisa são as mulheres, do meio urbano, que recebem ou já receberam o PBF e que participaram de algum curso oferecido no âmbito das ações

complementares.

Desse modo, a análise dos fatores que condicionam a inserção das mulheres beneficiárias pelo PBF no mercado de trabalho implica considerar a realidade vivida cotidianamente por essas mulheres e suas famílias e os processos que potencializam e que limitam sua inserção na própria vida pública. (SUAREZ, M et al. 2006).

Diversos estudos como Carloto (2006); Carloto e Mariano (2010); Melo (2005); Mesquita e Freitas (2013); Mito (2009); Soares e Oliveira (2004), Soares (2008), dentre outros indicam o contexto de múltiplas demandas que se colocam para estas mulheres, e que envolvem diversas atividades, como, por exemplo, cuidado com os filhos, seja no âmbito doméstico ou fora dele, processos de trabalho dentro e fora do domicílio, além das relações sociais e afetivas. Tais limitações estão vinculadas com a questão de gênero, pois esta categoria de análise está diretamente relacionada aos papéis familiares que embasam o dia-a-dia das mulheres.

Segundo o relatório de políticas e programas elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), no ano de 2007 o impacto do PBF na condição social das mulheres repercutiu de três formas: a primeira diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho e ao consumo, a segunda na afirmação da autoridade feminina no espaço doméstico e, por fim, a percepção das mulheres de fazer parte do processo de cidadania. Segundo o MDS, a partir do momento que o PBF exige das mulheres a necessidade de ter os documentos necessários para o cadastramento, ele contribui para que se sintam inseridas num contexto social mais amplo (MDS, 2007).

Outros estudos analisam de forma mais específica as repercussões do programa nas relações de gênero indicando que há um reforço dos papéis ditos “femininos”, o que acaba contribuindo para o processo reprodutivo das relações sociais, tais como: cuidar da casa; dos filhos; ter as obrigações de levar para a escola, para o médico, dentre outras atividades (CARLOTO e MARIANO, 2009).

O presente estudo parte do pressuposto que as diversas repercussões possíveis do PBF na vida destas famílias podem afetar de forma muito distinta

o conjunto de demandas que são postas para as mulheres, bem como suas possibilidades de desempenharem as atividades cotidianas e a sua inserção no mercado de trabalho. Esta distinção depende em grande medida da rede de proteção social na qual essas mulheres estão inseridas (para além do PBF em si) incluindo as redes governamentais e as redes sociais de apoio, como também as dinâmicas familiares e de gênero específicas de cada grupo social.

Outro pressuposto é que o PBF pode afetar as demandas de atividades sobre as mulheres, seja pela via das condicionalidades, seja pelas repercussões nas relações mais amplas das mulheres dentro da família. Por outro lado, pode favorecer a inserção em redes de proteção social caso o município tenha esta oferta, caso priorize os usuários do PBF para inserção nos programas sociais existentes e também pode proporcionar a inserção no mercado de trabalho, caso os programas complementares estejam sendo implementados.

Dessa forma, esta tese tem os seguintes objetivos específicos: identificar os arranjos familiares construídos no contexto de pobreza no município de Alegrete; conhecer as redes de proteção social primárias e secundárias acessadas pelas mulheres; compreender como as mulheres utilizam os recursos do PBF; examinar as repercussões das condicionalidades no cotidiano de vida das mulheres e, identificar se - e como- as ações complementares viabilizam o acesso dessas mulheres no mercado de trabalho.

Como forma de atingir os objetivos propostos, utilizamos o conceito de proteção social, cujos mecanismos e formatos vêm sendo historicamente condicionados na relação entre Estado e sociedade civil.

Desse modo, a família torna-se um elemento fundamental para pensar as atuais formas de proteção social, principalmente no contexto de reconfiguração das atribuições impostas para os seus, incluindo aquelas que vêm sendo assumidas pelas mulheres dentro e fora deste espaço. Neste sentido, as mulheres pobres para garantir a sua sobrevivência, precisam trabalhar e ao mesmo tempo cuidar de seus filhos e, neste cenário, as redes de apoio assumem relevância.

Woortmann (1987) e Sarti (2003), em estudos hoje "clássicos", relatam que são as mulheres pobres que, na maioria das vezes, garantem o sustento

familiar, pois são elas que recorrem à rede de parentesco, formam redes entre elas mesmas e até mesmo com as famílias dos maridos para poderem contar com apoio material, moral e de trocas de favores. Estes autores destacam que a formação das redes sociais nas famílias pobres é uma forma de garantir a sobrevivência e, essa estratégia atua como um mecanismo muitas vezes substituto ou complementar das redes secundárias – e são as mulheres que fazem a articulação entre essas distintas redes.

Logo, cabe analisar como o PBF pode afetar esse cenário no município de Alegrete. No setor do ACESSUAS⁷ identificamos as mulheres que tinham participado das ações complementares, no âmbito da inclusão produtiva. Por meio desta pesquisa, optamos por privilegiar o seguinte recorte de pesquisa: entrevistar mulheres, do meio urbano, que possuem filhos, que recebem/ ou já receberam o PBF e que participaram de pelo menos um curso oferecido pelas ações complementares.

E, para dar conta dos objetivos propostos esta tese está estruturada da seguinte forma: No primeiro capítulo analisamos as potencialidades do Programa Bolsa Família para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Sendo assim, discorreremos os principais marcos históricos que fizeram com que as mulheres, na sociedade brasileira, se inserissem no mercado de trabalho, e também identificamos como se deu essa inserção, ou seja, apontamos as lacunas presentes no âmbito da proteção social brasileira para que essas mulheres pudessem sair para o espaço público. Posteriormente, examinamos como as mulheres que estão na condição de pobreza e extrema pobreza se inserem no mercado de trabalho. Desta maneira, procuramos compreender através de uma revisão bibliográfica, se o PBF, por meio das ações complementares, viabiliza a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. Assim, este capítulo tem por objetivo situar o objeto de estudo.

No segundo capítulo, apresentamos um breve debate em torno das composições familiares presentes no contexto brasileiro, ou seja, coube a

⁷ O Ministério do Desenvolvimento Social (2017) define que o ACESSUAS é um Programa de Promoção de Acesso ao Mundo do Trabalho que busca a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por meio da integração ao mundo do trabalho. A iniciativa faz parte de um conjunto de ações de articulação de políticas públicas e de mobilização e também de encaminhamento e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade/ risco social para acesso à oportunidades de trabalho e emprego.

seguinte indagação: o que entendemos por família? Por meio deste questionamento compreendemos que pensar em famílias é refletir as transformações sociais que vêm ocorrendo no cenário contemporâneo, já que estas transformações incidem na forma pela qual as famílias vêm se configurando no decorrer do tempo.

Assim, procuramos dar um enfoque na realidade das famílias pobres e articulamos essa discussão com a formação das redes sociais, uma vez que as formas de proteção social se estendem para além do espaço público. Outro elemento que enfatizamos, neste capítulo, foi a relação entre famílias, políticas sociais e mulheres tendo como principal foco de análise a política de assistência social e, concluímos com a análise a partir dos documentos elaborados pelo PBF que teve como objetivo identificar o papel das mulheres no âmbito do PBF, principalmente no que diz respeito às atribuições impostas para as mulheres nesse contexto.

No terceiro capítulo, expomos as especificidades sociais e culturais do município de Alegrete/RS situando a sua história e o seu cenário atual que impactam, de forma direta, na vida das mulheres entrevistadas e da população como um todo. Para esta análise foi necessário realizar uma pesquisa na base de dados do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE) e no sítio da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEEDADOS), que reúne informações de natureza socioeconômica do Rio Grande do Sul e dos municípios do RS. Cabe destacar que fomos no acervo cultural do município de Alegrete com o propósito de conhecer a história e da cultura do povo gaúcho.

No quarto capítulo trabalhamos os aspectos metodológicos da pesquisa, ou seja, apresentamos a metodologia e os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa de campo e também mostramos como se deu a trajetória da pesquisa até chegar às mulheres que haviam participado de algum curso das ações complementares no âmbito da inclusão produtiva. Optamos, também, entrevistar as gestoras e coordenadoras do PBF em Alegrete para nos aproximarmos da realidade do programa, como também compreender a percepção delas acerca da implementação do PBF no município.

No quinto capítulo analisamos as entrevistas realizadas com as gestoras e coordenadoras do PBF que tem como objetivo identificar como elas avaliam a

execução do PBF e das ações complementares em Alegrete. Além disso, examinamos as entrevistas com as mulheres que teve como finalidade responder a pergunta desta tese: O PBF, por meio das ações complementares, consegue inserir as mulheres no mercado de trabalho? Sendo assim, o presente estudo traz elementos significativos para compreender que a inserção das mulheres no mercado de trabalho demanda um conjunto de fatores sociais e políticos, como também prevê uma articulação entre as políticas sociais que estão para além das proposta oferecidas em torno do PBF e das ações complementares. Por fim, nas considerações finais, traçamos algumas reflexões acerca da análise realizada.

CAPÍTULO I – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: refletindo desafios e possibilidades

Neste capítulo, examinamos, por meio da revisão bibliográfica, se e como o Programa Bolsa Família possibilita a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Dessa forma, procuramos no item 1.1 compreender, ainda que de forma introdutória, o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho no contexto brasileiro, tendo como marco os anos de 1980⁸. O objetivo desse item consiste em identificar os avanços e os limites dessa inserção no meio urbano. A partir dessa discussão trabalhamos a categoria de gênero enquanto um elemento importante de pensar a relação entre homens e mulheres no âmbito do mercado de trabalho, bem como identificar quais são os entraves encontrados pelas mulheres dentro e fora deste contexto.

Após esta primeira análise, discorreremos sobre o contexto social e político em que o Programa Bolsa Família foi implementado e assim dialogamos com as estratégias oferecidas pelo programa para que as famílias, ou mais especificamente para que as mulheres, consigam sair da condição de pobreza. O nosso foco de análise se concentra nas potencialidades que o programa oferece para a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

1.1- Mulheres e Mercado de Trabalho: situando a sua inserção no contexto brasileiro.

A análise da inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil indica relações importantes com os processos que historicamente contribuíram para configurar as desigualdades de gênero. Bruschini (1994) aponta que os

⁸ O motivo da escolha dos anos 1980 é por entendermos que marca um momento de inflexão na sociedade brasileira por meio do processo de democratização. E será, posteriormente, no anos 90 que se adensa a discussão acerca das políticas de transferência de renda não somente no Brasil, mas em muitos países da América Latina, cujo objetivo era enfrentar a pobreza.

principais elementos que fizeram com que as mulheres entrassem no mercado de trabalho foram: a necessidade de complementação da renda familiar condicionada por sua vez pelo aumento do grau da necessidade de consumo, a luta dos movimentos feministas pela inserção da mulher nos espaços públicos, e o aumento do grau de escolarização das mulheres, por meio do acesso das mulheres à universidade.

Contudo, é importante destacar que as mulheres pobres na maioria das vezes trabalham fora de casa; o que se tem como novidade a partir dos anos de 1970 é o ingresso cada vez maior das mulheres de classe média no mercado de trabalho. Segundo Bruschini (1994) neste período houve uma forte expansão da economia, um crescente processo de urbanização e este contexto favoreceu a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Segundo Melo (1998) entre 1970 e 1980 o emprego feminino cresceu cerca de 92%.

Na década de 1980 diante do cenário econômico de crise pelo qual passou o mercado de trabalho no Brasil, Lavinias (1996) ressalta algumas mudanças que impactaram na vida dos trabalhadores.

Forte retração do emprego formal, elevação do emprego informal, elevação do trabalho precarizado, terceirizado domiciliar e subcontratado aumentando a vulnerabilidade social, exigência por trabalhadores crescentemente capacitados mais especializados e ao mesmo tempo polivalentes e multifuncionais, fragmentação espacial das plantas das grandes empresas não mais circunscritas a países ou regiões o que redefine o papel do trabalhador coletivo de um ponto de vista material e simbólico etc. (LAVINAS, 1996, p. 172).

Diante deste cenário político e econômico, com a forte retração do Estado e do processo de flexibilização da economia, houve um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, principalmente para as mulheres do meio urbano. De acordo com Melo (2005) a inserção feminina no mercado de trabalho aconteceu em consonância com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e com o aumento das taxas de desemprego.

Bruschini (1994) destaca que a ampliação da atividade feminina na década de 1980 ocorreu primeiramente por parte das mulheres divorciadas, em segundo lugar pelas solteiras, sendo que as casadas apresentaram as taxas

mais baixa nesta participação. Outro elemento que elevou a participação destas mulheres neste período foi o aumento da escolaridade. Todavia, mesmo escolarizadas, as mulheres continuavam ocupando os cargos de prestação de serviços, no setor social, na agricultura, no comércio e na indústria e recebendo salários inferiores aos homens. Outro aspecto destacado pela autora diz respeito ao processo de urbanização que impõem mais custos para as famílias e, que conseqüentemente levou a mulher a se inserir no mercado de trabalho.

Segundo pesquisa realizada por Lavinias (1997), utilizando os dados da População Economicamente Ativa (PEA), o trabalho feminino nos anos de 1985 até 1995 continuava se concentrando nos seguintes setores: serviços pessoais, na administração pública, nos serviços de saúde, no ensino privado em geral e nos serviços comunitários.

Lavinias (1997) destaca que na década de 1990 houve uma retração da oferta de trabalho e um aumento da taxa do desemprego e estes fatores fizeram com que se acirrasse a competição entre homens e mulheres na busca por emprego. Conseqüentemente, as mulheres encontraram dificuldades de acessar empregos, pois os homens começaram a disputar com elas os mesmos postos de emprego. Lavinias (1996), em outro estudo sobre a competitividade da mulher no mercado de trabalho, aponta que houve um aumento do grau de informalidade do emprego entre 1990 e 1993 tanto para homens quanto para as mulheres.

Os fatores apresentados acima também estão relacionados com as estratégias construídas pelas famílias para conseguirem manter os seus rendimentos familiares. Segundo Montali (2006. p. 224): “para os trabalhadores e suas famílias a consequência mais evidente da precarização dos vínculos contratuais e da instabilidade no emprego é a queda do rendimento proveniente do trabalho e da renda familiar per capita, registrada nas estatísticas sociais”.

Com base nesse cenário, podemos compreender como se encontra a situação das mulheres a partir dos anos 2000, ou seja, o perfil de ocupação e os tipos de atividades laborais que elas estão assumindo, o grau de escolaridade, o tempo que se dedicam ao trabalho e as distintas remunerações entre homens e mulheres.

Segundo Leone e Baltar (2008) houve um crescimento expressivo do mercado de trabalho brasileiro a partir do grau de formalização do emprego, que segundo os dados apresentados pelos autores, extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD de 2004 e 2006, apontam que o emprego formal cresceu mais que o emprego informal. Esses dados retratam que a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu de forma mais significativa entre as mulheres do que entre os homens, porém a taxa de desemprego entre as mulheres aumentou mais que a dos homens neste mesmo período. Esses dados vão ao encontro dos estudos realizados por Fontoura e Gonzalez (2009), que constata que 9,6% das mulheres economicamente ativas em 2008 se encontravam desempregadas enquanto que os homens apresentavam um percentual de 5,2%.

É a partir dos anos 2000 que os estudos vêm evidenciando a participação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho. De acordo com os estudos elaborados por Montali (2006) sobre o mercado de trabalho na cidade de São Paulo, há mudanças de inserção das mulheres-cônjuges e mulheres-chefes no mercado de trabalho. A autora salienta que mais 40% das cônjuges estavam ocupadas neste período, indicando o aumento da cônjuge na participação da renda familiar. Já a participação das chefias femininas sem cônjuge teve um crescimento significativo assumindo no período compreendido entre 2000 e 2003 um percentual de 60%. Segundo Fontoura e Gonzalez (2009) a menor taxa de desemprego se encontra nas mulheres que assumem a posição de chefe de família ou cônjuge.

No entanto, não podemos deixar de compreender que a participação feminina no mercado de trabalho se dá de forma diferenciada da masculina, ou seja, apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho ainda há um longo caminho a ser percorrido pelas mulheres no acesso a uma melhor renda.

Enquanto que entre os homens quase a totalidade do mercado de trabalho por conta-alheia é constituído por emprego em estabelecimentos, no caso das mulheres em torno de um terço é emprego doméstico e mais de dois terços do emprego doméstico não têm a carteira assinada pelo patrão. Assim, o emprego doméstico continua sendo uma peculiaridade do trabalho feminino e, além disso, a informalidade marca mais o serviço doméstico do que as outras ocupações em estabelecimento. (LEONI E BALTAR, 2008, p.240).

Segundo Melo (2005) as mulheres estão concentradas em postos de trabalho menos qualificados que os homens e isso demonstra a precariedade do emprego pelo qual estas mulheres estão sujeitas, já que encontram-se concentradas em segmentos menos organizados da atividade econômica. As mulheres estão submetidas a contratos informais e estão mais expostas ao desemprego, pois a maior inserção delas se dá no setor de serviços: “80% delas estão ocupadas como professoras, serviços de saúde, comerciárias, cabeleireiras, manicures, funcionárias públicas, mas o contingente feminino mais importante está concentrado no serviço doméstico remunerado.” (MELO, 2005, p.18). Os dados do IBGE (2010) indicam que a maior participação das mulheres no agrupamento por atividades se concentra na administração pública e nos serviços domésticos. Os homens apresentam maior porcentagem na construção civil e na indústria.

Alguns autores, como Melo (1998), Fontoura e Gonzalez (2009), Leone e Baltar (2008), destacam que as diferenças salariais e de acesso a um melhor rendimento dizem respeito às diferenças existentes na divisão sexual do trabalho, uma vez que aos homens delega-se o trabalho de maior prestígio social e às mulheres o trabalho relacionado à esfera do cuidado. Melo (2005) ratifica esta questão: “olhando para a renda média notadamente que as mulheres auferem rendimentos de cerca de 70% dos masculinos e considerando a mediana estes ganhos são cerca de 66% dos recebidos pelo sexo masculino.” (MELO, 2005, p.34).

Segundo os dados apresentados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (2010) a média anual dos rendimentos dos homens e das mulheres ainda permanece desigual, pois as mulheres ganham em torno de 72,3% do rendimento recebido pelo homem, sendo que esse percentual em 2003 era de 70,8%, ou seja, aumentou a diferença entre os rendimentos com o passar dos anos.

De acordo com os dados do RASEAM (2013) a participação feminina no mercado de trabalho ampliou-se nos últimos anos, porém a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho ainda é colocada em xeque. Os dados apresentados pelo mesmo relatório também apontam que dentre as

peças economicamente ativas entre 16 e 59 anos, para os homens esta taxa de participação no mercado de trabalho corresponde a 86,5% enquanto que para as mulheres é de 74,5%. Os dados apresentados pelo RASEAM (2014) apontam que as taxas de participação no mercado de trabalho das mulheres correspondem a 64,2% e a dos homens 86,2%, ou seja, os homens continuam liderando as taxas de participação no mercado de trabalho.

Com o intuito de desmembrar mais a análise dos dados, o relatório de 2013 identifica que a população masculina ocupada corresponde a 45% dos homens que estão em empregos com carteira assinada, sendo que 25,4% são trabalhadores por conta própria. Estes dados se modificam em relação ao público alvo feminino onde a ocupação concentra-se mais nos trabalhos precários que: “abrangem cerca de 37% dessa população, considerando-se as empregadas domésticas sem carteira assinada (11,9%), as trabalhadoras domésticas (15,5%), as trabalhadoras na produção para o próprio consumo (5,1%) e as não remuneradas (4,4%)” (RASEAM, 2013, p. 44).

Outro dado importante apresentado por este mesmo relatório diz respeito a taxa de desocupação entre homens e mulheres, que encontra-se em 9,4% no caso das mulheres e em 5% no caso dos homens.

No que se refere a jornada de trabalho de homens e mulheres, Barros *et al* (2001) destacam que a jornada de trabalho das mulheres na década de 1990 era de, em média, cinco horas a menos que a dos homens.

Os dados apresentados acima corroboram com os estudos realizados por Fontoura e Gonzalez (2009) que salientam que o trabalho médio das mulheres em 2008 era de 35,2 horas semanais enquanto que dos homens era de 42,9 horas semanais. Segundo a análise dos autores o menor dispêndio para a realização nas jornadas de trabalho impacta na forma de acesso ao trabalho, como também na remuneração e na ascensão aos cargos.

Os dados apresentados pelo IBGE (2010) destacam que as mulheres trabalhavam em média 38,9 horas, ou seja, uma média inferior a dos homens em 4,6 horas.

Cabe ressaltar que os dados da Pesquisa Mensal de Empregos/IBGE (2010) apontam que as mulheres com 11 ou mais anos de estudo conseguem aumentar a média de horas trabalhadas semanalmente. Sendo que essa média

vem aumentando no decorrer dos anos, pois em 2003 elas possuíam 38,8 horas semanais e em 2009 essa média passou para 39,1.

Outra dimensão importante a ser destacada é a taxa de fecundidade. Ao longo do tempo o que se percebe é a gradativa queda desse índice. Melo (1998) ressalta que a participação feminina no mercado de trabalho também foi condicionada pela queda da fecundidade. Segundo os dados do RASEAM (2013) em 2001 a taxa de fecundidade no Brasil era de 1,95 filhos/as por mulher, o mesmo relatório destaca que esta taxa foi para 1,7 filhos/as por mulher em 2014. É importante ressaltar que as taxas de fecundidade com menor índice estão concentradas na região sul e sudeste, sendo que a região norte apresenta a maior taxa de fecundidade ficando em torno de 2,2 filhos/as por mulher.

Os dados apresentados pelo RASEAM (2014) destacam que um dos indicadores de permanência da mulher no mercado de trabalho diz respeito ao acesso às creches, sendo que somente 20,3% das mulheres que trabalhavam tinham acesso às creches. Segundo Melo (2005) é importante identificar que as famílias pobres e indigentes possuem um número significativo de crianças, se comparadas com as famílias não pobres. Com isso, é necessário que se tenha uma política de proteção às famílias pobres como a criação de creches, de restaurantes populares, dentre outros serviços que deem conta de garantir a inserção/permanência da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Soares (2008) o planejamento de políticas públicas para as mulheres deve considerar a questão dos afazeres domésticos, pois as mulheres que se dedicam a esta atividade estão desprotegidas em termos de aposentadoria. De acordo com Fontoura e Gonzalez (2009) entre 2001 e 2008 as mulheres gastavam cerca de 25,1 horas por semana com os trabalhos domésticos enquanto que os homens gastavam 10,0 horas semanais. Esta diferença faz com que as mulheres tenham jornadas de trabalho mais extensas apesar de trabalharem menos no mercado de trabalho formal.

Carloto e Gomes (2011) destacam que a divisão sexual do trabalho retrata a diferença entre as atribuições impostas para o gênero feminino e masculino na estrutura social e apontam que “tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e para as mulheres a

esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens de funções com maior valor social"(CARLOTO e GOMES, 2011, p.133).

Diante desta análise, podemos identificar como o recorte de gênero influencia no processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Segundo Melo (2005, p. 33): “a partir da noção da divisão sexual do trabalho e de que o trabalho tem sexo e fica grávido, houve um avanço nas pesquisas para explicar as diferenças entre mulheres e homens. Porque é neste campo, onde se verifica com maior nitidez a desigualdade entre os sexos.”

Caetano e Der Mass (2009) retratam que apesar da ampliação da inserção das mulheres no mercado de trabalho, elas ainda encontram-se em posição inferior em relação aos homens, pois a esfera da reprodução social ainda continua sendo um lugar de destaque das mulheres.

Além dos fatores classe e gênero, outro elemento fundamental é o componente étnico racial. De acordo com a análise das estatísticas do IBGE (2014), os homens pretos ou pardos recebem em média 54% dos rendimentos dos homens brancos e as mulheres brancas recebem, em média, 70% dos rendimentos dos homens brancos, já as mulheres pretas ou pardas tem um rendimento de 78% em relação aos homens pretos ou pardos e com relação aos homens brancos essa discrepância de rendimento se agrava significativamente.

Considerando que a pobreza no Brasil está intimamente relacionada com os diferentes tipos de desigualdades que caracterizam o contexto nacional, identificamos que no contexto brasileiro a renda média mais baixa se concentra na população negra. Dentro deste segmento as mulheres negras se situam em condição mais desfavorável quando comparada aos demais segmentos, com uma renda mensal de R\$ 544,40. Já os demais segmentos contam com as seguintes rendas mensais: homem branco (R\$ 1.491,00), mulher branca (R\$ 957,00) e homem negro (R\$ 833,50)⁹.

Adicionalmente, conforme os dados do IPEA (2006), os domicílios chefiados por negros e negras, que correspondem a 70% dos domicílios, são os que mais recebem o PBF, o que indica o perfil da desigualdade social no país. De acordo com os dados do IPEA (2009) acerca dos domicílios urbanos

⁹ Fonte: IBGE, 2014.

em favelas, a população negra é predominante neste espaço, sendo que as famílias chefiadas por homens negros constituem a maioria 39,4% e em segundo lugar aparecem as mulheres negras assumindo um percentual de 26,8%.

Os dados do IPEA (2009) indicam que as taxas de desemprego são menores para os homens brancos, 5,3%, se comparados com os demais segmentos, porém a taxa de desemprego incide mais sobre as mulheres brancas, 9,2%, e negras, 12,5%. Melo (2005) ao analisar os dados da PNAD/IBGE (2001) também aponta que 61% dos negros eram considerados pobres e as famílias chefiadas por mulheres, sem cônjuge e com filhos pequenos são as que possuíam o menor rendimento na estrutura ocupacional nacional.

Mariano e Carloto (2013) também constataam que as mulheres negras que recebem o PBF estão mais suscetíveis à pobreza do que as mulheres brancas, e alegam que o PBF possui maior efeito na vida das mulheres negras, porém o mesmo não garante a cidadania para estas mulheres. Para isso, ressaltam que deve ser implementadas políticas sociais que tenham um recorte de gênero, de classe social, de cor/raça/etnia, dentre outras distinções que indicam o perfil de desigualdade no país.

Esses dados indicam que as mulheres negras se encontram mais suscetíveis à pobreza e algumas responsabilidades recaem sobre essas mulheres, especialmente quando assumem a condição de chefes de famílias. Melo (2005) em seu estudo sobre gênero e pobreza no Brasil, já chamava atenção para esta questão afirmando que:

As mulheres negras é o conjunto populacional nacional que apresenta condições de vida mais adversas da nossa sociedade. Estas decorrem de duas fontes de discriminação social de um lado da maior dificuldade de mobilidade social das pessoas de raça negra e a outra da precariedade da inserção social no mercado de trabalho. Ser mulher, pobre e negra define uma situação socioeconômica extremamente vulnerável, que se exprime na alta taxa de mortalidade das mulheres negras (MELO, 2005, p. 40).

Diante desta análise podemos corroborar com o pensamento de Mesquita (2012) que ao estudar a proteção social na alta vulnerabilidade nas

famílias monoparentais femininas destaca que há uma correlação entre a monoparentalidade feminina, gênero e vulnerabilidade social, já que a questão da vulnerabilidade está relacionada aos fatores econômicos como também aos fatores relacionados aos arranjos familiares, pois identifica que as famílias monoparentais femininas encontram-se, no cenário brasileiro, na condição de extrema vulnerabilidade.

Porém, Castro (1999) em seu estudo sobre a feminização da pobreza no cenário neoliberal nos faz refletir sobre a condição que a sociedade impõe para as mulheres, pois enfatiza que o termo da feminização da pobreza não deveria ser analisado a partir do prisma do crescimento das mulheres pobres, mas através do reconhecimento estrutural da pobreza das mulheres, que se repercute no âmbito das relações sociais por meio da imposição dos papéis atribuídos às mulheres:

Reproduzem-se estereótipos quanto ao caráter da mulher como trabalhadora, considerada como ser dócil, limitado estritamente a interesses familiares, nos quais não teriam lugar outras redes de associações voltadas a fins públicos, coletivos, como os sindicatos e os partidos” (CASTRO, 1999, p.95).

A autora supracitada também defende a ideia de que as mulheres em famílias monoparentais¹⁰ não são pobres porque são chefes de família, mas porque as condições que lhes são impostas não são as mesmas que são impostas para os homens e com isso não puderam investir em suas carreiras profissionais.

Carloto e Gomes (2011) em seus estudos sobre a feminização da pobreza no âmbito das políticas de geração de renda salientam que é preciso trazer para o debate a análise de gênero no sentido de identificar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá de forma precarizada se comparada com a dos homens. Ou seja, para além dos papéis desempenhados pelas mulheres é importante pensar numa autonomia econômica para as mesmas.

¹⁰ Segundo o IBGE (2010) esse tipo de família é constituído somente por uma pessoa responsável pela unidade doméstica, que pode ser um homem ou uma mulher, com a presença de filhos ou parentes.

A configuração das políticas pautadas na geração de renda, que no projeto neoliberal tem como foco mulheres pobres, incorpora os elementos da divisão sexual do trabalho, ativando estratégias de intervenção que acabam por reproduzir as desigualdades de poder entre os sexos, reforçando ou mantendo padrões que as criam. (CARLOTO E GOMES, 2011, p.142).

Novellino (2004) também ressalta a importância de discutirmos no Brasil as políticas de gênero com o intuito de pensar em instrumentos que possam sanar as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Ou seja, seu argumento centra-se na análise de que devem ser implementadas políticas que vão além da condição de sobrevivência das mulheres pobres e de seus filhos. Desta forma, há que se compreender que as mulheres além de serem atendidas por programas assistenciais devem estar inseridas, em par de igualdade, no acesso às condições de trabalho dignas quando comparadas com os homens.

Se pautarmos nossa análise somente em políticas que garantam certo tipo de assistência e, caso essa noção se sustente estaremos atrelando o papel da maternidade como o mais importante da condição feminina e com isso acabamos reproduzindo de modo estigmatizado a condição das mulheres. Segundo Novellino (2004, p.12): “uma verdadeira política de gênero deve aumentar a participação das mulheres no desenho dessas políticas ao invés de vê-las simplesmente como beneficiárias dos programas e serviços”.

Nesse momento, é importante abrirmos espaço para uma pequena reflexão acerca das relações de gênero¹¹. É importante ter claro que a relação entre mulheres e o mercado de trabalho está relacionada com as formas de dominação e de poder, sendo o masculino entendido através das funções ligadas à política, ao racional, às questões econômicas, enquanto que para o feminino se reporta ao mundo privado, do afeto, da emoção e do espaço micro, a casa.

A compreensão das relações de gênero passa pelo entendimento do que é ser homem e do que é ser mulher na sociedade. Assim, entender gênero enquanto relação significa ter como pressuposto que esses papéis são

¹¹ Cf: Scott (1990), Butler (2003), Saffioti (1994). Lisboa e Lolatto (2013); Louro (1996).

socialmente construídos e que se transformam de sociedade para sociedade e até mesmo dentro de uma mesma sociedade:

Conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero. (SAFFIOTI, 1994, p.275).

Diante destas concepções encaram-se as diferenças não como naturais, mas como socialmente construídas, onde os papéis femininos e masculinos são representações do processo de diferenciação social e que, portanto, podem ser transformados, devido ao seu caráter relacional e histórico. Com isso podemos afirmar que:

Pensar em gênero (assim como classe ou raça) é mais do que uma identidade apreendida, é mais do que uma aprendizagem de papéis, sendo construído e instituído pelas múltiplas instâncias e relações sociais, pelas instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas. (LOURO, 1996, p.12)

O que a autora pretende enfatizar é que se torna necessário compreender e considerar o papel dos homens e das mulheres nas relações sociais. Segundo Silva (2010) os estudos que têm como recorte metodológico a análise de gênero se tornam importantes para a compreensão da dinâmica social.

Considerando os entraves encontrados em torno da inserção das mulheres no mercado de trabalho, por meio da análise de gênero, é possível identificar que a mulheres possuem uma inserção diferenciada se comparada com os homens e, entre as mulheres ainda existe uma diferença entre as mulheres brancas e negras, onde as mulheres negras apresentam-se em condição inferior se comparada aos demais segmentos. Neste sentido, cabe analisarmos outro lugar assumido pelas mulheres agora enquanto beneficiárias do PBF e identificar possíveis repercussões do PBF na inserção dessas mulheres pobres no mercado de trabalho.

1.2- Programa Bolsa Família e Mulheres: possibilidades de inserção no mercado de trabalho?

A partir dos anos de 1980 observamos uma reconfiguração das ações estatais e um movimento de construção de políticas públicas em diálogo com a sociedade civil por meio de um processo participativo. Esta conjuntura é em parte influenciada por uma dinamização dos movimentos sociais no curso do processo de redemocratização da sociedade brasileira.

Com a implementação da Constituição Federal de 1988, a sociedade brasileira avança no sentido de colocar em pauta a democracia representativa junto com uma democracia participativa. A ênfase na gestão democrática também vem acompanhada de um movimento de descentralização das políticas públicas, como forma de exercer o controle social e de estimular a participação da população no âmbito local, onde as políticas são implementadas.

A Constituição de 1988 trouxe progressos na esfera da Seguridade Social, ao assentar a seguridade no tripé saúde, previdência e assistência. Na Saúde foi concebido o Sistema Único de Saúde – SUS, um sistema público integrado, descentralizado e regionalizado; na Previdência Social instituiu a igualdade dos direitos de todos os trabalhadores e, por fim, no campo da Assistência Social a concepção de direito se fortalece, ao menos em tese, e se reforça a garantia de proteção social para todos aqueles que dela necessitar, visando a melhoria das condições de vida. Neste sentido, o Estado se responsabiliza no campo dos direitos sociais às pessoas que estão desprovidas de seus direitos, em especial a população mais pobre do país, com isso a Assistência Social inova no campo das políticas sociais nesse período. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) passa a regulamentar os pressupostos constitucionais e estabelece que a assistência social é uma política da Seguridade Social não contributiva e tem por objetivo prover os mínimos sociais para a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Mas, apesar dos avanços obtidos pela Constituição Federal de 1988, ainda persistem alguns impasses na garantia dos direitos sociais. Cabe

ressaltar que ainda persistem cidadãos que vivem à margem do emprego, ou seja, que convivem com formas precárias de subsistência e, portanto, não alcançam condições dignas de vida.

À margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas- desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiários de renda mínima de inserção, vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio à estágio, de pequeno trabalho à ocupação provisória¹² (CASTEL,1998, p.23).

Com isso, podemos salientar que os avanços obtidos no sentido de uma sociedade mais justa e mais equânime se apresentam de forma contraditória, principalmente quando encontramos impasses em torno da política social, que na maioria das vezes não consegue dar conta de atender todas as demandas sociais. Portanto,

As novas formas de exclusão no mercado de trabalho, com o desemprego aberto, ocupações atípicas e precarização nas condições e relações de trabalho, complementam um cenário de dificuldades nos países latino-americanos neste final de século. (POCHMANN,1999, p.54).

Assim, compreendemos que as políticas sociais vão assumindo outros contornos no campo da implementação e do acesso à bens e serviços para a população brasileira. Apesar desses impasses, não podemos negar que foi no âmbito da Assistência Social que houve e ainda há a implementação dos direitos sociais para a população excluída da sociedade. Com isso, as ações governamentais tiveram como principal objetivo atender essas demandas por meio das transferências de renda às famílias que se encontravam na situação de pobreza e extrema pobreza. Foi no âmbito da assistência social que houve a implementação os dois programas de transferência de renda, não contributivos: o Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹³ e o PBF. Logo,

¹² Ainda que não se possa fazer uma análise determinista dos dados trazidos por Castel em relação a realidade francesa para a realidade brasileira, não podemos deixar de apontar a similaridade de suas descrições à realidade que também encontramos aqui.

¹³ O BPC da Lei Orgânica da Assistência Social é a garantia de um salário mínimo mensal para o idoso acima de 65 anos e para as pessoas com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial que estejam incapacitadas de participar de forma plena na sociedade. Para o

este trabalho tem como foco de análise o PBF e o objetivo consiste em analisar como este programa, por meio das ações/programas complementares, afeta as condições de inserção das mulheres beneficiárias no mercado de trabalho – especificamente no município de Alegrete.

Barbosa (2013) enfatiza que foi na década de 1990 “que ideias de transferência de renda como opção para um novo modelo de enfrentamento da questão social irão começar a ter atenção na agenda pública federal do Brasil” (BARBOSA, 2013, p. 62). No início dos anos de 1990, o Senador Eduardo Suplicy através do Projeto de Lei n°. 80 de 1991, propôs um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM)¹⁴ em âmbito nacional. Também nesta década programas de transferência condicionada de renda começam a ser efetivados em diferentes municípios brasileiros.

São considerados Programas de Transferência de Renda aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independentemente de prévia contribuição, a famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda per capita familiar, predominantemente, no caso dos governos federais, de meio salário mínimo. (SILVA et al , 2004, p.131).

Os Programas de Transferência de renda ganham ênfase a partir de 1995 com o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima em Campinas/São Paulo (SP) que foi implementado pela Lei n°. 8.261 de 06/01/1995. Este programa tinha como objetivo atender as famílias com filhos menores de 14 anos de idade e que apresentassem uma renda per capita inferior a R\$ 35,00 e sua meta consistia em possibilitar uma renda complementar às famílias e atender as suas necessidades básicas. Segundo Silva et al (2004, p. 48) “esses programas são entendidos como transferência monetária às famílias ou a indivíduos, transferência esta, na maioria dos programas, associada à exigência de contrapartida no campo da educação, da saúde e do trabalho.”

recebimento deste benefício é necessário que a renda per capita do grupo familiar seja menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente.

¹⁴ Segundo Silva et al (2004) O PGRM iniciou um debate sobre renda mínima no contexto brasileiro, que inspirou um imenso conjunto de Programas de Transferência de Renda no âmbito dos municípios, dos estados e do governo federal. Este tinha como objetivo atender todas as pessoas com idade acima de 25 anos e com uma renda aproximada de 2,25 salários mínimos.

Neste mesmo ano, no município de Santos/SP foi implementado o Programa Nossa Família, instituído pela Lei n°. 1.416 de 04/10/1995. Para o recebimento do benefício, as famílias deveriam possuir uma renda per capita inferior a R\$ 50,00. O objetivo do programa era atender as famílias que possuíam filhos menores de 16 anos e que estivessem em situação de risco no âmbito familiar. Também no município de Ribeirão Preto/ SP, foi implementado o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, instituído pela Lei n°. 7.881/1995 e tinha como finalidade atender as famílias que possuíam crianças e adolescentes com alto índice de evasão escolar; crianças, menores de 3 anos, com quadro de desnutrição e, famílias que se encontravam na condição de monoparentalidade. As famílias deveriam possuir uma renda de até 2 salários mínimos e o valor transferido para essas famílias era de R\$ 50,00 reais mensais para famílias que tinham uma criança ou adolescente e R\$ 80,00 reais para as famílias que tivessem mais que um filho.

Em 1995, também foi criado o Programa Bolsa Família para a Educação, no Distrito Federal, por meio do decreto n°. 16.270 de 11/01/1995. Tinha como propósito atender as famílias que possuíam renda per capita de até $\frac{1}{2}$ do salário mínimo, sendo que essas famílias deveriam estar inscritas nos Programas de Emprego e Renda da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal. O programa também tinha como objetivo retirar as crianças em situação de rua e do mercado de trabalho. O valor do benefício era de um salário mínimo para as famílias por um período de 1 ano, sendo que o mesmo poderia ser renovado pelo mesmo período.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) também foi criado pelo Governo Federal em 1996, mas primeiramente foi nomeado como Vale Cidadania cuja finalidade era erradicar o trabalho infantil em atividades consideradas penosas. O PETI obteve uma expansão durante os anos de 2001 e 2002, porém no ano de 2003 passou por uma estagnação e não pode dar continuidade as propostas do mesmo (SILVA et al, 2007).

É neste contexto que o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) foi criado em 1997 e implementado em 1998. O programa tinha como meta atender famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo e

que tivessem filhos nas escolas. O programa recebia 50% do financiamento do governo federal e 50% do município.

Em 2001 foi implementado o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação. Neste mesmo ano foi criado o Bolsa Escola instituído pela Lei n°. 10.219, de 11 de abril de 2001, e regulamentado pelo decreto n°. 3.823, de 28 de maio de 2001. Este programa substituiu o PGRM, pois tinha como finalidade incluir todos os municípios brasileiros e fazer uma articulação entre a União, os municípios e a comunidade.

O Programa Bolsa Alimentação foi regulamentado pelo decreto n°.3.934 de 2001 como um programa do Ministério da Saúde direcionado às famílias pobres. Seu objetivo era reduzir as deficiências nutricionais e a mortalidade infantil. No mesmo ano foi implementado o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano destinado aos jovens de 15 a 17 anos de idade e o propósito consistia em mantê-los na escola e prepará-los para a inserção no mercado de trabalho.

Podemos perceber que a partir dos anos 2000 houve um conjunto de programas de transferência de renda no âmbito nacional e a meta baseava-se no atendimento às famílias que estavam na condição de pobreza e extrema pobreza. No final do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso¹⁵ foi implementado o Programa Auxílio Gás em janeiro de 2002 pela Lei n°.10.453/2002, financiado pela CIDE (imposto cobrado sobre o combustível) e também destinado às famílias pobres (SILVA et al 2007).

No governo Luiz Inácio Lula da Silva¹⁶ foi instituído o Programa Fome Zero, com o objetivo de combater a fome por meio de ações estruturais e específicas e também foi implementado o Programa de Acesso à Alimentação, o Cartão Alimentação, que foi instituído pela Medida Provisória n°. 108, de 27 de fevereiro de 2003 e regulamentado pelo decreto n°. 4.675, de 16 de abril de 2003, que visava garantir a segurança alimentar à todas as famílias que estivessem em situação de insegurança alimentar. Neste mesmo ano foi criado o Programa de Ação Emergencial que teve início em 2003, o mesmo era

¹⁵ Seu mandato cobriu os anos de 1995 até 2003.

¹⁶ Os mandatos do presidente Lula cobriu os seguintes anos: 2003 até 2007 e 2007 até 2011.

destinado às famílias pobres que viviam em situação de emergência ocasionadas por conta das secas.

Nesse período também foi criado o Cadastro Único dos Programas Federais (o CadUnico) por meio do decreto nº 3. 877 de 24 de julho de 2001, com a finalidade de cadastrar as famílias, por meio dos dados socioeconômicos, que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, como também promover maior focalização das famílias que realmente necessitavam receber os benefícios provenientes dos programas de transferência de renda e, em termos econômicos buscou-se reduzir os custos governamentais e obter maior controle dos gastos sociais.

Segundo Silva *et al* (2007) a unificação dos programas de transferência de renda já era pauta de discussão desde a transição do governo de FHC para o governo Lula, pois já se discutiam as seguintes questões: a inexistência de um ministério e de uma coordenação geral para gerir os programas, disputa entre diferentes setores, como por exemplo, a Saúde, a Assistência Social e a Educação, além do desperdício de recursos financeiros.

Diante desse cenário, no ano de 2003, no governo de Lula, nasce o PBF, como parte das estratégias de enfrentamento da pobreza, sendo instituído pela Medida Provisória nº. 132, de 20 de outubro de 2003, a partir da unificação dos seguintes programas federais: o Bolsa Escola, o Vale Gás, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação.

O PBF se caracteriza por ações de transferência de renda com condicionalidades, como também propõe a participação da União, dos Estados e dos Municípios na condução do programa e sua principal meta consiste em combater a fome e a pobreza. O programa inova a partir do momento que unifica todos os Programas de Transferência de Renda, tem como alvo o atendimento de todo o grupo familiar, visa a ampliação dos recursos para as famílias por meio da elevação do valor monetário da transferência e garante o acesso aos direitos sociais básicos como: educação, saúde, assistência social e segurança alimentar. Atualmente, o PBF está atrelado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), pertence à Secretaria Nacional de Renda e

Cidadania (SENARC) e está inserido na Estratégia Fome Zero e faz parte do Plano Brasil Sem Miséria¹⁷.

O programa atende famílias que possuem uma renda per capita de até R\$ 85,00 que são consideradas extremamente pobres e também famílias consideradas pobres que possuem uma renda per capita entre R\$ 85,00 e 170,00. São previstos benefícios específicos para famílias com crianças, jovens de até 17 anos, gestantes e mães que amamentam.

De acordo com as informações do MDS (2017) os benefícios variáveis são destinados até cinco por família e são eles: Benefício variável à criança ou adolescente de 0 a 15 anos, no valor de R\$ 39,00 este é pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa que tenham crianças ou adolescentes em sua composição familiar; Benefício Variável vinculado à gestante, no valor de R\$ 39,00, pago às famílias com renda de até R\$ 170,00 per capita por pessoa e que tenham grávidas em sua composição; Benefício Variável Vinculado à Nutriz, no valor de R\$ 39,00, pago às famílias com renda de até R\$ 170,00 per capita por pessoa e que tenham crianças com idade de 0 a 6 meses em sua composição e seu objetivo consiste em reforçar a alimentação da criança. Também existe o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, no valor de R\$ 46,00 sendo o limite de até dois adolescentes por família que é pago às famílias com renda de até R\$ 170,00 per capita por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. Por fim, tem-se o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza que é pago às famílias com renda per capita inferior a R\$ 85,00, sendo que este benefício é calculado individualmente para cada família cujo objetivo consiste em superar a extrema pobreza.

As condicionalidades do PBF são: na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e o desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa etária de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizas (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as

¹⁷ O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi implementado pelo governo federal em 2 de junho de 2011 e tem como objetivo superar a extrema pobreza. Este plano também possui três eixos de ação que são: a garantia de renda, o acesso aos serviços públicos e a inclusão produtiva.

crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os adolescentes de 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área de assistência social é oferecido atendimento às crianças e adolescentes, com até 15 anos, que se encontram em situação de trabalho infantil, onde são atendidos pelo PETI. Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) também são ofertados por este setor.

O principal objetivo do PBF é contribuir para a superação da pobreza a partir de três eixos de atuação: o primeiro diz respeito a transferência de renda às famílias, com o objetivo de aliviar de forma imediata a fome; o segundo é garantir o acesso aos serviços públicos nas áreas da assistência, saúde e educação por meio das condicionalidades e o último objetivo é a coordenação com outras ações e com outros programas de governo. (MDS, 2013).

1.2.1- Avaliações em torno do PBF: avanços e desafios.

Silva (2008) destaca algumas dificuldades e desafios dos programas de TCR. A primeira limitação diz respeito a adoção do critério de renda, pois considera que há uma exclusão de outras famílias que também se encontram em situação de pobreza. Outro aspecto é a desarticulação do PBF com a política macroeconômica.

Apesar das limitações apresentadas pela autora, há que considerar que o programa prevê a articulação entre a transferência de renda e a provisão de serviços sociais básicos para os cidadãos, seja através da assistência, da saúde e da educação. O PBF continua sendo um programa de grande visibilidade – tanto no governo da presidenta Dilma Rousseff¹⁸ como mais recentemente no governo interino de Michel Temer¹⁹.

A literatura sobre a avaliação do PBF aponta avanços em várias áreas sociais, como por exemplo, Campello e Neri (2014) destacam que o PBF nos

¹⁸ Que compreendeu os seguintes mandatos: 2011 até 2015 e de 2015 até 31 de agosto de 2016, devido ao processo de impeachment.

¹⁹ Com o início do mandato em 31 de agosto de 2016 após o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

últimos anos criou uma nova estrutura, aprimorou mecanismos, adicionou benefícios, ampliou a cobertura e o impacto distributivo das transferências é considerado, no nível internacional, uma referência em tecnologia de transferência de renda. Os autores também apontam que o PBF atende cerca de 13,8 milhões de famílias, o que corresponde a um quarto da população brasileira.

Assim, Campello e Neri (2014) retratam que as condicionalidades exigidas pelo PBF trouxeram impactos para as famílias atendidas pelo programa. Na saúde identificou-se o aumento das taxas de amamentação e vacinação e houve uma redução na hospitalização de crianças. Segundo Júnior *et al* (2014) desde o primeiro ciclo de 2005 até o segundo de 2012 o número de famílias acompanhadas passou de 5,5 milhões para, aproximadamente 11,8 milhões.

Na educação houve um aumento da frequência escolar, como também uma redução das taxas de abandono. Segundo Craveiro e Ximenes (2014) no ensino fundamental a taxa de abandono escolar é menor entre os estudantes do PBF 1,5% contra 1,8% dos não beneficiários. No ensino médio esta taxa continua bem melhor para os estudantes beneficiários do PBF 7,4% contra 11,3%. Com relação à redução da pobreza Sousa e Osório (2014) destacam que entre 2003 e 2011 e extrema pobreza teve queda de 8% para um pouco mais de 3% da população e a pobreza saiu de 16% para 6 %.

Outro tema relevante de ser considerado nesta análise diz respeito à relação entre o PBF e as ações complementares na viabilização do acesso dos beneficiários ao mercado de trabalho, ou seja, uma perspectiva que visa a autonomia das famílias beneficiárias. Caetano e Der Mass (2010) ao analisarem os diferenciais de participação no mercado de trabalho e de inserção ocupacional em domicílios de beneficiários e de não beneficiários do PBF em áreas urbanas dos estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul destacam que não existe um desestímulo ao trabalho entre os beneficiários do PBF, o que existe é uma maior chance dos beneficiários ocuparem um trabalho precário se comparado aos não beneficiários.

Caetano e Der Mass (2010) também constata, no que se refere a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, que há maior chance

dos homens se inserirem no mercado de trabalho do que as mulheres. Com relação aos anos de estudo, na medida em que homens e mulheres possuem maior grau de escolaridade, este fator faz aumentar a chance de se inserir no mercado de trabalho. Se compararmos os beneficiários do PBF das áreas rurais e urbanas, as chances de emprego aumentam para os beneficiários que residem em áreas urbanas.

Teixeira (2011) ao questionar a indagação feita de que as TCR causam uma dependência entre os beneficiários sobre a renda do benefício, se propôs avaliar o impacto do PBF na oferta de trabalho por tipo de ocupação e valor da transferência. A autora relata que não há um efeito do PBF sobre a probabilidade de trabalhar de homens e mulheres, o que foi verificado foi uma redução nas horas de trabalho e esta porcentagem é de 1,3% para os homens e 4,1% para as mulheres. A elasticidade da oferta de trabalho varia conforme o sexo e o tipo de ocupação, ou seja, as mulheres são mais sensíveis ao choque de renda que os homens e isso se dá devido a divisão intradomicilair do trabalho. Por fim, a autora sinaliza que: “a informalidade, assim como a dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho de forma mais igualitária aos homens, são fatores agravantes da insegurança de renda que justificam a importância de prover uma fonte de renda mais estável via programas de transferência de renda” (TEIXEIRA, 2011, p.42).

Tavares (2010) investiga a existência de um possível incentivo adverso à participação das mães beneficiárias do PBF no mercado de trabalho e destaca que há um efeito-renda relacionado ao valor do benefício. A autora observa algumas tendências, tais como: as mulheres com cônjuge trabalham menos; o número de filhos impacta na entrada das mulheres no mercado de trabalho; quanto maior a renda da família menor é a participação das mães no mercado de trabalho; quanto maior a renda do benefício, menores são as chances das mulheres se inserirem no mercado de trabalho. Logo, esses elementos impactam na entrada das mulheres beneficiárias no mercado de trabalho.

Oliveira e Soares (2012) analisam os efeitos da TCR sobre a oferta de trabalho e concluem que há uma redução da oferta de trabalho das crianças devido às propostas impostas pelas condicionalidades do PBF; identificam que há uma maior participação entre os beneficiários do PBF no mercado de

trabalho, sendo que entre as mulheres há uma redução desta oferta e, com relação às mulheres pobres que recebem maiores valores do PBF há uma diminuição destas no mercado de trabalho. No caso das regiões mais pobres e mais afastadas dos grandes centros existe uma menor inserção das mulheres no emprego formal.

Os PTCRs possuem impactos pequenos sobre o mercado de trabalho, é que alguns destes impactos, como a redução da jornada de trabalho das mães e o aumento da probabilidade de trabalho de certos grupos são positivos. Do ponto de vista das políticas públicas, pode-se afirmar, com muito embasamento, que não existe constatação empírica que sustente a hipótese de que haveria um efeito renda maior que um efeito substituição (fenômeno que recebeu a alcunha de “efeito preguiça”), no caso destes programas. (OLIVEIRA E SOARES, 2012, p.30).

Brito e Kerstenetzky (2011) em seus estudos sobre o perfil dos beneficiários do PBF e a situação dos mesmos no mercado de trabalho, destacam que entre os pobres em idade ativa há uma maior participação daqueles que recebem o PBF no mercado de trabalho do que os pobres não beneficiários.

Mesquita e Freitas (2013) ao analisarem os programas de transferência de renda que tem como foco as famílias em situação de vulnerabilidade social destacam a necessidade de identificar as relações de gênero, pois: “o fato é que a centralidade das políticas sociais na família transfere uma grande carga de trabalho e uma gama de responsabilidade a essas mulheres, sem que sejam levados em consideração os aspectos contraditórios desta relação” (MESQUITA e FREITAS, 2013, p.217).

Sobre o papel das mulheres em torno dos programas de transferência de renda Carlotto e Mariano (2010) apontam que esses programas reforçam as atribuições impostas para as mulheres no interior da família a partir do pressuposto de que elas sejam as titulares preferenciais. As mesmas autoras (2009) em seu estudo sobre gênero e combate à pobreza também evidenciam que as condicionalidades impostas pelo PBF demandam para as mulheres algumas obrigações e isso gera um efeito sobre o tempo e o trabalho feminino, já que a mulher dispõe de mais “tempo” para as atividades relacionadas à reprodução social.

Lavinias *et al* (2012) também salientam alguns desafios em torno do efeito do PBF sobre a autonomia das mulheres como, por exemplo, a oferta insuficiente de creches, sendo essa uma questão que impede as mulheres de se inserirem no mercado de trabalho. Diante desta perspectiva, concordamos com a análise de Azeredo (2010, p. 586) que indica que: “o que poderia gerar impacto na perspectiva de gênero e no enfrentamento das condições de pobreza é o acesso a equipamentos sociais de qualidade, como creches, escolas de tempo integral, serviços de saúde entre outros serviços”.

A partir destes breves apontamos, podemos tomar como norte que a análise de gênero se torna um elemento fundamental para identificarmos as condições em que as mulheres se encontram na sociedade. Se descartarmos esta discussão estaremos reforçando a divisão sexual do trabalho e ao mesmo tempo imputando para o âmbito feminino a reprodução das relações sociais e consequentemente não estaremos garantindo nenhuma “autonomia financeira e certo empoderamento” (Carloto e Gomes, 2011, p.143) para as mulheres.

1.2.2- Programa Bolsa Família e Ações Complementares: aspectos introdutórios.

Outro ponto que merece ser destacado neste debate diz respeito às ações complementares ao PBF, que são ações que tem por objetivo inserir as famílias no mercado de trabalho e ao mesmo tempo desenvolver o potencial de autonomização dessas famílias. Como já enfatizamos, o PBF está estruturado a partir de três eixos: a transferência de renda, o cumprimento das condicionalidades e os programas/ações complementares. O último eixo faz parte do nosso objeto estudo, uma vez que tem por objetivo levar o desenvolvimento das famílias para que elas possam superar a situação de pobreza e extrema pobreza, ou seja, são ações que visam ser uma "porta de saída" das famílias que recebem o PBF.

Cabe destacar que as ações complementares são desenvolvidas pelo Governo Federal, pelos Estados, pelos Municípios e também por organizações da sociedade civil e são ações que têm por objetivo levar a qualificação

profissional, geração de trabalho e renda, educação de jovens e adultos, cursos de alfabetização, melhorias nas condições de moradia e dentre outras metas. As ações complementares visam a superação da condição de vulnerabilidade social. A partir desta compreensão, cabe destacar que o nosso estudo tem como foco analisar como o PBF, por meio das ações complementares, pode contribuir para a inserção das mulheres no mercado de trabalho no município de Alegrete.

Segundo Jesus (2015), as ações complementares são fruto da articulação do PBF com outras políticas públicas e que tem por finalidade implementar as seguintes ações: acesso ao conhecimento e ampliação da escolaridade; geração de trabalho e renda; acesso a bens e serviços culturais; garantia dos direitos sociais (documentação e etc.); desenvolvimento local (habitação, saneamento, etc.) dentre outras ações.

Segundo Quinhões e Fava (2010) o objetivo da oferta dos programas e das ações complementares consiste em complementar e potencializar os impactos proporcionados pela TCR na redução das desigualdades. Estes autores destacam que esses programas se caracterizam por meio de ações organizadas e regulares e são direcionados às famílias que recebem o PBF e às famílias que estão inscritas no Cadastro Único.

Segundo Santos e Magalhães (2011) a partir da criação do PBF foram criados alguns dispositivos legais que articulam ações de políticas públicas voltadas para as famílias beneficiárias, como também houve uma articulação dos entes federados para a implementação dos programas complementares. O decreto de nº. 5.209/2004 que regulamenta o PBF destaca que os Municípios, os Estados e o Distrito Federal devem promover a articulação do PBF com os programas complementares.

Santos e Magalhães (2011) destacam que a maioria dos programas complementares são oferecidos pelo governo federal e gerenciados por ministérios setoriais, sendo que as esferas estaduais e municipais possuem pouco envolvimento com a oferta desses programas. Em relação aos estados e os municípios Quinhões e Fava (2010) apontam que há um maior predomínio de programas complementares implementados pelos governos municipais do

que pelos governos estaduais. Estes autores, ao tecerem suas considerações sobre a estratégia dos programas complementares do PBF sinalizam que:

Os resultados verificados com os programas complementares federais; o elevado comprometimento dos governos municipais e estaduais na articulação de programas próprios; as possibilidades que os programas complementares oferecem no enfrentamento dos múltiplos aspectos em que operam os fatores de exclusão social e a disponibilidade de instrumentos adequados para a articulação de programas, como o Cadastro Único, são elementos que permitem vislumbrar a articulação desses programas como mais uma opção na agenda das políticas sociais dos três níveis de governo no Brasil, sobretudo quando se trabalha dentro de uma estratégia de focalização de política. (QUINHÕES e FAVA, 2010, p. 89)

Quinhões e Fava (2010) enfatizam que houve nove programas complementares que foram implementados pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) para os beneficiários do PBF nos anos de 2006 e 2007, são eles: Brasil Alfabetizado, Juventude Cidadã, Brasil Local, Projeto piloto ao Pronaf B, Crediamigo e agroamigo, Biodiesel, Tarifa Social de Energia Elétrica, Luz para todos, Agente Jovem e Trabalho Escravo.

Sobre os resultados da implementação dos programas complementares Santos e Magalhães (2011) ao analisarem o andamento de um curso de qualificação em Manguinhos, no Rio de Janeiro, evidenciam que esses programas foram frágeis, pois houve deficiências das ações promovidas pelos programas e os mesmos não se adequavam à realidade local. Outro entrave encontrado pelas autoras foi que as famílias beneficiárias, as lideranças comunitárias e os atores não governamentais desconheciam a oferta dos cursos de qualificação e os gestores reconheciam a baixa oferta dos programas complementares.

Neto *et al* (2013) ao estudarem as ações desenvolvidas pelo PBF com enfoque nos programas complementares a partir do fortalecimento de empreendimentos e preparação para o mercado de trabalho no município de Itapipoca/Ceará identificam que a maioria das pessoas que concluíram os cursos não tiveram uma inserção no mercado de trabalho, como também não obtiveram uma renda a partir do aprendizado do curso. Com isso, os autores

apontam que deveria haver uma melhoria nas ações voltadas para os programas de geração e renda.

Uma vez que pretendemos analisar as potencialidades do PBF para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, compreendemos que os estudos apresentados indicam algumas questões em torno desta temática, como, por exemplo, o perfil da oferta de programas e ações de apoio por parte dos três níveis de governo, a necessidade de ações que favoreçam o cuidado com os filhos, a formação para o mercado de trabalho e a geração de trabalho e renda.

Sendo assim, o próximo capítulo tem o propósito de aprofundar essas questões, principalmente no que tange ao debate acerca da centralidade das famílias no âmbito dos programas de transferência de renda e a partir dessa análise identificaremos o papel da mulher neste contexto.

CAPÍTULO II – A FAMÍLIA ENQUANTO LÓCUS DE PROTEÇÃO SOCIAL: refletindo a relação entre o Estado e a família no contexto brasileiro.

Neste capítulo, analisamos as formas de proteção social que vêm sendo construídas no Brasil a partir do início do século XX – e neste sentido, o debate sobre famílias e redes sociais se faz necessário para pensarmos o cotidiano das famílias pobres e, para observarmos como as famílias são definidas no âmbito das políticas governamentais, quais as demandas, direitos e deveres que lhes são atribuídos.

Desse modo, examinamos como as mulheres se tornam protagonistas de um conjunto de ações e responsabilidades circunscritas pelos programas sociais e, como este processo pode contribuir para a construção de redes de relações sociais locais. A partir destas reflexões, verificamos o papel das mulheres no âmbito das políticas sociais, principalmente em torno do PBF.

Analisar as interfaces entre formas de proteção social, famílias e política social contribui para compreender as mediações que vêm sendo construídas entre os programas governamentais, as famílias e as contradições presentes nesta relação. A família deve ser analisada como um elemento chave nas formas de proteção social, principalmente no que diz respeito às novas configurações que vem assumindo as mulheres dentro e fora deste contexto.

Desse modo, essas ponderações se tornam interessante na medida em que identificamos que é impossível pensar nas formas de proteção social no Brasil sem se remeter ao papel desempenhado pelas famílias, ou mais especificamente pelas mulheres, como também não podemos sair do escopo de compreender que algumas redes sociais são construídas para garantir meios de sobrevivência no âmbito familiar.

Assim, desvendar os dilemas em relação às políticas sociais e às famílias torna-se uma tarefa interessante, pois nos faz compreender os caminhos percorridos pelas políticas sociais em torno da família, ou mais precisamente dos papéis atribuídos à figura feminina.

2.1- Famílias e redes sociais: como pensar a proteção social no Brasil?

A vida social é organizada a partir de modelos, de regras culturalmente elaboradas; é a partir desses modelos, dessas regras que os indivíduos vivem sua vida cotidianamente e se relacionam uns com os outros. Mas esses modelos não são estáticos. (FREITAS *et al.*, 2010, p.18).

Antes de nos debruçarmos sobre as transformações ocorridas em torno das famílias, cabe identificarmos os diversos arranjos familiares pelo qual a família se constitui. Assim, é importante destacar a concepção de famílias no plural, pois a mesma está inserida num contexto cultural e histórico que perpassa por inúmeras configurações, onde a visão de família como algo natural, biológico e estático perde lugar para uma pluralidade de dimensões familiares.

Se historicamente o casamento era constituído de acordo com os interesses econômicos e sociais dos familiares, no século XIX essa concepção do casamento foi progressivamente sendo abolida e o discurso higienista contribuiu para mudar as regras do contrato conjugal. O casal devia ser formado por um homem e uma mulher saudável e com idades compatíveis para não comprometer futuramente a saúde de seus filhos, sendo a proteção das crianças o principal objetivo do casamento higiênico. (COSTA, 2004)

A partir desse pressuposto, configura-se uma nova concepção de família, que teve como característica a ideia de família baseada no amor romântico (GIDDENS, 1993) e com isso surgiu a família nuclear (SINGLY, 2007) e uma nova concepção da infância (ARIES, 2006). Logo, a família torna-se um lugar de extrema importância entre pais e filhos, visto que a intimidade no espaço doméstico acabou reforçando os laços afetivos entre os membros da família.

Diante dessas novas mudanças, podemos destacar que é com a modernidade que a imagem da mulher sofre uma série de mudanças através do discurso higienista, do discurso religioso e do discurso científico. A mulher que no período colonial era propriedade do seu marido, no casamento higiênico passa a dedicar-se integralmente aos filhos e ao marido.

A nova família, centrada na criança, impôs, desta forma, uma supervisão constante sobre a mulher, a principal responsável pela boa criação dos filhos. O mito da infância encontra, assim, um paralelo no mito da feminilidade, isto é, tanto as mulheres como as crianças foram consideradas frágeis, delicadas, assexuadas e, portanto, não só mais puras que os homens como também seres que necessitam da sua proteção. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.30).

Com isso, a família moderna nasce centrada na figura da mulher enquanto mãe baseada na mística do amor materno (BADINTER, 1985). É importante enfatizar, contudo, que a sociedade nunca conviveu com um único tipo de família. Apesar de hegemônica, a família nuclear vai conviver com outras configurações familiares que, num discurso conservador, passam a ser consideradas como “desestruturadas” ou “problemáticas”.

No século XX, verificamos algumas mudanças no âmbito familiar principalmente no que se refere à alteração dos valores conjugais. A partir da década de 60, com a difusão da pílula anticoncepcional, acontecem mudanças significativas no universo feminino, ou seja, ampliam-se as possibilidades de atuação das mulheres no mundo social, pois essa inovação possibilitou à mulher um maior controle sobre o corpo, permitindo programar a vinda dos filhos, como também proporcionou decidir ter ou não ter filhos e, atrelada a essa questão houve uma redução na taxa de fecundidade.

A saída das mulheres do espaço privado para o público, a participação nos movimentos sociais, o ingresso no mercado de trabalho, o divórcio, são fatores que evidenciam uma nova constituição de modelos familiares, como também possibilita as mulheres se inserirem no espaço público. (GIDDENS, 1993; FREITAS et al, 2010).

Entender esses processos nos leva a romper com a ideia de família linear e homogênea. Essas mudanças têm resultado nas novas configurações e organizações familiares, e até mesmo na definição do que é família. Casais sem filhos são considerados família, a presença de famílias monoparentais e outros arranjos familiares presentes nas relações sociais e a própria difusão da tecnologia, através da genética, também se tornam elementos essenciais de pensar a concepção de família. Segundo Fonseca (2004, p.15) “o impacto desta nova tecnologia chega aos lugares mais interioranos e a todas as classes sociais”.

A partir dessas reflexões, compreendemos que as transformações em torno da família torna-se um espaço indispensável tanto para analisar as formas de proteção social, como também às novas atribuições impostas para os membros que a compõem, principalmente no que diz respeito às novas configurações que vem assumindo as mulheres neste espaço.

Outra relevância presente nessa discussão diz respeito ao lugar assumido pelas mulheres na família brasileira, dando maior relevância ao papel das mulheres pobres, que para garantir a sua sobrevivência precisam trabalhar e ao mesmo tempo cuidar de seus filhos. Como essa condição está intrínseca nas relações das famílias pobres, o conceito de circulação de crianças elaborado por Fonseca (2002) nos faz identificar como essas dinâmicas são estabelecidas.

Ao analisar as dinâmicas no cotidiano familiar das classes populares brasileiras Fonseca (2002) verifica a forte presença da circulação de crianças neste meio. Os motivos que levam esta circulação são diversos:

Para muitas pessoas, cuidar de uma criança é um assunto que não se limita à mãe, nem ao casal. Mobiliza uma rede de adultos que se estende para além do próprio grupo de parentesco. Por vezes o deslocamento da criança é motivado por uma situação de crise, divórcio de pais ou falecimento de um tutor, mas não faltam exemplos que essa circulação parece plenamente voluntária. (FONSECA, 2002. p.22)

Diante dessa realidade podemos elucidar a forte presença de figuras maternas, sejam elas mães-adotivas, avós e tias na constituição da matrifocalidade dessas relações, pois são essas mulheres que acabam assumindo a responsabilidade no ato de cuidar de nossas crianças. Sobre esta questão Sarti (2003) destaca:

Essa circulação, como padrão legítimo de relação com os filhos, pode ser interpretada como um padrão cultural que permite uma solução conciliatória entre o valor da maternidade e as dificuldades concretas de criá-los, levando as mães a não se desligarem deles, mas manterem o vínculo por meio de uma circulação temporária. (SARTI, 2003, p.32).

Outro conceito pertinente para esse debate é o de maternidade transferida identificado por Costa (2002), que se baseia na delegação de cuidados das mulheres que realizam suas atividades fora do espaço doméstico para outras mulheres que vão assumir este outro lar. Segundo a autora, essa transferência reafirma as desigualdades das mulheres no acesso aos direitos sociais, tão presentes em décadas passadas. Com isso, novos dilemas são enfrentados pelas mulheres quando elas começam a se inserir na esfera pública, pois encontram dificuldades para relacionar suas tradicionais responsabilidades domésticas com outras demandas adquiridas no espaço público. (COSTA, 2002)

Assim, tanto a circulação de crianças quanto a transferência ou partilhamento (FREITAS et al, 2010) da maternidade são práticas de longa duração histórica, presentes em nossa sociedade, que nos permite conhecer a forma como essas mulheres se articulam na construção de redes sociais.

Entender famílias no Brasil é destacar a construção das redes sociais, ou seja, a forma pela qual a família conta com apoio tanto econômico quanto afetivo. As redes sociais presentes nas famílias pobres é uma forma de garantir meios de sobrevivência e de pertencimento. Por outro lado, é importante destacar que a comunicação na rede de parentesco tem na mulher/mãe um papel significativo, com isso podemos afirmar que:

Nos casos de instabilidade familiar por separações e mortes, aliada à instabilidade econômica estrutural e ao fato de que não existir instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares, as crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade exclusiva em que a família está envolvida. (SARTI, 2003, p.31).

Desta forma, identificamos que tanto nas famílias quanto na própria construção das redes sociais são estabelecidas formas de proteção social. E, por falar em proteção social podemos nos remeter aos estudos de Castel (1998) que faz uma análise das transformações históricas da sociedade capitalista e realiza uma comparação entre os níveis de sociabilidade: a primária e a secundária. Assim, a proteção social primária é definida como:

Os sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem mediação de instituições específicas. (CASTEL, 1998, p.48).

Costa (2002) também analisa as práticas protecionistas da relação primária no contexto brasileiro da seguinte forma:

Em certas conjunturas, essas pautas reafirmam obrigações femininas nas casas, múltiplas práticas de proteção social de crianças e adultos, doentes físicos e mentais, de natureza primária: família e grupos de convívio, dispensando ou retardando a montagem de proteção social secundária no país: serviços sociais em instituições estatais e privadas de cuidados diversos. (COSTA, 2002, p.301).

A autora ressalta que a proteção primária sempre esteve presente no contexto brasileiro, mas por ser naturalizada acabou dificultando a intervenção do Estado frente as demandas sociais apresentadas pelas famílias.

Castel (1998) também analisa a proteção social secundária, ou seja, aquela que é desempenhada por instituições públicas e privadas e aponta que esta irá se desenvolver a partir de: “montagens cada vez mais complexas que dão origem a estruturas de atendimento assistencial cada vez mais sofisticada.” (CASTEL, 1998, p.57).

Desse modo, a proteção social secundária surge a partir do momento em que o Estado intervém na questão social e a institucionaliza. Porém, ambas as formas de proteção social, tanto a primária quanto a secundária caminham juntas, quando são pensadas na perspectiva ampliada do conceito de proteção social. Assim, podemos partilhar com o pensamento de Mesquita (2012) que ao estudar os mecanismos de proteção social, formais e informais, acessados pelas famílias monoparentais femininas destaca que:

Pensar nos sistemas de proteção social sem inserir a família como um importante mecanismo privado de proteção é esquecer a função que a estrutura familiar desempenhou (e ainda continua) durante séculos. Pois, a presença efetiva de um Estado voltado para a redução da situação de vulnerabilidade e bem estar da população, para além de garantir a segurança, em especial dos mais pobres, é muito recente. (MESQUITA, 2012, p.27)

O importante a ser destacado nessa análise é que a construção das redes sociais formadas pelas famílias pobres e a falta – ou a fragilidade – de um padrão de proteção social secundário fez com que as redes primárias se tornassem fundamentais no cotidiano dessas famílias. Ou seja, quando as famílias encontram dificuldades para acessar as políticas públicas, elas para resolverem suas demandas, acionam as redes primárias. Assim, as mulheres vão buscar apoio de outras mulheres e também da sua rede de parentesco mais próxima. Através da formação dessas redes sociais, as mulheres podem obter ajuda nos momentos de crise, como também apoio moral e troca de serviços²⁰.

Os Estados de Bem Estar Social possuem uma interferência nos espaços privados, a ponto de se pensar, como afirmam Mesquita e Freitas (2013) que o papel da proteção social assumido pela família pudesse ser descartado. Contudo, vários autores apontam que, contraditoriamente, a família e o Estado permanecem sendo instituições imprescindíveis de proteção social. Esping-Andersen, uma literatura "clássica" nesta questão, afirma que "o *welfare state* não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de proteção social" (1991,p.101). Novamente, este autor aponta que a família é uma das instituições fundamentais na promoção do bem estar social nos países da Europa Ocidental. Como relembra Mesquita (2012), este autor foi questionado, por feministas, acerca de sua negligência a respeito do papel das famílias e das mulheres, e o mesmo reconheceu que não havia abordado com propriedade o papel da família nesses modelos, fixando sua análise mais na relação entre o Estado e o mercado. Contudo, em "Women in the New Welfare Equilibrium" (ESPING-ANDERSEN, 2003) podemos ler que a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi fundamental para um "new welfare equilibrium". E será essa relação entre família, mulheres e política social nosso foco de análise no próximo item.

²⁰ De acordo com Carvalho (1994); Fonseca (2002); Sarti (2005) a construção das redes sociais são fundamentais na sobrevivência das famílias pobres diante das dificuldades que essas famílias passam no decorrer da vida.

2.2- Famílias, Mulheres e Política Social: um debate relevante.

Diante da reflexão realizada no item anterior sobre a forma pela qual a família se apresenta no contexto contemporâneo e da articulação feita em torno das dinâmicas que envolvem as famílias, neste item procuramos estabelecer uma relação entre famílias e política social, ou seja, entendemos que se torna importante pensar no papel desempenhado pelas famílias diante das mudanças estruturais ocorridas no contexto brasileiro.

Com o desemprego estrutural e o trabalho precário, acentuado a partir do final século XX e início do século XXI, podemos identificar uma realidade dramática que acabou afetando muitas famílias. Segundo Pereira (2004) a partir da crise da década de 1970 a família vem sendo redescoberta como um agente privado de proteção social, pois os Estados vêm propondo medidas/políticas para dar conta das demandas apresentadas pelas famílias. Esta autora também destaca o papel da família no âmbito da reprodução social no contexto brasileiro, apontando que a família sempre desempenhou um papel significativo na formação da população brasileira, pois é no ambiente intrafamiliar que se exerce o cuidado com os membros da família.

Outra autora que comunga com esta linha de pensamento é Carvalho (2007) e destaca que tanto a família como o Estado são instituições fundamentais nas sociedades capitalistas, pois: “O Estado e a família desempenham papéis similares, em seus respectivos âmbitos de atuação: regulam, normatizam, impõem direitos de propriedade, poder e deveres de proteção e assistência” (CARVALHO, 2007, p. 268).

A proteção social analisada sobre esse aspecto se faz presente no âmbito da família, do Estado, do mercado e também nas organizações não governamentais, já que assumem responsabilidades partilhadas em torno dos serviços oferecidos para as famílias que Carvalho (2007) designa de Welfare Mix. Pereira (2004) salienta que a família também se apresenta como um lócus contraditório, no âmbito da proteção social, pois “o objetivo da política social em relação à família, ou ao chamado setor informal, não deve ser o de pressionar as pessoas para que elas assumam responsabilidades além de

suas forças e de sua alçada, mas o de oferecer-lhes alternativas realistas de participação cidadã²¹” (Pereira, 2004, p.40).

A autora, citada anteriormente, ressalta que a família precisa do apoio do Estado para dar conta de suas necessidades sociais, mas também é pressionada para arcar com as “responsabilidades” impostas pela sociedade. Logo, não podemos descartar o apoio primário existente nas relações familiares. Segundo Carvalho (1995) a sociabilidade sociofamiliar e as redes de solidariedade sempre foram para as camadas populares uma condição de sobrevivência, porém não podemos desconsiderar a responsabilidade do Estado na garantia da proteção social.

Nessa perspectiva, percebemos que é a partir da Constituição Federal de 1988 que o Brasil avança em termos da Seguridade Social, assegurando o direito à Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Sendo que a Assistência Social assume um perfil diferenciado se comparado com os níveis de assistência propostos em períodos anteriores, pois a partir da CF-88:

A Assistência Social passou a ser reconhecida como de responsabilidade do Estado e foram desnaturalizados os tradicionais papéis de provisão social da família e da sociedade, por meio da efetivação de um novo campo de direitos humanos e sociais que são concedidos à parcela da população até então excluída da sociedade. (MESQUITA E FREITAS, 2013, p.193).

Ainda na década de 1990 com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), lei n°. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, configura-se uma nova forma de gestão pública da Assistência Social que passa a ser regulamentada como competência nas três esferas de governo. Nesse mesmo período, o BPC foi regulamentado pela LOAS.

No entanto, foi em 2003 que o processo de construção e de consolidação da Assistência Social enquanto um direito de cidadania é efetivado na IV Conferência Nacional de Assistência Social, como um requisito para a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) um sistema

²¹ Debate fundamental neste sentido diz respeito a perspectiva familista presente na políticas sociais. Cf. para aprofundamento: Campos e Teixeira (2010), Mesquita e Freitas (2013), Andrade (2009) e Campos e Miotto (2003). Vale destacar um outro autor seminal para essa discussão sobre familismo e desfamilização é Sping-Andersen e Saraceno. Cf. Sping-Andersen (1991 e 2003) e Saraceno (1997).

público descentralizado, participativo e não contributivo e que tem como função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. É nessa conjuntura que a família aparece como uma possível parceira do Estado no enfrentamento da pobreza, segundo Miotto (2009, p.141): “Assiste-se, então, um processo de supervalorização da família, especialmente no âmbito das políticas públicas”. E, conforme abordado no capítulo 1, é nesse momento que surge o Programa Bolsa Família.

Diante desse debate em torno das estratégias governamentais no combate à pobreza, cabe-nos algumas indagações: quem da família arcará com as condicionalidades impostas por esses programas? Que práticas sociais são atribuídas para os homens e para as mulheres na sociedade? Mesquita e Freitas (2013) sintetizam essa argumentação enfatizando que:

E, é neste contexto de matricialidade sócio familiar, que a família ganha visibilidade e relevância no cenário político, enquanto estratégia de intervenção e execução de ações na área social. Todavia insistimos em apontar o aspecto contraditório da relação que se estabelece entre Estado e as famílias, uma vez que as mulheres continuam sendo as maiores responsáveis pela família, esfera caracterizada pelo cuidado dos filhos e afazeres domésticos. (MESQUITA E FREITAS, 2013, p.193).

As autoras destacam que devemos primeiramente analisar a relação entre o Estado e a família, pois o Estado precisa da contribuição das famílias para que os programas de transferência de renda, ou mais especificamente o PBF, obtenha um significativo impacto nas condições de vulnerabilidade social apresentadas pelas famílias. Outro ponto chave dessa discussão consiste em compreender que a responsabilidade imposta para as mulheres reforça as desigualdades de gênero.

Mariano e Carloto (2010) também contribuem para esse debate na medida em que discorrem sobre o papel das mulheres em torno da política de assistência social e afirmam que: “É a mulher, imbuída do papel feminino que lhe foi tradicionalmente atribuído, que incorpora a família diante dessas políticas” (MARIANO e CARLOTO, 2010, p.458).

Nesse sentido, as autoras chamam atenção para as delegações impostas para as mulheres beneficiárias do PBF. Ressaltar essa questão é

pensar nas funções atribuídas para as mulheres pobres, como afirma Mariano e Carloto (2010) o papel de cuidadora recai pesadamente sobre as mulheres pobres já que as mesmas são desprovidas de empregos mais estáveis. Em outro estudo, estas autoras traçam um debate sobre gênero e combate à pobreza relatando que as mulheres assumem uma identidade de cuidadora, principalmente por terem que cuidar das crianças, dos adolescentes e dos idosos. Com isso, podemos afirmar que:

Os discursos de feminilidade e maternidade apropriadas pelo PBF com o intuito de potencializar o desempenho de suas ações no combate à pobreza reforçam o lugar social tradicionalmente destinado às mulheres: a casa, a família, o cuidado, o privado, a reprodução. (CARLOTO E MARIANO, 2009, p.207).

Esses apontamentos chamam atenção para o papel desempenhado pelas mulheres em torno do contexto familiar, dado que reforçam/definem o lugar destinado às mulheres através de práticas sociais conservadoras que tem como fator primordial a reprodução das relações sociais. Outro ponto fundamental deste debate é que não podemos deixar de identificar que as atividades impostas para essas mulheres estão atreladas à esfera da reprodução das relações sociais, pois as mulheres se tornam principais protagonistas na relação entre o Estado e a esfera privada.

Diante dessas observações percebemos que a relação feita entre famílias, mulheres e políticas sociais se torna um importante elemento para compreendermos as atribuições assumidas pelas mulheres, principalmente àquelas das camadas mais pobres. A partir desta discussão, pretendemos no próximo item aprofundar o que os documentos produzidos pelo PBF apontam em relação às famílias e as atribuições impostas para as mulheres.

2.3- Análise documental: o que os documentos apontam na relação entre o Programa Bolsa Família e as mulheres beneficiárias?

Este item tem por objetivo analisar a definição de família apresentada nos documentos do PBF, como também tem como propósito identificar se o programa impõe ou não atribuições específicas para as mulheres. Pressupõem-se que os princípios e concepções estabelecidos pelo programa podem, ainda que indiretamente, induzir os governos municipais a implementarem ações que possam favorecer a inclusão das mulheres no mercado de trabalho ou podem, por outro lado, condicionar as mulheres a se manterem no espaço privado.

Antes de iniciarmos a análise propriamente dita cabe algumas questões como: Qual a importância do documento?²² Os documentos são importantes no âmbito da pesquisa? Falar da importância do documento é retratar as possíveis referências úteis que contém o documento, ou seja, os sujeitos envolvidos, o contexto político, os conceitos abordados, a identificação dos dados, como também o processo histórico do documento, ou seja, estes elementos condicionam uma proposta metodológica no campo da pesquisa. Segundo Bowen (2009) a análise dos documentos torna-se fundamental na medida em que sua apropriação nos remete analisar o processo histórico e cultural, bem como os conceitos analisados.

Com o objetivo de complementar a importância da análise documental, Flick (2009) salienta que os documentos não contém apenas dados simplórios, eles se constituem enquanto um recurso para a pesquisa, pois representam um dado sobre uma realidade e contém informações significativas para entender o contexto pelo qual foi produzido. Baptista e Mattos (2011) apontam que é importante destacar nos documentos o contexto da elaboração dos textos, o contexto da influência, ou seja, as estratégias da ação política e o contexto da prática, que diz respeito a uma análise mais profunda sobre as estratégias de ação política contida nos documentos.

²² Resolvemos fazer um breve apontamento sobre a importância da análise documental neste item com o objetivo de justificar como procedeu a pesquisa nas fontes documentais do PBF. Contudo, a metodologia da pesquisa será melhor explicitada no capítulo 4 desta tese.

Neste sentido, a análise documental torna-se importante porque estamos avaliando as produções elaboradas em torno do PBF, um programa que tem forte impacto nas condições de pobreza no Brasil. E, o objetivo consiste em verificar o conceito de família abordado pelo documento que implementa o Bolsa Família como também identificar qual é o papel assumido pela mulher, ou seja, procuramos entender se há uma imposição ou não da responsabilidade feminina no que tange às demandas do programa.

Primeiramente, pesquisamos todas as normativas do PBF referentes ao ano de 2003 até o ano de 2013²³. Nos decretos expedidos neste período não foi encontrado nenhum recorte dado a temática da família e as atribuições para a figura feminina. As portarias instituídas no ano de 2004 até o ano de 2013 também não discorriam sobre o tema em voga e as instruções operacionais publicadas no período de 2005 até 2010 abordavam numa discussão sobre o cumprimento das condicionalidades do programa, principalmente em relação aos serviços oferecidos pelo município.

A partir dessa pesquisa selecionamos apenas dois documentos que tratam diretamente da temática de família e também apresentam subsídios para o debate sobre as atribuições impostas para as mulheres no âmbito do PBF, são eles: a Lei n°. 10.836, de 9 janeiro de 2004 e o Informe Controle Social n°. 43 de 2013.

A lei n°. 10.836, de janeiro de 2004 é um documento governamental produzido num contexto histórico e político onde as estratégias de combate à pobreza passam a ter como foco a família. Esta lei foi aprovada no âmbito de vigência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e podemos dizer que neste período houve um enfoque diferenciado no contexto brasileiro no atendimento à questão da pobreza.

No que corresponde a definição de família e entendendo que a mesma é a porta de entrada para o recebimento do programa, a Lei n°. 10.836 de 9 de janeiro de 2004, no artigo II, parágrafo 1° e inciso 1 aponta que o conceito de

²³ A análise centra-se no período de 2003 até 2013 com o objetivo de verificar os principais documentos elaborados no início da implementação do PBF e, também identificar as principais medidas implementadas nos dois mandatos do ex- presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Finalizamos a nossa análise no ano de 2013 com o propósito de analisar os documentos produzidos nos dois primeiros anos de gestão da ex-presidenta do Brasil Dilma Rousseff.

família é definido como "a unidade nuclear, eventualmente, ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros". Esta definição reporta-se ao conceito de família nuclear e a unidade domiciliar, mas possibilita pensar num conceito extenso de família, ao afirmar que esta pode ser ampliada por outros indivíduos, seja por laços de parentesco ou afinidade. Dessa forma, entendemos que o conceito de família abordado pelo programa não se restringe somente a família consanguínea, mas aos laços de parentesco, como também de afinidade. É importante enfatizar que tal conceito, não descarta, a possibilidade de considerar as famílias monoparentais, uma vez que indica a importância dos laços afetivos. Contudo, mantém a questão da unidade domiciliar e, nem sempre a família com que contamos é a que nos apoiamos, apesar de residir na mesma casa.

No documento Informe Controle Social n°.43 de junho de 2013, encontramos a seguinte definição de família:

Família é a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores de um mesmo domicílio. Mesmo as pessoas que não sejam parentes, mas que dividam renda e despesas de um mesmo domicílio são consideradas pelo Cadastro Único como uma família. A pessoa que mora sozinha é considerada família (família unipessoal). As Famílias conviventes são famílias estendidas, compostas por duas ou mais unidades nucleares, parentes ou não, que residem em um mesmo domicílio, mas não compartilham rendas e despesas. As famílias conviventes podem dividir as despesas habituais da casa, como aluguel, água e luz, mas não compartilham outros gastos nem dividem os rendimentos.

Neste documento, percebemos uma ampliação do conceito de família. O entendimento de família aqui está atrelado às novas composições familiares que a família assume na contemporaneidade. Mesquita e Freitas (2013) salientam que as novas composições familiares passam por um processo de mudança contínua, ou seja, não devemos nos reportar a um único modelo de família, mas partir para uma concepção ampliada de famílias. O PBF ao ampliar este conceito permite ampliar também o público-alvo do programa, já que a família nuclear, composta somente por pai, mãe e filhos, não é o modelo

a ser priorizado pelo programa. Tal postura proporciona o reconhecimento de outras composições familiares, como famílias unipessoais, famílias monoparentais, famílias conviventes²⁴, uniões formais (como o casamento religioso ou civil), mas também famílias constituídas por uniões estáveis e recasamentos.

No que se refere à responsabilidade imposta para as mulheres, a lei n°. 10.836/2004, no artigo II e parágrafo 14°, destaca que: “o pagamento dos benefícios previstos nesta lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento”, ou seja, identificamos que a mulher assume um espaço significativo em torno do PBF, pois se torna responsável em receber o pagamento do benefício. Todavia, apesar de assumir uma posição de gerência do benefício, cabe questionar se esse compromisso também impõe responsabilidades para as mulheres, visto que são responsáveis pelo âmbito familiar.

Freitas e Mesquita (2013) apontam que devemos ter um olhar atento para a imposição de tarefas que vão ser delegadas ao papel da mulher no âmbito dos programas sociais, ou seja, apesar dos avanços obtidos pelo PBF, no que tange ao acesso a bens e serviços públicos, há também outro elemento que está por trás desse processo, que é uma imposição para a mulher no cumprimento das condicionalidades estabelecidas pelo programa.

Carloto e Mariano (2009) também enfatizam que:

Ao ser incluída no PBF, a mulher é tomada como representante do grupo familiar, vale dizer, o grupo familiar é materializado simbolicamente pela presença da mulher. Esta por sua vez, é percebida tão somente por meio de seus ‘papéis femininos’, que vinculam, sobretudo, o ser mulher ao ser mãe com uma identidade centrada na figura da cuidadora, especialmente das crianças e dos adolescentes. (CARLOTO E MARIANO, 2009, p.904)

As autoras trazem um debate acerca dos papéis que são impostos à figura feminina e ao papel social construído em torno das mulheres que “indica” que são as mesmas que devem zelar pelo cuidado da família. Com isso, evidenciam que o cumprimento das obrigações exigidas pelo PBF reforça para

²⁴ Segundo o IBGE (2010) considera-se famílias conviventes àquelas constituídas de no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar.

a mulher a condição de responsável pela família.

A partir dessa discussão não podemos deixar de mencionar, novamente, a importância do conceito de gênero enquanto um elemento que nos faz pensar nas atribuições impostas para os homens e para as mulheres na sociedade. Ao identificar as desigualdades de gênero, podemos refletir sobre as diferenças atribuídas entre os sexos e isso nos faz entender as formas de dominação e de poder.

Também foi identificado no PBF Informe Controle Social, n°.43 de junho de 2013, que “o responsável pela unidade familiar é a pessoa que vai fornecer as informações ao entrevistador. Deve ser um dos componentes da família e morador do domicílio; com idade mínima de 16 anos e de preferência mulher.”

Assim, em ambos os documentos, identificamos a palavra preferência ao mencionar a mulher enquanto responsável pelo cumprimento dos objetivos do PBF. Este elemento pode reforçar a ideia de que ainda atribuímos à figura feminina papéis que cabem à esfera do cuidado e a responsabilidade pela família. E aqui, novamente, verificamos a importância do gênero como elemento naturalizador dessas relações, principalmente nas questões afetas ao mundo privado, onde a mulher surge "naturalmente" como a principal responsável por esse espaço.

Outra questão pertinente nessa análise é que os documentos analisados representam esferas diferentes no âmbito da política pública, ou seja, a lei n°. 10.839 de 9 de janeiro de 2004, possui um caráter jurídico e foi sancionada pelo Congresso Nacional e o “Bolsa Família Informa” representa um canal informativo com conteúdo mais simples, com o objetivo de sanar dúvidas referentes ao PBF. Em ambos os documentos constatamos uma ênfase no papel feminino em relação ao cumprimento dos objetivos do PBF.

Como forma de sintetizar este debate torna-se pertinente pontuarmos que “ as famílias” (lugar das mulheres) são objetos de intervenção das políticas sociais, exatamente por causa das características socialmente construídas, a partir de um viés de gênero, na manutenção de seus membros.” (MESQUITA e FREITAS, 2013, p.216).

Com isso, compreendemos que essa discussão não se esgota aqui, pois o que pretendemos com essa análise é ressaltar a importância de

considerarmos o lugar das mulheres no âmbito das políticas sociais, ou mais especificamente nos PTCR, pois se ocultarmos o seu lugar ocultaremos demandas que podem ter um cunho social e político. Diante dos apontamentos assinalados, procuramos no próximo capítulo entender como se configura esta relação no município de Alegrete. Sendo assim, apresentamos, o contexto histórico e social do município, já que torna-se importante conhecer o lugar que estamos pesquisando.

CAPÍTULO III- ALEGRETE: nas trilhas da sua história e de seu cenário social.

Neste capítulo, retratamos a história e o cenário social do município de Alegrete, com o objetivo de conhecer, de forma mais detalhada, o campo empírico de análise.

Inicialmente, minha presença em Alegrete estava atrelada a figura de *outsider*, conforme apontado por Elias e Scotson (2000), e meu olhar para este território, neste momento, foi de certo estranhamento, principalmente no que diz respeito a cultura gaúcha, a fala, como também a própria adaptação no novo local de moradia.

Assim sendo, cabe a seguinte indagação: Por que estudar Alegrete? Esta pergunta foi feita durante todo o período em que estive no doutorado, seja na sala de aula, nos congressos e em outros lugares que percorri. A resposta para esta pergunta surgiu a partir do momento em que fui visitar a cidade de Alegrete em julho de 2014 e, como permaneci na cidade durante um mês, neste período foi procurar a Secretaria de Assistência Social com o intuito de saber como funcionava a gestão do PBF no município. A partir desta visita fui convidada pela secretária, do setor de assistência social, para visitar uma família que se encontrava, naquele momento, em condição de extrema pobreza. No dia seguinte, após o convite, fui junto com a secretária de Assistência Social e uma estagiária de Serviço Social fazer o cadastramento da família supracitada e, para chegar ao local da visita fomos em um veículo próprio da secretaria.

Cabe ressaltar que o local de moradia dessa família era de difícil acesso e ao mesmo tempo distante do centro da cidade. A rua não possuía esgoto sanitário e nem asfalto, como também havia poucas residências, pois era um local em que a enchente era bastante frequente e, com isso dificultava a permanência de algumas famílias nesta localidade. Neste bairro, também havia animais como: cavalo, porco e cachorro que circulavam pela rua.

Ao entrar na residência dessa família deparamos com uma “casa” improvisada, pois a “casa” era construída com tábuas de madeira e era fixada em cima de algumas rodas. No primeiro momento, este tipo de residência me

causou estranheza, mas a justificativa apontada pela mulher foi que a casa era construída sobre as rodas por causa das constantes enchentes que ocorria no local e as rodas facilitavam o deslocamento da casa para outros lugares, não tão distantes, onde a enchente não tinha invadido. A mulher também apontou que esta estratégia, de construir uma “casa” sobre as rodas, faz com que as famílias não tenham perdas constantes de objetos de uso pessoais e de eletrodomésticos, principalmente a geladeira e o fogão. E, também faz com que as perdas sejam menos sentidas, uma vez que o entorno mais próximo, o espaço privado, não muda ainda que territorialmente ocorra a mobilidade.

Essa família era composta pela mulher e por mais quatro filhos, sendo que o mais velho, um menino, morava com a avó materna (revelando uma estratégia de longa duração: a circulação de crianças que já analisei no capítulo 2²⁵) e as outras filhas residiam junto com a mesma. Cabe ressaltar que a casa se encontrava em condições muito precárias, e não possuía repartições entre os cômodos, ou seja, só possuía dois cômodos: um quarto e uma cozinha improvisada. Havia também muitos buracos nas paredes fazendo com que o frio se concentrasse ainda mais dentro da casa, e isso deu para perceber porque no dia em que fui fazer a visita, a temperatura estava muito baixa, em torno de uns sete graus.

Sobre o aspecto do frio, pude perceber que o frio no Estado do Rio de Janeiro é muito diferente daquele que é vivenciado em Alegrete. Neste sentido, percebi que para além das condições sociais pelas quais essas famílias são afetadas, o frio demanda outros tipos de intervenção social. Em Alegrete, durante o inverno, há uma mobilização tanto por parte da prefeitura como dos estabelecimentos privados como os supermercados e as farmácias e, também as universidades na realização de campanhas de agasalhos que tem por objetivo arrecadar agasalhos e cobertores para as famílias que se encontram na condição de vulnerabilidade social.

A partir dessa visita surgiu uma inquietação dentro de mim que consistia em compreender melhor a realidade vivenciada por essas mulheres e assim que cheguei em casa e comecei a pensar com mais profundidade sobre tudo o

²⁵ A título de curiosidade, cabe destacar que a antropóloga Claudia Fonseca é de Porto Alegre/RS e o conceito de circulação de crianças surge exatamente dessa realidade, embora não se limite somente a análise de Porto Alegre.

que tinha vivenciado naquela visita domiciliar. No dia seguinte, foi novamente ao encontro da secretária de assistência social e perguntei se no município havia algum tipo de pesquisa que tratasse sobre o tema de mulheres e o PBF e a mesma apontou que não havia nenhum tipo de pesquisa que abordasse esse tema e que não havia muita pesquisa de cunho acadêmico no município, como também destacou que seria muito interessante uma pesquisa sobre este tema, não somente para a secretaria de assistência social, mas para o município.

Ao retornar para o Rio de Janeiro comentei toda essa vivência, inquietação e motivação com a minha orientadora²⁶ e resolvemos estudar essas mulheres e assim surgiu uma nova pergunta para a nossa pesquisa: como o Programa Bolsa Família, por meio das ações complementares, pode afetar as condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho em Alegrete?

E foi assim que Alegrete apareceu em minha vida, por conta de uma inquietação e ao mesmo tempo de uma motivação de tentar compreender como se configura este objeto de pesquisa em um município de pequeno porte e que ao mesmo tempo representa a realidade de muitas famílias brasileiras.

Dessa forma, o presente capítulo tem por objetivo apresentar o contexto histórico e social de Alegrete e o mesmo está estruturado a partir dos seguintes itens: no item 3.1- procuramos apresentar os fatos históricos que marcaram/marcam o município de Alegrete, como também identificar seu contexto social na contemporaneidade; no item 3.2- discorreremos sobre as características demográficas e o cenário social de Alegrete e no último item o 3.2.1- buscamos identificar as condições sociais das mulheres alegretenses em relação ao âmbito familiar e ao mercado de trabalho.

²⁶ Que no período em voga era a Luciene Burlandy, que muito contribuiu com a primeira versão desta tese, encaminhada para a qualificação.

3.1- Percorrendo o contexto histórico de Alegrete.

A história de Alegrete sinaliza alguns fatos e acontecimentos que contribuem para a compreensão do cenário social e econômico do município. Com o objetivo de conhecer mais sobre a história do município, realizamos uma pesquisa no Centro Cultural Adão Ortiz Houayek, localizado no centro da cidade, sendo este uma referência no âmbito da cultura, principalmente sobre a tradição gaúcha. Neste local, conseguimos alguns livros e revistas que retratam a cultura e a formação do município de Alegrete, mas após estudar o material pesquisado, sentimos a necessidade de explorar mais a cultura e a história da região para que assim pudéssemos socializar de forma clara e objetiva a formação do povo de Alegrete e ao mesmo tempo conhecer a história do município.

A partir dessa necessidade, no mês de fevereiro de 2017, fomos buscar mais informações sobre a história local na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, antiga Secretaria de Assistência Social, e uma funcionária solicitou-nos a ida ao Museu do Gaúcho e Memorial de Alegrete, garantindo que iríamos achar mais dados sobre o município. A ida ao museu foi feita no mesmo dia em que fomos à referida secretaria. Cabe ressaltar que o museu fica em uma região distante do centro da cidade sendo caminho de acesso a BR 290, uma estrada que liga Alegrete a quase todos os municípios do estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1: Foto do Museu do Gaúcho, Arquivo Histórico e Memorial de Alegrete.



Fonte: Da autora, 2017.

Chegando ao local, deparamos com duas funcionárias para quem explicamos o motivo de nossa visita. Elas solicitaram que retornássemos no dia seguinte, pois havia um funcionário que, segundo elas, entendia muito sobre o contexto histórico e social do município. Foi assim que, no dia seguinte, na parte da manhã, fomos novamente ao local e conheci o senhor Jefferson Costa Leite²⁷, que se tornou um importante informante para conhecermos a história de Alegrete.

Porém, antes de nos debruçarmos sobre o contexto histórico de Alegrete, ressaltamos uma análise importante feita pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul- CREA/RS, que ao elaborar um estudo sobre o patrimônio cultural de Alegrete, em setembro de 2009, afirma que o lugar deve ser pensado como algo sempre concreto e não abstrato por ser permeado de uma história própria.

Cabe ressaltar que para este estudo vamos retratar alguns acontecimentos históricos que marcaram fortemente a formação do município e que perpassa também pela história do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. Para isso, resolvemos delimitar esses fatos históricos a partir de dois grandes conflitos: A Revolução Farroupilha e a Revolução Federalista, que segundo Jefferson Leite influenciaram de forma significativa a formação do povo gaúcho, como também o município em voga, pois o mesmo foi palco destas duas grandes revoluções.

Neste sentido, cabe destacar que as revoluções acima apresentadas serão relatadas de forma sucinta, pois o objetivo deste capítulo consiste em apontar, de forma breve, os principais acontecimentos que ocorreram nesta região. Sendo assim, cabe mostrar o mapa do Rio Grande do Sul para nos situarmos de que regiões estamos falando e ao mesmo tempo compreender a localização geográfica.

²⁷ Quando o mesmo foi interrogado sobre quem ele é, respondeu: Sou Jefferson Costa Leite, sou técnico em agropecuária formado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Sou literário, com bacharel em letras. Sou filósofo, graduado em filosofia pela UFSM. Sou graduando em direito pela Universidade Regional da Campanha (URCAMP). Também possuo curso de especialização em História com ênfase na cultura regional. Estou aqui no museu do gaúcho há oito anos e sou guia aqui. Sou de uma família antiga, minha família está em Alegrete há mais de duzentos anos.

colonizadores, os mesmos eram nômades e se alimentavam por meio da caça e, este tipo de cultura contribuiu para a formação do gaúcho primitivo. Mas, os índios minuanos eram os que serviam os colonos portugueses.

Segundo Araújo Filho (1985) o município de Alegrete teve sua origem no século XIX, mais especificamente na guerra de 1801, onde os gaúchos José Francisco Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso conquistaram o território das missões jesuíticas na parte norte do Rio Ibicuí (apresentado na figura 2) para a coroa portuguesa e como forma de proteger o local, os portugueses colocaram guardas para proteger o território e a partir deste fato começou a nascer o primeiro povoado.

Um fato marcante presente nos registros históricos do município é o incêndio da Capela Nossa Senhora da Conceição que foi provocado pelos invasores espanhóis, em setembro de 1816 e que gerou na cidade um receio contra esses povos. Sobre este acontecimento, Jefferson retrata-o de forma mais detalhada destacando que²⁸:

No início do século XIX, o governador era Dom Diogo de Souza, acampou às margens do rio Inhanduí junto com o padre painho e se consolidou um povoado que era o povoado de Nossa Senhora Aparecida, denominado povoado dos "aparecidos". Como aqui era zona de litígios, de briga, de portugueses brigando com os espanhóis(...). Em 1814 já estava consolidado, a vila, o povoado de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Só que em 1816 colocaram fogo, que foi o pessoal da banda oriental do Uruguai, ou seja, os espanhóis colocaram fogo no povoado e os aparecidos ficaram sem lugar e aí saíram caminhando e – já era uma comunidade grande e conhecida- foi quando o General Xavier Curado, que era representante de todas as tropas aqui na região da fronteira portuguesa, pediu para o governador da capitania que essas pessoas tivessem um lugar seguro e o Marquês de Alegrete, o Luiz Caminha Meneses, autoriza por documento no dia 24/01/1817 que esse povoado ficasse às margens do Rio Ibirapuitã próximo ao Tenente Coronel Costa para dar proteção e ficarem nas terras de um senhor chamado de Antônio José Vargas, e aí vai nascer Alegrete

Diante desse relato, podemos perceber como nasce o povoado em Alegrete que surge a partir de conflitos travados pela disputa territorial, principalmente entre os portugueses e os espanhóis. Cabe ressaltar que o nome da cidade dá-se por conta da homenagem ao Marquês que Alegrete, que

²⁸ As falas de Jefferson e de outros entrevistados apareceram em itálico como forma de diferenciar das citações bibliográficas.

segundo Jefferson há em Portugal uma cidade que se chama Alegrete que é uma freguesia e tem dois mil habitantes e fica próxima a cidade de Badajoz (na Espanha). Segundo o entrevistado algumas pessoas falam que o nome Alegrete significa canteiro de flores, mas nada o convence que isso está certo porque os registros históricos apontam mais a relação do nome da cidade com o Marquês de Alegrete.

Outros acontecimentos também ocorreram na cidade e isto vem mais uma vez confirmar que o município foi palco de muitas guerras. Dentre essas guerras podemos citar a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos que ocorreu em 20 de setembro de 1835. O motivo desta guerra deu-se pelo descontentamento do povo gaúcho com o governo imperial do Brasil. A questão política baseava-se no conflito político entre os chamados liberais, que pleiteavam um modelo de estado que concedesse uma maior autonomia para as províncias, ou seja, os ideais políticos e ideológicos desta revolução consistia na defesa de um modelo republicano e liberal, pois queriam transformar o Rio Grande do Sul em um Estado Republicano, sendo que este modelo era oposto ao defendido pelo governo imperial que era o regime monárquico.

Segundo Ribeiro *et al* (1985) houve uma série de antecedentes políticos que fizeram com que eclodisse a guerra, são eles: a incorporação tardia do território do RS à colônia portuguesa; as terras do RS foram distribuídas para fins de ocupação e ficava a cargo dos militares que tinham por obrigação vigiar as fronteiras. Os militares também eram estanceiros (fazendeiros) e se revoltaram contra o governo central, pois percebiam que o governo central não dava atenção para a região sul do país. Outro elemento importante é que o RS não utilizava a mão de obra escrava em suas estâncias no âmbito da produção e o que predominava no território eram os latifúndios e os peões, sendo ambos assalariados, diferentemente das outras regiões do estado do Brasil.

Com relação à economia local, baseava-se na produção do charque e do couro, sendo o sul o principal produtor destes produtos no Brasil. Porém, o governo imperial preferia importar o charque uruguaio e argentino, pois era mais barato que o charque proveniente do RS. O charque, neste período, era utilizado para alimentar os escravos que trabalhavam nas cafeiculturas da

região sudeste e nas plantações de cana de açúcar em Minas Gerais, ao mesmo tempo em que era muito utilizado na região sudeste e centro-oeste do Brasil.

Sendo assim, também havia uma excessiva cobrança de impostos para a produção do charque gaúcho que impedia o aumento do lucro por parte dos estanceiros do sul e, atrelada à esta questão a arrecadação dos impostos, por parte do governo central, não era convertida em investimento no território do gaúcho e isso gerou um sentimento de revolta por parte da população, pois perceberam que os impostos cobrados pelo governo imperial tinham como objetivo investir no desenvolvimento do Rio de Janeiro e no pagamento da dívida externa, na época com a Inglaterra.

Diante desses acontecimentos históricos, no dia 20 de setembro de 1835, eclodiu a Revolução Farroupilha²⁹ com a ocupação de Porto Alegre e com a renúncia do presidente desta província e quem conduziu esta revolução foi Bento Gonçalves. Os revolucionários tinham como objetivo escolher um governo independente, já que o regime monárquico não trazia benefícios para a região do RS.

A batalha do Seival, em setembro de 1836, foi uma etapa da Revolução Farroupilha, pois constituiu num combate entre o governo imperial, liderado pelo Coronel João Silva Tavares e, do lado dos farrapos a liderança era do Coronel Antônio de Sousa Neto. Nesta batalha os farrapos venceram e proclamaram a República Rio Grandense e fundaram a primeira capital farroupilha, localizada em Piratini, que permaneceu até 1839.

Durante o período da revolução, os farrapos chegaram a organizar alguns ministérios, mas devido aos constantes deslocamentos dos mesmos por conta da perseguição das forças imperiais, isso fez com que não fosse implementada uma constituição. Sendo assim, novamente a capital farroupilha foi deslocada para Caçapava do Sul em 1839 ficando até 1940.

A partir 1840 há, novamente, a mudança da capital Farroupilha agora para Alegrete, território de nosso estudo. Nesta cidade ocorreu algumas discussões em torno da elaboração de uma constituição, cujo objetivo consistia

²⁹ A Revolução Farroupilha teve como inspiração ideológica a Revolução Francesa de 1789 e as ideias de luta estão presentes na bandeira do estado do RS a partir dos dizeres: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

em organizar as instituições e uma “nova” sociedade nos moldes do governo dos farrapos.

Apesar de toda organização dos farrapos, os registros históricos apontam que no transcorrer desses dez anos houve muitos combates³⁰ entre o governo central e os líderes da revolução. No ano 1840, o governo central chefiado por Dom Pedro II, nomeou Luiz Alves de Lima e Silva, o Barão Duque de Caxias, como presidente da província do RS e determinou que o mesmo combatesse os farrapos. Caxias obteve êxitos em suas batalhas devido a força que o governo imperial oferecia para o combate e, os farrapos acabaram sendo derrotados devido ao esgotamento físico e também pelas consecutivas derrotas, com isso a República Rio Grandense se enfraquecia cada vez mais, ao mesmo tempo em que se tornava itinerante.

Em 25 de fevereiro de 1845, na cidade de Ponche Verde, é assinado o tratado de paz que firmou a retomada do RS ao império e também foi implementado alguns acordos de cunho social, político e econômico, dentre eles a integração da economia do sul à economia nacional.

Outro fato marcante no processo histórico de formação do município de Alegrete é a Revolução Federalista. Esta revolução aconteceu após a proclamação da República, em 1893, e consistiu num conflito político. Um grupo liderado por Gaspar Silva Martins de cunho federalista tinha como proposta a implementação de um sistema descentralizado baseado no parlamentarismo e exigia uma revisão da Constituição Federal de 1891, além disso pleiteavam a saída de Júlio de Castilhos, então presidente do estado do RS e defensor do regime republicano, no qual tinha poderes governamentais para defender a centralização política e o presidencialismo.

Haviam dois partidos políticos que lideravam o RS eram eles: o Partido Republicano Rio Grandense, liderado por Júlio de Castilhos e seus seguidores que eram chamados de ximangos; e o Partido Federalista do Rio Grande do Sul liderado por Gaspar Silva Martins, sendo seus seguidores denominados

³⁰ Cabe ressaltar que não apresentaremos todas as batalhas existentes neste período, pois o nosso propósito é apenas situar o contexto histórico com o município de Alegrete. Para maiores aprofundamentos ver: RIO GRANDE DO SUL, Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Porto Alegre, 1985.

maragatos. Esses partidos entraram em conflito e com isso gerou a Revolução Federalista no estado do RS.

Os maragatos³¹ conseguiram, por um período, dominar a fronteira sul do RS, os mesmos também venceram os ximangos em maio de 1893, nas proximidades do arroio do Inhanduí, na cidade de Alegrete. Com o passar dos anos, esse mesmo grupo juntamente com os participantes da Revolta Armada³² foram conquistando outros territórios como o de Santa Catarina e do Paraná. Porém, nos finais dos anos de 1894, o movimento foi perdendo forças e foi vencido pelas tropas federais do então presidente Floriano Peixoto, na batalha de Lapa, no Paraná. Sendo assim, em 23 de agosto de 1895 foi assinado um tratado de paz, na cidade de Pelotas encerrando o fim da revolução.

A partir desses acontecimentos históricos que marcaram a história do RS, como também de Alegrete, pois esta cidade foi a terceira capital da Revolução Farroupilha e também foi palco dos conflitos políticos gerados entre os maragatos e os ximangos. Logo, podemos perceber como a população foi se formando por meio de todo esse processo e, algumas características regionais não são meras coincidências.

Cabe-nos agora adentrarmos nas nuances da história deste município desvendado um pouco mais sobre a formação histórica e cultural. Sendo assim, optamos por identificar como se estruturou a cidade do Alegrete.

No período da Revolução Farroupilha, Alegrete começava a se estruturar e foi elevada à categoria de vila em outubro de 1831. Após o término desta revolução, em fevereiro de 1857 a Vila de Alegrete passa a elevação de foro da cidade. O filósofo Jefferson Leite narra de modo detalhado esse processo:

Em 1833 teve eleições para vereadores. Em 1834 foi dado posse aos vereadores. Em 1846 Alegrete deixa de ser vila e passa a ser freguesia que já tinha o legislativo, o judiciário e a Comarca das Missões. Em 1857 por uma lei provincial do deputado Luiz Alves Leite

³¹ Cabe ressaltar que o maragatos tiveram apoio do Uruguai e da Argentina, o que garantiu realizar algumas táticas e ao mesmo tempo contrabandear armamentos.

³² A Revolta Armada foi um movimento em oposição a instalação do regime republicano promovido pela Marinha do Brasil.

de Oliveira Belo, a Lei 339, Alegrete passou a ser cidade nos moldes do que é hoje.

Sobre a estrutura geográfica, a cidade de Alegrete é cortada pelo rio Ibirapuitã, conforme ilustra a figura 3, este rio serviu como ponto de abastecimento de água até os anos de 1900, como também era local de trabalho de muitas mulheres, as lavadeiras do Ibirapuitã.

Outro evento com bastante influência no município foi a construção do hospital da Santa Casa de Caridade³³, inaugurado em março de 1876, que teve em sua administração, por um longo período, as freiras de Santa Catarina, sendo que este era o único hospital da cidade e ainda hoje é considerado um hospital de referência no município.

Com relação ao amparo das crianças e a educação das mulheres, foi criado em fevereiro de 1901 o Clube Beneficente de Senhoras, e quem administrava o Clube eram as senhoras da alta sociedade e tinha como finalidade prestar apoio para a população carente. Apesar do clube ter um papel significativo na cidade, o mesmo foi dissolvido em julho de 1907 por conta de pouco apoio financeiro do município para a continuação das atividades.

Segundo Araújo Filho (1985) o município de Alegrete é um dos mais ricos do estado quando se pensa nas importantes fazendas de criação de gado, existentes desde 1849. Outro elemento que contribui para este tipo de economia é o solo de boa qualidade para a pastagem do gado. Com o objetivo de aumentar a renda do município foi criado em maio de 1911 o matadouro municipal que segundo Santos (2011, p.38): “levaria a extraordinárias vantagens para os cofres públicos.”

Outra importante fonte de economia é a agricultura, com ênfase na plantação de arroz, que começou a se desenvolver em junho de 1907 e ainda hoje é uma das principais fontes econômicas do município.

Sobre a infraestrutura do município, cabe ressaltar o grande impacto que teve a construção da ponte, sobre o rio Ibirapuitã, conforme ilustra a figura 3,

³³ Ainda hoje este hospital é referencia na cidade, pois atende pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), como também da rede privada. Cabe ressaltar que no município há somente este hospital, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), e algumas unidades básicas de saúde.

que ao ser inaugurada em abril de 1893 passou a ligar as duas extremidades do município, o lado oeste e leste da cidade. Antes, a passagem de uma extremidade para outra da cidade era realizada por meio de canoas financiadas por empresas particulares. Com a inauguração da ponte a pessoas puderam circular mais pela cidade.

Figura 3: Foto da ponte sobre o Rio Ibirapuitã



Fonte: <http://www.google.com.br>. Acessado em 21 de fevereiro de 2017.

A construção da via férrea também constituiu um fator primordial de ligação do município de Alegrete com os demais municípios vizinhos, sendo a mesma inaugurada em agosto de 1903. Hoje continua sendo a principal fonte de escoamento de grãos de arroz para os municípios vizinhos e para capital, Porto Alegre.

Com relação a infraestrutura educacional, podemos salientar que a educação em Alegrete iniciou em 1913, visto que neste período foi construído o primeiro Colégio Elementar Flores da Cunha, mas a sua efetiva inauguração ocorreu em 1916, pois não existia verbas para iniciar as suas atividades nos anos anteriores. Segundo Santos (2011, p. 44): “o ano de 1916 foi o ano de instalação do Colégio Elementar com um número de matrículas de 191 alunos

e frequência de 183 alunos”. Cabe ressaltar que havia alguns empecilhos em relação ao funcionamento do prédio, pois não existia instalações sanitárias e nem água potável, mas esses serviços eram contratados. Hoje o Colégio elementar é chamado de Instituto Estadual de Educação Osvaldo de Aranha³⁴.

Figura 4: Instituto Estadual de Educação Osvaldo de Aranha



Fonte: <http://www.google.com.br>. Acessado em 21 de fevereiro de 2017.

Outro elemento pertinente na análise do município diz respeito aos hábitos locais, ou mais precisamente os hábitos gaúchos. E para que não ocorresse equívoco sobre a origem da bebida gaúcha, o chimarrão,

³⁴ Osvaldo de Aranha nasceu em Alegrete em 1884. Estudou direito na faculdade de direito do Rio de Janeiro. Após a sua formação voltou para o Rio Grande do Sul e entre os anos de 1925 a 1927 foi nomeado intendente no município de Alegrete. Tornou-se também deputado federal e secretário estadual do interior e justiça. Em 1947, foi nomeado chefe da delegação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) onde votou a favor na partição da Palestina que objetivava criar o Estado de Israel.

perguntamos para o Jefferson sobre como os gaúchos adquiriram esse hábito e o mesmo responde:

Chimarrão é dos índios guaranis. É, folha. Ela é macerada e depois é...começou porque os índios guaranis tinham ido lá pra cima (...) aqui foi adaptado, né, porque eles tomavam como chá, aqui é zona fria, eles atravessaram o Rio Uruguai, os Sete Povos das Missões, e ficou aqui muito frio, eles tiveram que adaptar e colocar água quente, né, porque mais pra cima eles tomam com água fria.

Quando o mesmo se reporta “lá pra cima” se refere a região do Paraguai, já que a erva mate é originária deste país. Em relação aos Sete Povos das Missões significa que são as regiões do Rio Grande do Sul, localizada na região noroeste, que foram colonizadas por padres jesuítas, onde os mesmos “catequizavam” os índios e com isso formou-se um povoado e mais tarde esse povoado se desmembrou e formou outras cidades.

E sobre a típica comida, o churrasco, e as danças, o filósofo destaca o seguinte comentário:

Então outra coisa que... a influência, por exemplo, de churrasco. Churrasco é influência dos índios, né, dos índios pampeanos e os minuanos, usavam, pegavam e cortavam, matavam os bichos, seja ele qual for, animal, que era o selvagem, fazia o seu fogo, botava numa madeira e colocava no chão. Então essa influência, né, de toda a cultura...as danças são influências açorianas, né, veio muito açoriano pra região, o governo prometia as terras porque isso aqui era um descampado, então ganhar um pedaço de terra era no sentido de ocupar o espaço para os portugueses, né, então foi essa mistura, né, aqui na região.

A cultura gaúcha, como também a alegretense, mescla esses elementos, que possui influência dos hábitos dos índios que habitavam nessa região e dos portugueses, no caso das danças. Segundo Jefferson: “ (...) esse sujeito chamado de “gaúcho”, vai ser aquele que vem, por exemplo, no final do século XIX e início do século XX que são os imigrantes que vêm da Europa, eles enxergam esse sujeito bucólico, brigão, né, (...) que vai fazer os seus Centros de Tradição Gaúcha (CTG)”.

Ainda hoje, a cultura gaúcha é preservada por toda a região do sul, onde podemos perceber por meio das danças, dos hábitos e dos costumes, e esta cultura se torna mais latente quando se comemora o dia do gaúcho, 20 de

setembro. Cabe ressaltar que Alegrete é um dos municípios do estado que na semana farroupilha, que geralmente ocorre entre os dias 07 a 20 de setembro de cada ano, promove um desfile de pelo menos 7 mil cavaleiros nas ruas, com a intenção de em tornar público o conhecimento sobre os costumes e as tradições gaúchas.

3.2- Alegrete: suas características demográficas e o seu cenário social

No que diz respeito a localização geográfica, o município de Alegrete fica situado na região oeste do estado do Rio Grande do Sul e possui uma área de 7.800 Km² e faz divisa com algumas cidades, são elas: Uruguiana, Quaraí, Itaqui, Manoel Viana, Rosário do Sul e Cacequi. Este município é considerado o maior município em extensão de todo o estado do Rio Grande do Sul e possui os seguintes distritos e subdistritos administrativos³⁵:

Tabela 1 - Distritos e subdistritos de Alegrete.

1 Distrito Alegrete	108 Km ²
2 Distrito Passo Novo	1.016 Km ²
2 Subdistrito Itapororó	948 Km ²
3 Subdistrito Durasnal	796 Km ²
4 Subdistrito Vasco Alves	826 Km ²
5 Subdistrito Inhanduí	1.541 Km ²
6 Subdistrito Catimbau	733 Km ²
7 Subdistrito Guassu Boi	958 Km ²
8 Subdistrito São Miguel	1.010 Km ²

Fonte: <http://www.alegrete.rs.gov.br>

Cabe destacar que somente o distrito de Alegrete possui uma área urbana, sendo os demais subdistritos localizados em áreas rurais.

No que tange a economia local, identificamos que a principal fonte de economia se concentra na área da agricultura e pecuária, sendo que esta extração dá-se por meio da produção do arroz, totalizando uma área de 45.000 ha; na pecuária temos o rebanho bovino, com 536.536 cabeças, o rebanho de ovinos com um total de 423.446 cabeças e uma produção de leite que totaliza

³⁵ Os dados apresentados estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.alegrete.rs.gov.br>

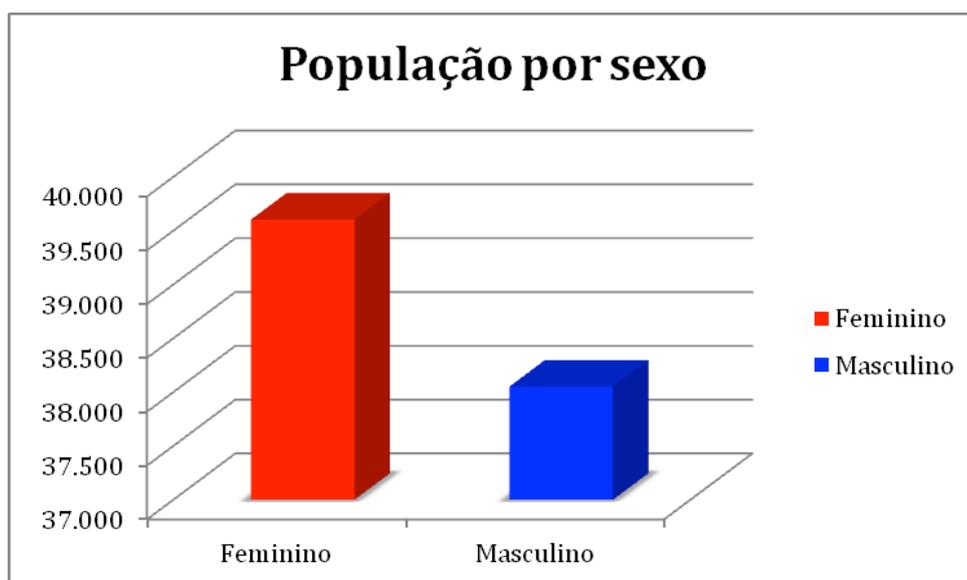
15.269 litros de leite anual. (IBGE, 2010). De acordo com a entrevista realizada com Jefferson:

Praticamente o setor primário aqui a mais valia é a carne e a orizicultura, hoje tá entrando a sojicultura, o plantio de soja, mas basicamente começa com a orizicultura. Primeiro é o trigo, depois o trigo cede espaço para a orizicultura. Era trigo e bovino, o bovino de corte. Hoje é a orizicultura, o trigo não existe mais. O arroz também está cedendo lugar para a soja que tem mercado internacional, essa é a nossa cidade.

De acordo com os dados, percebemos que a principal fonte de economia da cidade está concentrada no setor primário por meio da produção do arroz, da criação de gado e atualmente começa a ser cultivado o plantio da soja, sendo estes os produtos que geram a economia na cidade.

Sobre o perfil populacional, os dados do IBGE (2010) apontam que a população em Alegrete é de 77.653 habitantes, sendo que a estimativa para 2014 é de 78.768 habitantes. Do total de habitantes, em 2010, verificamos que a maioria da população é constituída pelo sexo feminino apresentado um quantitativo de 39.602 mulheres e de 38.051 homens, confirmando a média nacional, com a maior presença das mulheres.

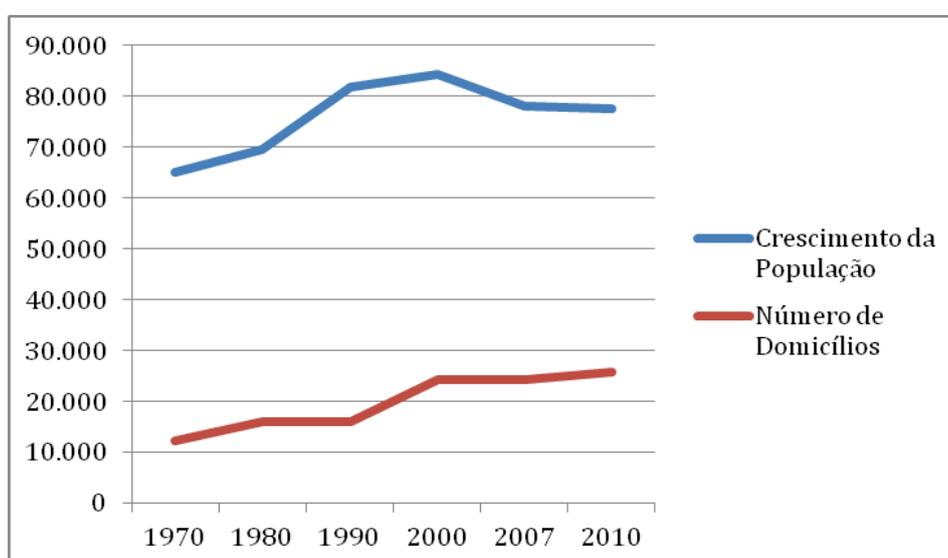
Gráfico 1: População por sexo em Alegrete- 2010



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2015.

De acordo com o gráfico 2, extraído a partir dos dados do IBGE (2010), percebemos que a população no município cresceu de forma significativa entre os anos 2000 e 2007, sendo que entre o período de 2007 a 2011 este crescimento se manteve constante atingindo mais de 77.000 habitantes. Concomitante com o crescimento da população, o número de domicílios aumentou de forma significativa chegando em 2010 um total de 25.886 domicílios.

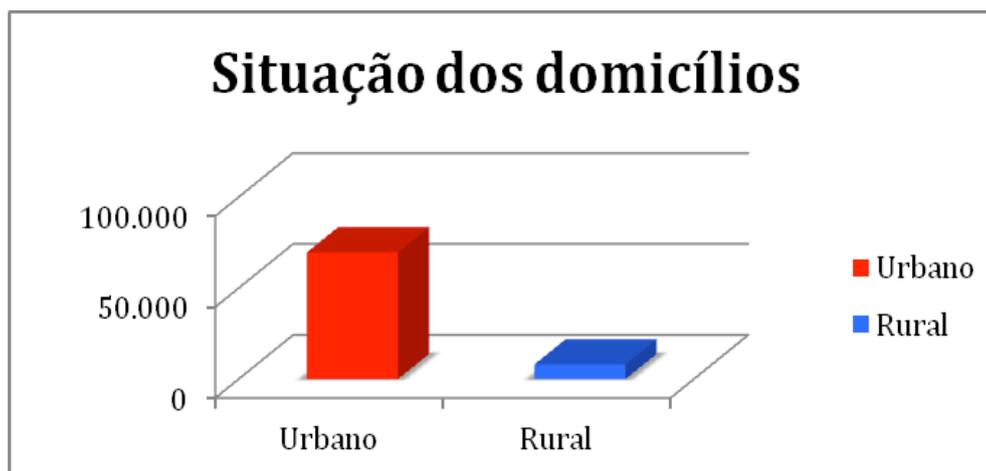
Gráfico 2: Crescimento da população e números de domicílios entre os anos de 1970 e 2010 em Alegrete.



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2015.

No que diz respeito à situação dos domicílios, os dados apresentados no gráfico 3 apontam que a maioria da população se concentra no meio urbano, que corresponde ao total de 69.594 pessoas e no meio rural concentra um total de 8.059 pessoas. Este dado se torna interessante, pois apesar da economia do município estar concentrada no âmbito rural, por meio da criação de gados, do plantio da soja e do arroz, a maioria da população está inserida no espaço urbano do município.

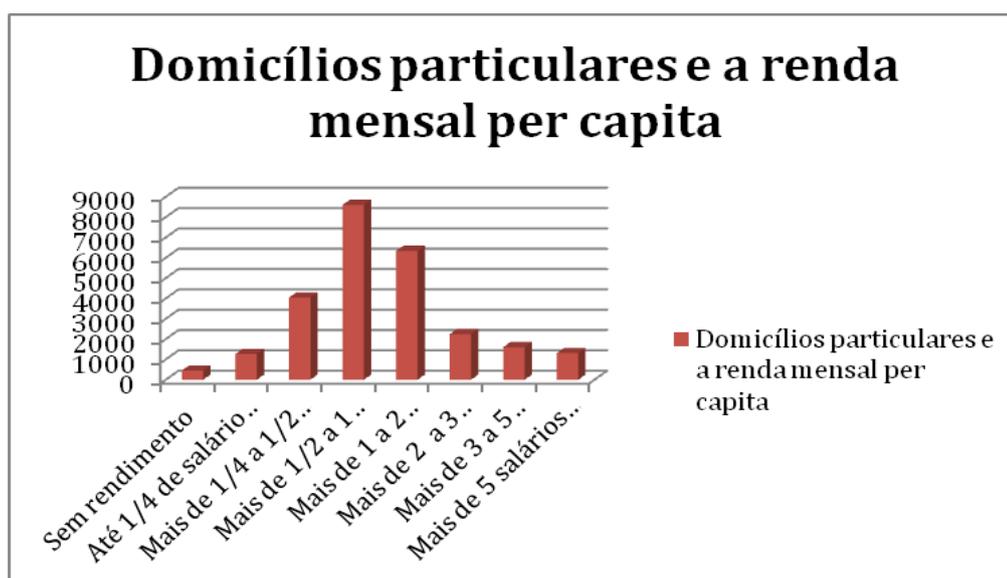
Gráfico 3: Situação dos domicílios em Alegrete- 2010



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2015.

Com o objetivo de desmembrar mais os dados, optamos por analisar a renda mensal per capita dos domicílios particulares e, os dados do IBGE (2010) apontam que a maioria dos domicílios possui uma renda per capita em torno de mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, correspondendo um total de 8.605 domicílios; em segundo lugar estão os domicílios que apresentam uma renda per capita de mais de 1 a 2 salários mínimos e em terceiro lugar estão os domicílios que possuem uma renda entre mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo com um total de 4.043 domicílios.

Gráfico 4 Domicílios particulares permanentes e a classe de rendimento nominal mensal domiciliar per capita em 2010.



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2015.

O que constatamos por meio desses dados é que existe uma parcela da população que não possui rendimentos, apresentando um total de 456 domicílios, com isso podemos constatar que essas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, pois não possuem nenhuma renda para manter o seu sustento.

Os 1.272 domicílios que apresentam uma renda per capita de até 1/4 do salário mínimo, também possui algumas famílias que são beneficiárias do PBF. Cabe destacar que o salário mínimo regional apresenta cinco faixas salariais que variam de R\$ 1.175,15 a 1.489,40³⁶.

Por meio da pesquisa de informações básicas municipais, MUNIC³⁷, que permite aprofundar mais os dados do município em voga, buscamos identificar os serviços oferecidos para a população, principalmente no que tange aos serviços de educação, saúde e assistência social.

Neste sentido, o sistema de educação no Brasil está organizado através de dois níveis: o básico e o superior. A educação básica compreende a educação infantil (0 a 5 anos de idade), o ensino fundamental (6 a 14 anos) e o ensino médio (15 a 17 anos). Sendo que a educação infantil e o ensino fundamental são de responsabilidade dos municípios, o ensino médio é de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal e o ensino superior fica à cargo do governo federal.

Sendo assim, procuramos identificar os estabelecimentos de ensino no município de Alegrete e, para compor esses dados, realizamos uma pesquisa no sítio da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEEDADOS/RS) que trouxe dados significativos para examinarmos o setor da educação no município.

³⁶ Segundo o portal de notícias do g1.globo.com.br, o governador do estado do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, sancionou o aumento aprovado pela Assembleia Legislativa no dia 25 de abril de 2017 o reajuste de 6,48% no salário mínimo regional. Com essa medida mais de um milhão de trabalhadores passaram a ser beneficiados.

³⁷ Segundo o IBGE os dados da MUNIC consiste em um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo as políticas e setores que envolvem o governo municipal.

No âmbito da educação infantil³⁸ existe em Alegrete 40 escolas municipais, 22 escolas particulares e 9 escolas estaduais. Verificamos que o maior quantitativo de escolas que oferecem a educação infantil está concentrada no âmbito municipal, o que vai ao encontro das propostas do ministério da educação que destaca que os municípios devem oferecer a educação infantil e o ensino fundamental. Mas também identificamos que as escolas particulares possuem um número significativo de estabelecimentos nesta modalidade de ensino.

O ensino fundamental³⁹ é ofertado por 22 escolas no âmbito municipal e na esfera estadual é oferecido por 19 escolas, já o setor privado de ensino possui apenas 4 escolas que ofertam essa modalidade de ensino. Com isso, podemos afirmar que para esta modalidade de ensino as esferas municipais e estaduais garantem a maior oferta de estabelecimentos de ensino.

O ensino médio⁴⁰ é oferecido por 8 escolas no âmbito estadual, seguido pelo âmbito municipal com 4 escolas e pelo setor privado com apenas 2 escolas. Cabe ressaltar que o Instituto Federal Farroupilha (IFF- Alegrete) oferece o ensino médio com ênfase em algum tipo de profissionalização.

O ensino superior⁴¹ é ofertado por de cinco universidades, sendo duas universidades federais: a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e o IFF - Alegrete que oferecem cursos em diversas áreas do conhecimento. Cabe salientar que estas universidades federais fizeram com que houvesse uma mudança na própria estrutura do município, que segundo informações locais: “está modernizando o Alegrete”, visto que estas instituições trouxeram para o município estudantes de várias localidades do país e, isto fez com que a cidade começasse a se reestruturar para atender novas demandas.

Os dois estabelecimentos de ensino superior particulares são a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e a Universidade da Região da

³⁸ Cabe destacar que para esta modalidade de ensino há 1.647 matrículas no âmbito municipal, 163 na esfera estadual e 603 nas instituições particulares (FEEDADOS 2015).

³⁹ De acordo com os dados da FEEDADOS (2015) há 3.190 matrículas na esfera municipal, 4.829 na esfera estadual e 714 nas instituições particulares.

⁴⁰ No ensino médio há 150 matrículas no âmbito municipal, 2.707 no âmbito estadual e 142 nas instituições particulares (FEEDADOS, 2015)

⁴¹ No ensino superior há um total de 134 matrículas na esfera estadual, 1.833 na esfera federal e 1.279 nas instituições particulares de ensino (FEEDADOS, 2015)

Campanha (URCAMP) e também tem uma universidade estadual, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Tabela 2: Número de Estabelecimentos de Ensino em Alegrete- 2015.

Nível educacional	Particular	Municipal	Estadual	Federal
Educação Infantil	22	40	9	0
Ensino Fundamental	4	22	19	0
Ensino Médio	2	4	8	1
Ensino Superior	2	0	1	2

Fonte: Feedados/RS- 2015

Outro setor importante em um município é o setor de saúde. Segundo informações obtidas pelo Plano Municipal de Saúde elaborado em dezembro de 2013, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Alegrete, os estabelecimentos de saúde estão estruturados da seguinte forma:

Tabela 3: Rede de Atenção à Saúde no Município do Alegrete - 2014-2017.

Unidades de Saúde	Quantitativo
Estratégia Saúde da Família	8
Unidade Básica de Saúde	8
Hospital	1
Unidade de Pronto Atendimento	1

Fonte: Plano Municipal de Saúde (2014- 2017)/ Secretaria Municipal de Saúde do Alegrete.

De acordo com os dados apresentados podemos identificar que a rede de atenção básica à saúde possui um total de 16 estabelecimentos, cujo objetivo consiste em atender a população na modalidade da atenção básica em saúde, ou seja, essas unidades estão inseridas nas mais diversas localidades da cidade com o propósito de tornar o setor da saúde mais próximo da população. No que se refere ao atendimento de urgência e emergência o atendimento é feito pela Unidade de Pronto Atendimento e pelo hospital, sendo que só existe um hospital na cidade e o mesmo atende os pacientes do SUS e do setor privado e, as internações também são realizadas neste mesmo hospital.

O fato do município possuir apenas um hospital faz com que o atendimento fique sobrecarregado, já que atende os usuários do SUS e do

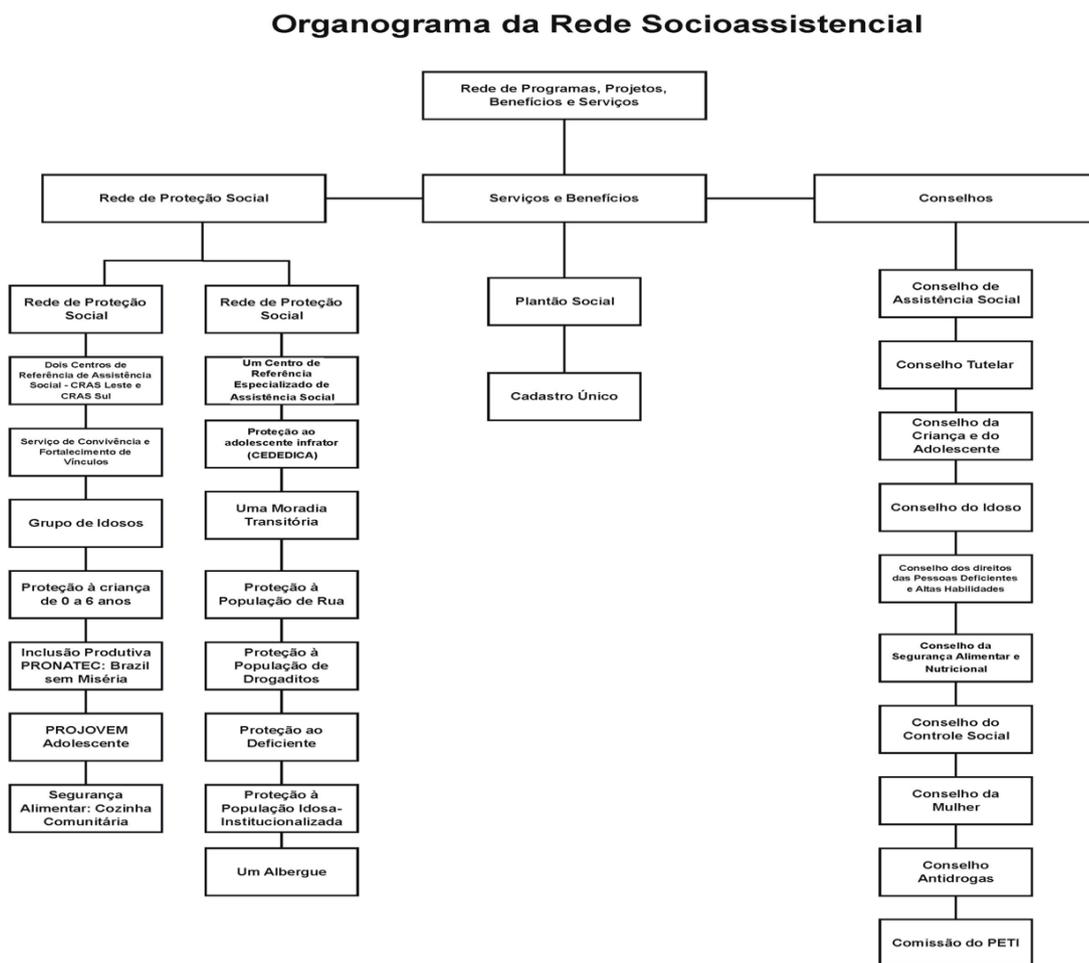
setor privado. Cabe ressaltar que dependendo da demanda alguns pacientes são encaminhados para outras unidades de saúde do estado do Rio Grande do Sul, como por exemplo, para os hospitais de Porto Alegre e para outras regiões vizinhas.

Quanto aos serviços socioassistenciais oferecidos pelo município, que tem como objetivo garantir a proteção social para a população, estes serviços estão divididos em dois eixos: a Proteção Social Básica que consiste em prevenir os riscos e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, sendo que as ações são realizadas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que é considerado a porta de entrada do SUAS. O segundo eixo é a Proteção Social Especial Básica que tem por objetivo atender as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas e dentre outras situações.

A Proteção Social Especial se subdivide na prestação de serviços de média e alta complexidade. Na média complexidade, as famílias e os indivíduos possuem os seus direitos violados, porém os vínculos familiares não foram rompidos e os serviços ofertados por esta modalidade são: plantão social, cuidado domiciliar, serviços de habitação e reabilitação para as pessoas com deficiência e dentre outros. Os serviços de alta complexidade são ofertados para os indivíduos que necessitam de proteção integral, pois os vínculos familiares e comunitários foram rompidos e os serviços oferecidos são: Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, Casa de Passagem, Albergue; Família Acolhedora; Família Substituta e dentre outros serviços (PNAS, 2004).

A partir dessa análise, de como se estrutura a rede socioassistencial no Brasil, percebemos que no município de Alegrete há uma configuração dessa rede socioassistencial que tem por finalidade atender as demandas sociais do município, sendo assim o desenho dessa institucionalidade está melhor estruturado no gráfico 5:

Gráfico 5- A Estrutura da Rede Socioassistencial de Alegrete- 2015.



Fonte: Organograma montado a partir dos dados do Setor de Cadastro Único do Programa Bolsa Família do município do Alegrete, Maio/2015.

Nesse sentido, percebemos que as próprias características da população residente no município impõem demandas por determinados tipos de serviços socioassistenciais. Sendo assim, a estrutura da rede socioassistencial, apresentada no gráfico acima, abrange tanto os serviços ofertados pela proteção social básica quanto pela proteção social especial.

Diante da análise do perfil da cidade de Alegrete e dos serviços ofertados nas áreas de educação, saúde e assistência social que mostram como está estruturado esses serviços no município, cabe, também, identificar as condições sociais que a mulheres se encontram nesse contexto, onde veremos no próximo item.

3.2.1- Mulheres alegretenses: aproximando de suas realidades.

Diante da análise das redes de serviços ofertadas no município de Alegrete, cabe identificar as condições sociais dos homens e das mulheres no município. Com isso, destacamos alguns dados que exibem o panorama nacional, estadual e municipal para que possamos identificar a condição social da população em Alegrete, ou mais precisamente das mulheres. Sendo assim, escolhemos alguns indicadores sociais que retratam a condição social das mulheres no âmbito familiar e no mercado de trabalho, visto que esses indicadores contribuem para a análise do nosso objeto de estudo.

No que tange ao primeiro eixo de análise, mulheres no âmbito familiar, podemos identificar na tabela 4 que o número de famílias⁴² no Brasil, em 2010, possui um total de mais de 49 milhões de famílias, sendo que apenas 21.350 famílias residem no município de Alegrete.

Quando desmembramos esses dados compreendemos que os homens, em todas as divisões territoriais, lideram a responsabilidade no âmbito familiar, sendo que essa diferença, no município de Alegrete, é verificada com 14.243 homens responsáveis pela família enquanto que as mulheres correspondem a 7.107, ou seja, as mulheres representam a metade do quantitativo de homens na responsabilidade pela família.

Tabela 4: Total de famílias e sexo do responsável pela família- 2010

Locais	Número de famílias	Homens	Mulheres
Brasil	49.975.934	31.358.904	18.617.030
Rio Grande do Sul	3.031.775	1.913.663	1.118.111
Alegrete	21.350	14.243	7.107

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Síntese de Indicadores de Gênero.

No segundo item, analisamos o sexo do responsável pela unidade familiar por meio das composições familiares. A primeira composição analisada foi a categoria casal sem filhos, que para o IBGE (2010) são famílias

⁴² O IBGE considera família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, consanguinidade ou adoção na unidade doméstica.

constituídas pela pessoa responsável pela unidade doméstica⁴³ com cônjuge. Sendo assim, os dados apontam que os homens continuam liderando essa composição familiar e, no município de Alegrete esta taxa assume uma diferença significativa, onde as mulheres são responsáveis por apenas 927 famílias enquanto que os homens assumem o quantitativo de 4.556 famílias. Esse é um dado digno de análise, pois afirma um determinado perfil para o município.

No tipo de composição familiar de casal com filhos, que segundo o IBGE (2010) são famílias constituídas somente por uma pessoa responsável pela unidade doméstica com cônjuge, com pelo menos um(a) filho(a) ou enteado (a), identificamos que a presença masculina como responsável pela família também lidera este tipo de composição, sendo a que as mulheres possuem um quantitativo baixo nesta categoria.

Apesar das famílias estarem em constante transformação, o que podemos perceber é que esta composição familiar possui um número maior de famílias se comparada com o casal sem filhos, isso tanto no nível nacional, estadual e municipal.

Tabela 5: Sexo do responsável pela família pelo tipo de família Casal sem filhos e Casal com filhos- 2010

Locais	Casal sem filhos		Casal com filhos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	7.716.934	2.415.601	21.203.679	6.220.055
Rio Grande do Sul	593.519	193.884	1.184.011	378.318
Alegrete	4.556	927	8.703	1.862

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Síntese de Indicadores de Gênero.

Porém, quando examinamos o sexo do responsável pela família pelo tipo de família sem cônjuge e com filhos, que são as famílias constituídas somente por uma pessoa responsável pela unidade doméstica com pelo menos um filho (a) ou enteado (a), o que constatamos foi que tanto no Brasil quando no estado do Rio Grande do Sul e no município de Alegrete, as mulheres representam o maior quantitativo. Ou seja, a presença de filhos (as) sem o

⁴³ Para o IBGE (2010) a unidade domiciliar é o domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo.

cônjuge muda o cenário das famílias e, este fato deve estar atrelado à “responsabilidade”, construída socialmente, de delegar os cuidados dos filhos para a figura feminina.

Essa composição familiar também pode ser denominada de famílias monoparentais, que segundo Vitale (2002) são famílias que possuem apenas um único progenitor e com filhos menores de 18 anos. Cabe ressaltar que as mulheres responsáveis pelas famílias monoparentais vêm aumentando significativamente, pois nos anos 2000, no âmbito nacional, elas representavam uma taxa de 7.589.660 e em 2010, conforme apresentado na tabela 6, representam um total de 8.088.625. No município de Alegrete essa diferença também é significativa, pois as mulheres configuram um total de 3.585 famílias enquanto que os homens configuram 607 famílias. Segundo Mesquita (2012) a monoparentalidade feminina condiz com o recebimento de uma renda baixa e este fator está atrelado a dupla função exercida pelas mulheres que vai desde a manutenção da família até as obrigações dos afazeres do lar.

Tabela 6: Sexo do responsável pela família pelo tipo de família sem cônjuge e com filhos- 2010

Locais	Responsável pela família sem cônjuge e com filhos	
	Homens	Mulheres
Brasil	1.165.312	8.088.625
Rio Grande do Sul	67.538	445.379
Alegrete	607	3.585

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Estatísticas de Gênero, 2010.

Quando avaliamos as mulheres responsáveis pela família por tipo de cor ou raça⁴⁴, verificamos que as mulheres de cor preta ou parda configuram a maior proporção na média nacional, com uma diferença de mais de um milhão de mulheres responsáveis pela família, mas no Rio Grande do Sul e em Alegrete as mulheres de raça branca assumem uma proporção bem significativa. Essa diferença deve estar associada à forte presença, no estado do RS e no município de Alegrete, das etnias italianas, alemães, polonesas e dentre outras que fazem parte da população gaúcha.

⁴⁴ Segundo o IBGE (2010) o tipo de cor ou raça foi declarado pela pessoa entrevistada.

Tabela 7: Total de mulheres responsáveis pela família por tipo de família sem cônjuge e com filhos por tipo de cor ou raça- 2010

Locais	Total	Cor ou raça	
	2010	Branças	Pretas ou pardas
Brasil	8.088.625	3.703.774	4.260.134
Rio Grande do Sul	445.379	357.201	85.366
Alegrete	3.585	2.341	1.226

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Síntese de Indicadores de Gênero, 2010.

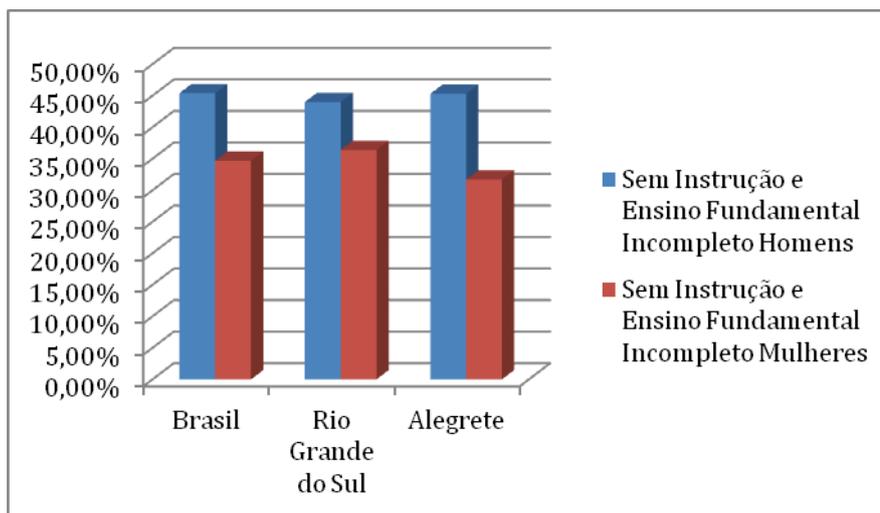
Outro item analisado diz respeito a relação entre homens e mulheres no mercado de trabalho, com isso foram examinados os seguintes quesitos: a diferença de instrução de homens e mulheres; a ocupação de homens e mulheres no mercado de trabalho por meio grau de formalidade e informalidade e, a ocupação de homens e mulheres por setor de atividade.

Para a análise dos dados, apresentamos os dados do IBGE (2010) que analisa o perfil da população ocupada⁴⁵. Para compor esta análise optamos, novamente, por fazer uma relação entre o Brasil, o estado do Rio Grande do Sul e o município de Alegrete para que assim possamos identificar, de forma clara e precisa, como esses dados se apresentam.

Podemos constatar, no gráfico 6, que a ocupação das mulheres tanto no nível nacional, estadual e municipal, possui um percentual mais baixo em relação aos homens tanto no nível sem instrução quanto no ensino fundamental incompleto. No município de Alegrete as mulheres assumem uma porcentagem de 31,7% enquanto que os homens representam 45,3%.

⁴⁵ Para o IBGE foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalhado durante todo ou parte desse período. Incluíram-se ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve e dentre outros.

Gráfico 6: Distribuição percentual da população ocupada por nível de instrução: Sem instrução e com Ensino Fundamental Incompleto- 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Estatísticas de Gênero, 2010.

Na tabela 8 verificamos como se dá a relação entre homens e mulheres em outros níveis de instrução. No nível de instrução com o ensino fundamental completo e no ensino médio incompleto tanto os homens quanto as mulheres possuem porcentagens semelhantes, sendo que no âmbito nacional os homens possuem uma porcentagem de 15,9% e as mulheres 14,9%. Em Alegrete os homens lideram essa porcentagem assumindo 17,9% e as mulheres 15%.

Quando analisamos os que possuem o Ensino médio completo e o Ensino Superior incompleto constatamos que as mulheres assumem maior porcentagem em todas as divisões territoriais e esta mesma análise também se repete quando identificamos aqueles que possuem o ensino superior completo, que no Brasil essa porcentagem para os homens é de 11,5% e para as mulheres é de 19,2%, em Alegrete os homens assumem um percentual de 10,5%, inferior a média nacional, e as mulheres 19,7%, um pouco mais que a média nacional.

Tabela 8: Distribuição percentual da população ocupada por nível de instrução: Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto; Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto; Ensino Superior Completo- 2010

Locais	1-Ens. Fund. Com e Ens. Méd. Incom.		2-Ens. Méd. Com. e Ens. Sup. Incom.		3-Ens. Sup. Com	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	15,90%	14,90%	27%	30,90%	11,50%	19,20%
Rio Grande do Sul	18,20%	16,30%	27%	29,30%	10,60%	17,80%
Alegrete	17,90%	15%	26,20%	33,10%	10,50%	19,70%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Estatísticas de Gênero, 2010

No que corresponde a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho compreendemos que existe uma diferença no tipo de trabalho assumido por homens e mulheres, sendo que esta diferença se repercute no grau de formalidade assumido por ambos no mercado de trabalho.

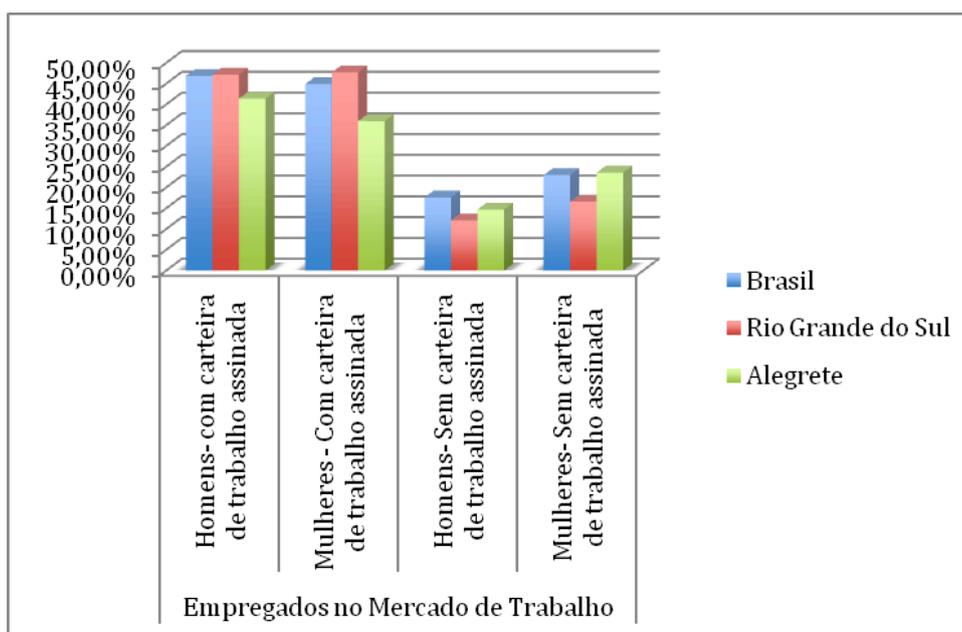
Conforme fora analisado no primeiro capítulo desta tese, a análise da inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil está atrelada às desigualdades de gênero. Sendo assim, para que as mulheres pudessem garantir o seu espaço no mercado de trabalho houve alguns elementos que contribuíram para essa inserção como, por exemplo, as reivindicações do movimento feminista, o controle sobre a natalidade e dentre outros fatores.

A partir dos dados apresentados no gráfico 7 que destaca o grau de formalidade e informalidade entre homens e mulheres inseridos no mercado de trabalho, percebemos que no nível nacional os homens com carteira assinada representam um percentual de 46,9% e as mulheres 44,9%, ou seja, os homens possuem maior grau de formalidade no mercado de trabalho. No município de Alegrete os homens possuem um percentual de 41,4% enquanto que as mulheres possuem 36%.

Quanto ao grau de informalidade, que é caracterizado pela ausência da carteira assinada de trabalho e ao mesmo tempo apresenta sérios riscos para os trabalhadores, uma vez que se encontram desprotegidos dos direitos trabalhistas. Os dados apontam que as mulheres possuem maior porcentagem no setor informal de trabalho, assumindo no nível nacional uma porcentagem de 23%, enquanto que os homens possuem 17,6%. No estado do Rio Grande do Sul as mulheres possuem um percentual de 16,6% e os homens 12,1% e no município de Alegrete essa diferença é maior, as mulheres com 23% e os

homens com 14,7%. Estes dados podem estar relacionados aos tipos de empregos que são ofertados para os homens e para as mulheres, onde as mulheres assumem trabalhos com menor prestígio social e flexibilidade – e consequentemente assumem maior grau de informalidade.

Gráfico 7: Distribuição percentual de homens e mulheres ocupados no mercado de trabalho, pela carteira assinada de trabalho e sem carteira de trabalho assinada- 2010.



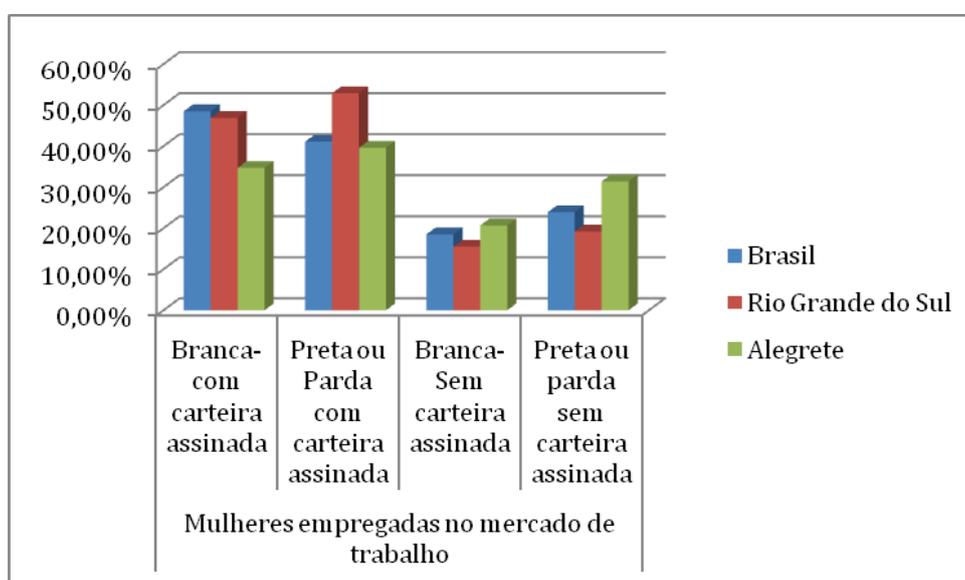
Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Estatísticas de Gênero, 2010.

Quando examinamos a relação entre as mulheres empregadas no mercado de trabalho com a carteira de trabalho assinada, por tipo de cor ou raça, no gráfico 8, identificamos que as mulheres brancas, no contexto nacional, assumem uma porcentagem de 48,5% enquanto que as pretas e pardas representam o percentual de 41,1%. Porém, quando analisamos os dados do município de Alegrete percebemos as mulheres pretas ou pardas possuem um percentual de 39,6% e as mulheres brancas 34,7%, ou seja, as mulheres pretas ou pardas possuem maior porcentagem das empregadas com carteira assinada de trabalho.

Na categoria de trabalhadoras sem carteira assinada, por tipo de cor ou raça, identificamos que as mulheres pretas ou pardas possuem maiores proporções de informalidade no mercado de trabalho. No âmbito nacional elas possuem um percentual de 23,9%, enquanto que as mulheres brancas 18,5%.

Em Alegrete as mulheres pretas ou pardas representam um total 31,4% enquanto que as mulheres brancas 20,7%. Estes dados apontam que as mulheres pretas ou pardas possuem menor acesso aos benefícios auferidos pelo mercado formal de trabalho. Por outro lado, compreendemos que são as mesmas que sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho, basta identificar o contexto histórico do Brasil, principalmente no que tange ao longo processo de escravidão.

Gráfico 8: Distribuição percentual das mulheres empregadas no mercado de trabalho com a carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada, segundo a cor ou raça- 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Estatísticas de Gênero, 2010.

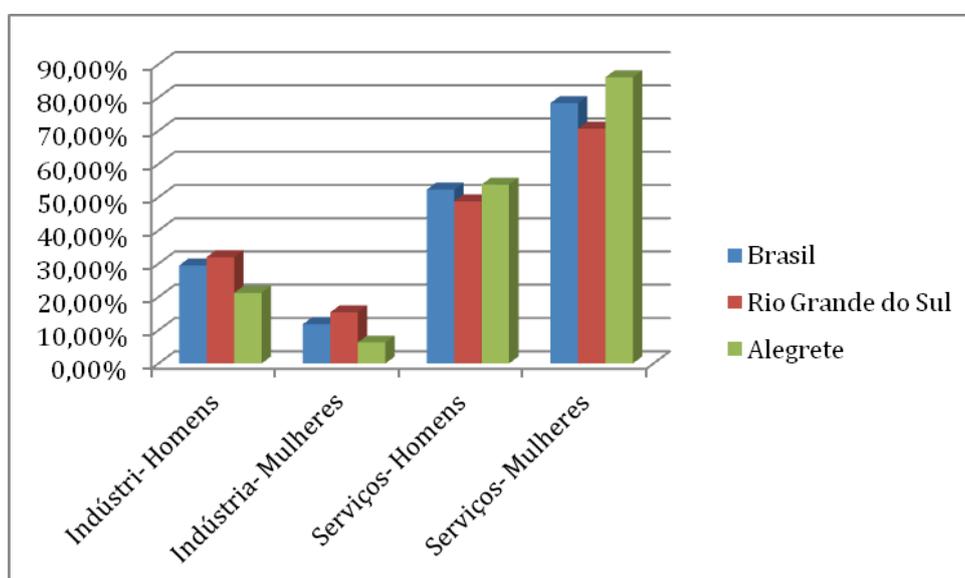
Em se tratando da participação de homens e mulheres no agrupamento por atividades, percebemos que há uma diferença entre os setores assumidos por homens e mulheres e essa diferença está ligada à divisão sexual do trabalho, que faz com que homens estejam inseridos em trabalhos de maior prestígio social enquanto que as mulheres assumem trabalhos relacionados à esfera do cuidado.

A partir dessa compreensão, o gráfico 9 indica que os homens possuem maior porcentagem no setor da indústria, tanto no âmbito nacional quanto no estado do Rio Grande do Sul e em Alegrete. No âmbito nacional os homens possuem uma porcentagem de 29,5% contra 11,8% das mulheres; no município de Alegrete estes valores aumentam: os homens possuem 21,2% e

as mulheres 6,3%, ou seja, representam um quantitativo bastante inferior que os homens.

Quando analisamos o setor de serviços identificamos que as mulheres lideram esse setor. No âmbito nacional representam 78,3% contra 52,3% dos homens e, em Alegrete elas assumem o percentual de 86,1% contra 53,8% dos homens. Estes dados confirmam a análise de que as mulheres ainda assumem ocupações inferiores em relação aos homens no mercado de trabalho e, também ocupam determinados “espaços” tidos como feminino na sociedade brasileira.

Gráfico 9: Distribuição percentual de homens e mulheres ocupados no mercado de trabalho, segundo os setores de atividade- 2010.



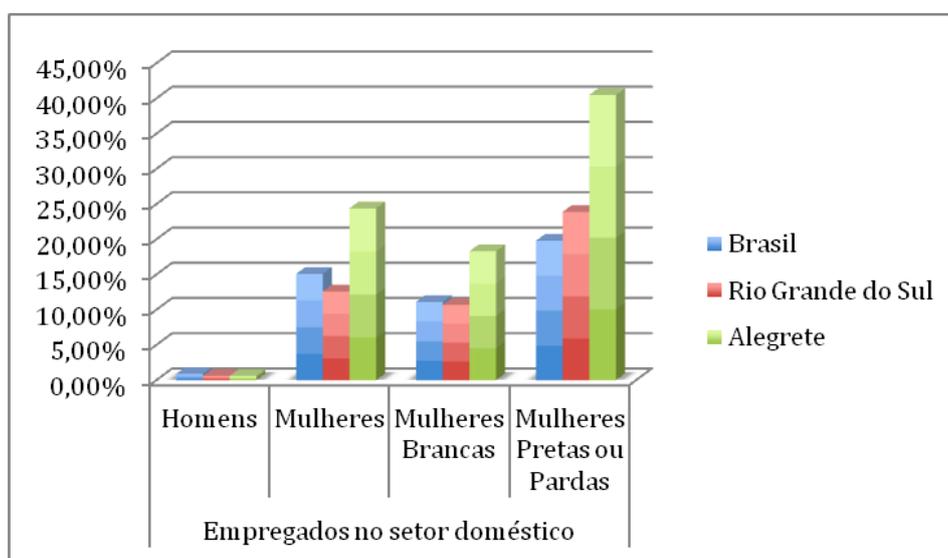
Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Estatísticas de Gênero, 2010.

Outro dado que confirma a posição feminina nas ocupações relacionadas ao âmbito da reprodução das relações sociais diz respeito a inserção de homens e mulheres no setor doméstico. Os dados apresentados no gráfico 10 confirmam, mais uma vez, as ocupações que as mulheres assumem no mercado de trabalho. No âmbito nacional os homens representam um percentual de 0,9% no setor doméstico enquanto que as mulheres 15,1%. No município de Alegrete os homens assumem uma porcentagem de 0,6% e as mulheres 24,4%, diferença bem significativa tanto no nível nacional quanto no municipal.

Quando desmembramos esses dados para a categoria de cor ou raça entre as mulheres no setor doméstico, verificamos que as mulheres pretas ou pardas possuem um percentual de 19,8% no âmbito nacional e as mulheres brancas um percentual de 11,1%. Em Alegrete, esses dados se apresentam da seguinte forma: mulheres brancas 18,3% e mulheres pretas ou pardas 40,5%.

Com isso, os dados mostram que o emprego doméstico marca fortemente o lugar das mulheres neste espaço, pois a diferença de inserção de homens e mulheres se dá de forma diferenciada, já que as mulheres assumem maior porcentagem neste setor. Também identificamos que as mulheres pretas ou pardas representam maior porcentagem na categoria dos empregados domésticos, constituindo maior proporção de trabalhadoras domésticas – e de forma impactante em Alegrete, onde assume um percentual bem significativo em relação às mulheres brancas.

Gráfico 10: Distribuição percentual de homens e mulheres ocupados no mercado de trabalho, segundo o setor doméstico - 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Estatísticas de Gênero, 2010.

Dessa forma, os dados apresentados neste item tiveram como objetivo traçar o perfil das mulheres alegretenses, principalmente no que concerne a sua posição no âmbito familiar e no mercado de trabalho, com isso identificamos os seguintes aspectos: nas famílias sem cônjuge e com filhos, ou seja, nas famílias monoparentais, as mulheres são as maiores responsáveis,

sendo que em Alegrete as mulheres brancas lideram este quesito; as mulheres, no nível de ocupação, assumem uma posição inferior aos homens, como também se concentram mais no setor informal da economia do que no setor formal e, conseqüentemente possuem maior inserção no setor de serviços do que na indústria. Em relação ao setor doméstico elas também lideram a inserção, se comparada com os homens.

Logo, a análise dos dados possibilitou compreender o contexto social dessas mulheres, como também proporcionou um avanço na análise do objeto de pesquisa, que será melhor explorado no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV- APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS: o percurso da pesquisa

Neste capítulo, retratamos a metodologia, o percurso da pesquisa e os métodos utilizados na coleta de dados. Desta forma, relatamos como se deu a inserção no campo empírico e, mencionamos como ocorreu a aproximação com as gestoras e coordenadoras do PBF e, com as mulheres que haviam participado das ações complementares no âmbito da inclusão produtiva.

4.1- A metodologia da pesquisa

Conforme foi apresentado na introdução desta tese, o presente estudo tem como cenário empírico o município de Alegrete e busca analisar como o PBF, por meio das ações complementares, pode afetar a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Sendo assim, a análise qualitativa torna-se um elemento de extrema importância na compreensão da visão dos entrevistados de nossa pesquisa porque introduz uma interpretação acerca da realidade, dos valores e das motivações desses sujeitos. Assim podemos afirmar que este tipo de análise “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p.21).

Cabe salientar que esta pesquisa assume um viés exploratório, visto que existe poucos dados acerca deste tema envolvendo o município de Alegrete. Segundo Sampieri *et al* (2013, p. 101) " Os estudos exploratórios servem para nos tornar familiarizados com os fenômenos relativamente desconhecidos, obter informações sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa mais completa relacionada a um contexto particular ".

Primeiramente, realizamos uma revisão da literatura que teve por objetivo orientar a pesquisa, como também identificar o chamado "estado do conhecimento" da área em estudo. Por meio desta revisão, selecionamos os conceitos chaves que deveríamos trabalhar durante a análise da pesquisa.

Segundo Sampieri *et al* (2013, p.76) a revisão da literatura se torna importante na medida em que implica: " detectar, consultar e obter a bibliografia (referências) e outros materiais úteis para o propósito do estudo (...)". A nomenclatura "estado do conhecimento" é definida Ferreira (2002) para caracterizar os trabalhos (ou a fase de um trabalho) que busca mapear e discutir determinados assuntos, ou seja, esta opção metodológica se caracteriza a partir do enfoque de pesquisas de levantamento e de avaliação sobre um determinado tema.

As fontes secundárias utilizadas para esta pesquisa foram os livros, artigos, documentos referentes ao PBF⁴⁶ como as leis, as portarias, os informes sociais e, algumas fotos da cidade de Alegrete⁴⁷.

Os dados primários foram coletados a partir da realização das entrevistas⁴⁸ com as gestoras e coordenadoras do PBF em Alegrete, a saber: coordenadora do Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos, coordenadora do ACESSUAS e com as gestoras do PBF responsáveis pelo programa nos principais setores envolvidos: saúde, educação e assistência social. Através da coleta de dados, identificamos como funcionava a dinâmica de operacionalização do programa, a oferta de serviços e os programas complementares ofertados pelo município, como também examinamos a experiência desses agentes implementadores no contexto municipal e no atendimento à população coberta pelo programa. A escolha das gestoras e das coordenadoras deu-se por meio da identificação das mesmas nos setores responsáveis pela execução do PBF em Alegrete.

As entrevistas com as mulheres que recebem ou receberam o PBF e que tinham participado das ações complementares tiveram como objetivo analisar como se dá a inserção das mesmas no mercado de trabalho, como também buscamos conhecer as suas histórias, seus valores, seu cotidiano e as formas de proteção social por elas acessadas. A identificação das mulheres

⁴⁶Cabe destacar que o enfoque sobre a análise documental encontra-se melhor explicitado no Capítulo 2 desta tese, especificamente no item 2.3.

⁴⁷ As fotografias do contexto social de Alegrete foram exploradas no Capítulo 3 quando apresentamos a história do município.

⁴⁸ Antes de iniciar as entrevistas foi perguntado para os sujeitos envolvidos se gostariam de participar das entrevistas e, também foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que pudessem conhecer os objetivos dessa pesquisa e o mesmo encontra-se no anexo 1.

deu-se a partir do recorte de recebimento do PBF por meio dos dados do Cadastro Único fornecidos pela Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social e, principalmente pela participação das mesmas em cursos dos programas complementares oferecidos pela Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social. Cabe destacar que das dez mulheres que participaram da pesquisa, seis recebem o PBF e quatro já receberam o benefício.

Por meio das entrevistas, estabelecemos um diálogo com os principais sujeitos desta pesquisa. Este instrumento de pesquisa possibilitou identificar os pontos de vista, dos sujeitos envolvidos, como também proporcionou uma análise reflexiva acerca dos relatos. Cabe salientar que procuramos deixar as entrevistadas o mais livre possível. O roteiro das entrevistas possui um enfoque semiestruturado baseado em perguntas que tem como objetivo identificar os dados dos entrevistados, por meio de perguntas fechadas, e também utilizamos perguntas abertas com o objetivo obter informações sobre o tema da pesquisa e explorar os pontos de vista das gestoras e coordenadoras do PBF e das mulheres.

Na pesquisa qualitativa, as entrevistas semiestruturada possibilitam que sejam analisadas ideias, significados e experiências, uma vez que facilita o relato dos entrevistados por meio da reciprocidade e da fala, pois “as perguntas são quase um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir” (BAUER E GASKELL, 2002, p.73). Cabe evidenciar que todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, a partir do consentimento das entrevistadas.

Outro instrumento de pesquisa utilizado foi a observação participante. Por meio deste instrumento, exploramos o contexto social do município, a cultura local, os ambientes percorridos, como também possibilitou descrever o cotidiano de vida das mulheres entrevistadas e entender como se procede a execução do PBF em Alegrete. Logo, a observação participante trouxe uma reflexão permanente das situações vivenciadas em torno da nossa proposta de pesquisa.

A história oral proporcionou ouvir as mulheres entrevistadas. E, possibilitou compreender as suas diferentes formas e atitudes de entender e

interpretar a realidade social em que vivem. Desse forma, a história oral foi um instrumento de análise que viabilizou uma abertura para o relato de vida dessas mulheres⁴⁹. Logo, a interpretação das falas das mulheres foi de extrema importância para percebermos que é o sujeito que cria e recria formas de elucidar e de fazer a sua história. No que se refere a análise dos dados da pesquisa optamos por organizar em categorias de análise, onde avaliamos e interpretamos as falas dos sujeitos desta pesquisa. Cabe salientar que interpretação dos conceitos, bem como o diálogo com a literatura, sobre determinados assuntos, foi determinante na análise dos dados.

4.2- A Trajetória da pesquisa: o campo empírico.

Conforme foi apontado, a opção pela escolha de Alegrete deu-se por meio da minha visita ao referido município e por identificar que o mesmo não possuía nenhum trabalho sobre o PBF e, como forma de contribuir para esta realidade resolvi estudar o contexto social das mulheres beneficiárias do PBF neste município.

Sendo assim, cabe destacar que fui morar em Alegrete em 2015 e com isso pude me aproximar mais das demandas sociais do município e também das gestoras e coordenadoras do PBF. Neste momento, posso dizer que de certa forma estava saindo da posição de *outsider*, para *established* (estabelecida) que foi extremamente importante porque pude perceber outro aspecto da vida social, da cultura e dos hábitos vivenciados nesta região, e ao mesmo tempo vivenciá-los. Não poderia dizer, é claro, que a posição de *established* pode ser plenamente vivida, pois contraditoriamente mesmo sendo da cidade, eu continuava sendo de fora. De qualquer forma, viver a pesquisa na qualidade de moradora permitiu aproximações e uma aceitação que de outra forma acho que seria mais difícil.

Antes de iniciar a pesquisa de campo alguns desafios deveriam ser vencidos, o primeiro foi a questão da aproximação com a equipe que executa

⁴⁹ Acerca da metodologia da História Oral, cf. Bosi (1995). Pollak (1989), Alberti (2005), Ferreira e Amado (1996) e Freitas (2012b). Importante também neste sentido foi o texto de Bourdieu (1998).

as ações do PBF no município e, o outro consistia em desvendar as seguintes perguntas: como chegar nas mulheres? E, onde se encontravam? Diante destes questionamentos, foi necessário ter um primeiro contato com a equipe gestora do programa, pois a gestora que havia me incentivado a realizar a pesquisa não se encontrava mais na secretaria de assistência social, posto que a mesma havia sido transferida para outro setor. Sendo assim, foi necessário, novamente, realizar outro contato com as novas gestoras⁵⁰ da referida secretaria para apresentar a pesquisa e solicitar a permissão para a realização da pesquisa de campo.

Apesar desse processo, que teve uma espera significativa, a nova equipe que compunha a Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social recebeu-me de forma muito atenciosa e se prontificou em ajudar na coleta de dados.

Cabe evidenciar que antes de iniciar a pesquisa de campo, o projeto de pesquisa foi encaminhado, em fevereiro de 2016, para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense onde foi analisado e obteve um parecer favorável em julho de 2016⁵¹. Depois da aprovação foi iniciado a pesquisa de campo.

Após esse processo, o projeto foi apresentado para a equipe gestora da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social e, para o prefeito da cidade, cujo objetivo foi socializar a finalidade da pesquisa, nos comprometendo, também, em devolver os dados analisados ao final deste doutorado⁵².

Desse modo, partimos para a coleta de dados. A primeira atividade ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2016 e foi realizada no Setor do Cadastro Único com o objetivo de identificar quantas eram as famílias inscritas no Cadastro Único e quantas eram consideradas pobres e

⁵⁰ A palavra está no feminino porque todas as entrevistadas são mulheres, o que só reforça o argumento de que nos assuntos relacionados às famílias, são as mulheres os principais sujeitos, seja como beneficiárias, seja como gestoras.

⁵¹ Os comentários e considerações do Comitê de Ética em relação a pesquisa por meio do parecer de número 1.629.317 destaca que a proposta de estudo está adequada aos objetivos e poderá prover informações úteis sobre como o PBF afeta as condições de inserção das mulheres beneficiárias no mercado de trabalho no município de Alegrete. O projeto está bem estruturado e aponta questões relevantes para o tema da pesquisa.

⁵² Cabe ressaltar que neste mesmo período foi publicado em dos jornais de grande circulação da cidade, o “Social em Questão”, no ano de 2016, uma matéria sobre a realização da referida pesquisa no município.

extremamente pobres. O acesso aos dados do Cadastro Único deu-se por meio de uma senha, digitada por um funcionário do setor, para que assim pudéssemos ter acesso aos dados, também foi disponibilizado o Número de Identificação Social (NIS) das famílias que recebiam o PBF.

Nessa etapa da pesquisa tivemos acesso aos dados das famílias cadastradas no Cadastro Único e conseguimos identificar as famílias que se encontram na condição de extrema pobreza e pobreza, conforme apresentado nas tabelas 9 e 10. Torna-se importante mencionar que tivemos que acessar, por meio da plataforma do Cadastro Único, nome por nome das famílias que recebem o PBF em Alegrete. Logo, extraímos as seguintes informações: a faixa etária das mulheres responsáveis pelo recebimento do PBF e a localização destas famílias, se residiam na zona urbana ou na zona rural.

Tabela 9- Famílias que recebem o PBF e encontram-se na condição de extrema pobreza.

Faixa Etária	Quantitativo
20-30 anos	2
31-40 anos	37
41-50 anos	37
51-60- anos	12
61 ou mais anos	2
Total	90

Fonte: Cadastro Único- 2016.

Os dados apresentados na tabela acima indicam que existe um total de 90 mulheres⁵³ que se encontram na condição de extrema pobreza, sendo que há uma maior concentração de mulheres que recebem o PBF nas faixas etárias dos 31-40 anos e 41-50 anos. Estes dados também mostram que somente sete⁵⁴ mulheres residem na área rural e as outras mulheres concentram-se na área urbana do município.

⁵³ Cabe ressaltar que não foi identificado nenhum homem responsável pela família na condição de extrema pobreza.

⁵⁴ Dessas sete famílias, quatro se encontram na faixa etária de 31-40 anos, duas na faixa de 41-50 anos e apenas uma na faixa de 51-60 anos.

Tabela 10: Famílias que recebem o PBF e encontram-se na condição de pobreza.

Faixa Etária	Quantitativo
20-30 anos	7
31-40 anos	102
41-50 anos	114
51-60 anos	77
61 ou mais anos	18
Total	318

Fonte: Cadastro Único- 2016

Ao analisarmos os dados da tabela 10 vemos que há um total de 318 famílias que se encontram na condição de pobreza, sendo que as faixas etárias de 31- 40 anos e 41-50 anos representam o maior quantitativo de famílias e, estas faixas etárias coincidem com aquelas apresentadas na tabela 9, o que indica que o PBF atende maior percentual de mulheres⁵⁵ nestas faixas etárias. Outro elemento importante é que a maioria das famílias que recebe o PBF encontra-se na zona urbana, sendo que apenas 26⁵⁶ famílias estão localizadas na área rural.

Diante dessa análise preliminar tivemos uma base de como está estruturada as famílias que recebem o PBF no município, com isso conseguimos delimitar mais o nosso objeto de estudo e definimos o seguinte foco de pesquisa: pesquisar as mulheres que recebem/ou receberam o PBF⁵⁷, selecionar aquelas que residam na zona urbana do município, já que o maior quantitativo dessas mulheres encontra-se no espaço urbano e, que haviam participado de algum curso voltado à geração de emprego e renda ofertado pelas ações complementares, no âmbito da inclusão produtiva.

Cabe mencionar que os dados oferecidos pelo Cadastro Único não disponibilizava a informação das famílias que haviam participado dos cursos oferecidos pelas ações complementares. Esta intensa investigação que durou três meses (de agosto à outubro de 2016), onde dedicamos à coleta e à análise

⁵⁵ Nesta amostra constatamos que havia um homem que era o responsável pela família e residia na área rural da cidade.

⁵⁶ Das 26 famílias analisadas, oito encontravam-se na faixa etária de 31-40 anos, dez estavam na faixa etária de 41-50 anos, oito estavam na faixa etária de 51-60 anos. Cabe destacar que duas famílias eram quilombolas e pertenciam a faixa etária de 41-50 anos.

⁵⁷ Em relação as mulheres que se encontravam na condição de pobreza e extrema pobreza este quesito foi indiferente na seleção das mulheres entrevistadas.

dos dados do Cadastro Único, principalmente no que tange à identificação da faixa etária e da localização destas mulheres. Outro fator importante de ser ponderado foi o tempo perdido quando o sistema encontrava-se fora do ar.

Contudo, mesmo após esse processo, ainda faltava identificar as mulheres que haviam participado de algum curso oferecido pelas ações complementares, foi neste momento que entramos, novamente, em contato com a coordenadora do PBF e perguntamos onde poderíamos obter essa informação. Diante desta questão, a mesma nos encaminhou para conversarmos com a coordenadora do ACESSUAS da Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social.

No final de outubro de 2016, conseguimos conversar com a coordenadora do ACESSUAS e, mais uma vez, explicamos o objetivo da nossa pesquisa. Após esta conversa, solicitamos a sua autorização para realizar uma pesquisa nos arquivos da referida secretaria, com o objetivo de identificar quais eram as mulheres que haviam participado de alguma ação complementar oferecida no âmbito da inclusão produtiva.

Para compreender como são desenvolvidas as ações complementares, cabe enfatizar que o Plano Brasil Sem Miséria foi implementado em junho de 2011 e tem por objetivo atender as famílias que se encontram na condição de pobreza e encontra-se organizado a partir de três eixos: o acesso aos serviços: de saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional, e habitação; a garantia de renda, por meio do PBF e do BPC, e a inclusão produtiva, onde são desenvolvidas as ações por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), do empreendedorismo, da economia solidária e dentre outros.

A inclusão produtiva tem por objetivo proporcionar o acesso da população pobre às oportunidades de ocupação e renda. Logo, as ações que são complementares ao PBF são efetivadas a partir dos cursos oferecidos pelo PRONATEC, que foi implementado pela Lei nº 12.513/2011 e seu objetivo consiste em expandir e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, ou seja, busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional para os jovens, trabalhadores e beneficiários do PBF.

As primeiras ações implementadas no município de Alegrete deram-se por meio dos cursos oferecidos pelo PRONATEC que iniciou em 2013 e foi até o final de 2014. No início de 2015 estes cursos não puderam ser oferecidos devido aos cortes de verbas para a concretização dos mesmos.

Cabe salientar que no ano de 2015 ocorreu algumas mudanças na gestão da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social e, a coordenadora ACESSUAS foi transferida para outro setor, assumindo uma outra coordenadora em meados de 2015. Diante destes impasses e, principalmente, por não possuir verbas para o andamento dos cursos oferecidos pelo PRONATEC, a nova gestão começou a elaborar estratégias para oferecer às famílias inscritas no Cadastro Único cursos de qualificação profissional.

Desse modo, no final do mês de junho de 2015, começou a ser oferecido outros cursos de inclusão produtiva, por meio das ações complementares, que tinham como objetivo inserir a população, que se encontrava em situação de vulnerabilidade social, no mercado de trabalho, ou seja, estas iniciativas foram efetivadas a partir de meados de 2015. A implementação destas ações deu-se por meio de um estudo prévio das principais demandas da economia local, como também foi avaliado o interesse dos usuários pelos cursos que deveriam ser oferecidos.

A equipe do ACESSUAS também elaborou um projeto que apresentava as propostas e os objetivos dos cursos a serem ofertados. Após essa elaboração, o projeto foi encaminhado para o Conselho Municipal de Assistência Social e para Comissão de Fiscalização do PBF para ser apreciado e aprovado.

Após o processo de aprovação, o projeto é encaminhado para o ACESSUAS onde a equipe realiza as inscrições dos usuários e encaminha os mesmos para os cursos. A única exigência para a participação nos cursos é que os usuários devem estar com o Número de Identificação Social (NIS) atualizado e ter um percentual mínimo de presença na sala aula. A equipe do ACESSUAS também faz um acompanhamento desses alunos no decorrer do curso.

Mediante essas informações, resolvemos pesquisar as ações complementares ofertadas pelo ACESSUAS da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social. Delimitamos por entrevistar as mulheres que haviam participado de alguma ação complementar no período do segundo semestre de 2015 até o segundo semestre de 2016. Esta escolha se justifica, em primeiro lugar, porque a gestão anterior do ACESSUAS não se encontrava no setor e, em segundo lugar porque a atual gestão poderia facilitar o acesso aos dados e, conseqüentemente as dúvidas que poderiam surgir no percurso da pesquisa poderiam ser sanadas com mais facilidade.

Diante desse aspecto, começamos a pesquisar os dados do setor do ACESSUAS a partir do segundo semestre de 2015 e obtivemos as seguintes informações, que podem ser melhor visualizadas nas tabelas 11 e 12.

Tabela 11: Cursos oferecidos na modalidade da Inclusão Produtiva no ano de 2015.

Cursos	Empresa/ Parceria	Vagas	Concluintes	Homens	Mulheres
Cabeleireiro	SEST/SENAT Uruguaiana	20	16	0	16
Eletricista automotivo	SEST/SENAT Uruguaiana	20	10	9	1
Manicure	SEST/SENAT Uruguaiana	20	8	0	8
Panificação	Centro Profissionalizante Nehyta Ramos- Alegrete	15	10	0	10

Fonte: ACESSUAS- ALEGRETE (2016)

De acordo com a tabela acima podemos identificar que há maior inserção de mulheres nos cursos de cabeleireiro, manicure e panificação. Os homens possuem o maior quantitativo nos cursos de eletricista automotivo. A partir destas informações, verificamos, mais uma vez, a diferença de homens e mulheres no espaço socioocupacional, já que isso se repercute até nas escolhas dos cursos. Como também, podemos perceber que o número de concluintes é sempre inferior que o total de vagas, este fato pode estar relacionado ao não preenchimento de todas as vagas ou a evasão de alunos no decorrer do curso.

Tabela 12: Cursos oferecidos na modalidade da Inclusão Produtiva no ano de 2016.

Cursos	Empresa/Parceria	Vagas	Concluintes	Homens	Mulheres
Mecânica a Diesel	SEST/SENT Uruguiana	16	11	9	3
Panificação 1	Nehyta Ramos	16	13	3	10
Panificação 2	APAFA	10	10	1	9
Panificação 3	APAFA	10	10	3	7
Manipulador de carnes e derivados 1	Secretaria de Agricultura e Pecuária	15	13	6	7
Manipulador de carnes e derivados 2	Secretaria de Agricultura e Pecuária	16	14	8	6

Fonte: ACESSUAS- ALEGRETE (2016)

Nos cursos oferecidos no ano de 2016, mais uma vez percebemos que as mulheres possuem maior presença no curso de panificação, mas encontramos um grande quantitativo delas no curso de manipulação de carnes, neste sentido, elas disputam, em termos quantitativos, com os homens a mesma modalidade de emprego. A presença de mulheres no curso de manipulação de carnes se deve a existência de um frigorífico na cidade que deve contratar uma significativa parcela de mão de obra na região e, com isso estas mulheres podem garantir um emprego neste setor. No curso de mecânica a diesel, apesar da grande presença de homens, existem três mulheres, mas a predominância dos homens nesse aspecto ainda é bastante significativa. Logo, identificamos que em alguns cursos o número de vagas é maior que o número de concluintes.

A partir dessa pesquisa no setor do ACESSUAS, conseguimos identificar as mulheres que haviam participado dos cursos e, após este processo realizamos o contato com elas, via telefone, onde explicamos o objetivo de nossa pesquisa e perguntamos se elas tinham o interesse em participar. Sendo assim, para facilitar a exposição da pesquisa, optamos por dividir a apresentação da pesquisa primeiramente com as gestoras e coordenadoras e posteriormente com as mulheres que haviam participado das ações complementares.

4.2.1- A aproximação com as gestoras e com as coordenadoras do PBF.

O contato com as gestoras/coordenadoras ocorreu por meio da ida ao local de trabalho com a finalidade de explicar o objetivo da pesquisa e, também verificar o interesse delas na participação das entrevistas. Cabe ressaltar que todas aceitaram ser entrevistadas. As entrevistas foram realizadas no final do mês de novembro de 2016, pois no ano de 2017 elas não poderiam estar nos devidos setores, já que houve eleições para prefeito em 2016 e em 2017 assumiria outra gestão, que no caso era do partido contrário, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), à candidatura do prefeito anterior, Partido Progressista (PP).

Assim, foram realizadas entrevistas⁵⁸ com a equipe de gestão e coordenação do PBF que abrangeu os seguintes setores: Saúde; Educação, Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos e o setor do ACESSUAS, que continha dados referentes das ações complementares oferecidas no âmbito da inclusão produtiva. As entrevistas tinham por objetivo identificar a dinâmica de operacionalização do PBF e dos programas complementares oferecidos pelo município. Dessa maneira, apresentamos o perfil das gestoras/coordenadoras entrevistadas através da tabela 13.

⁵⁸ O roteiro das entrevistas com as gestoras/coordenadoras encontra-se nos anexos 2, 3, 4, 5 e 6.

Tabela 13: Perfil das gestoras/coordenadoras entrevistadas.

Identificação	Sexo	Nível Educacional	Profissão	Tempo de atuação no cargo	Local da entrevista
1-Gestora do PBF na Educação	Feminino	Superior	Professora de matemática	9 anos e meio	Secretaria de Educação
2- Gestora do PBF na Saúde	Feminino	Superior	Nutricionista	6 anos	Setor do Cadastro Único
3- Gestora do PBF na Sec. de Prom.Des. Social	Feminino	Superior	Pedagoga	5 anos	Setor do Cadastro Único
4- Coordenadora do Setor de Mon e Aval.de Proj. da Sec. Prom. Des.Social	Feminino	Superior	Nutricionista	4 anos	Setor do Cadastro Único
5- Coordenadora do ACESSUAS.	Feminino	Superior	Nutricionista	1 ano e meio	Setor do ACESSUAS

Fonte: Da autora.

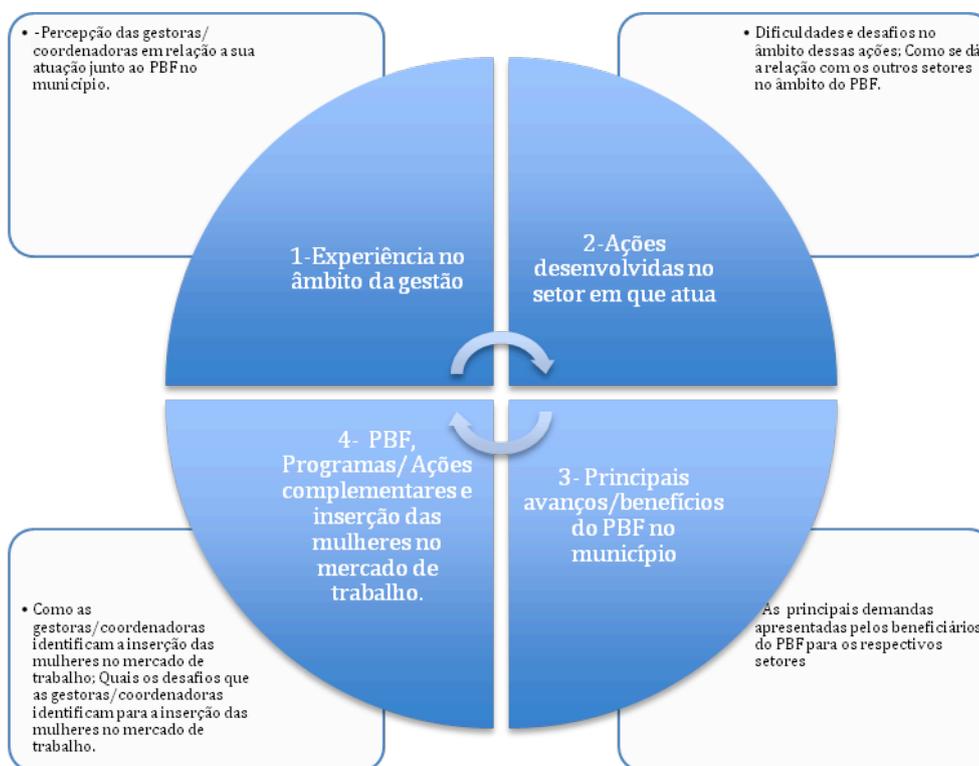
Podemos identificar que as gestoras/coordenadoras envolvidas no âmbito da gestão do PBF em Alegrete são do sexo feminino, corroborando a visão de que as profissões mais afetas ao "cuidar" (PERROT, 1991) e relacionadas às famílias ainda estão nas mãos das mulheres. Todas possuem nível superior e, a profissão predominante é de nutricionista. De início já causa surpresa não encontrar nenhuma assistente social nesta gestão e coordenação do PBF. Todas as gestoras/coordenadoras possuem um significativo tempo de atuação no cargo, sendo que somente a coordenadora do ACESSUAS possui um tempo menor que as demais.

Após a análise do perfil das gestoras/coordenadoras do PBF, sistematizamos a coleta de dados que teve por objetivo analisar os seguintes quesitos: a dinâmica de operacionalização do PBF; as ofertas de serviços que são disponibilizados para a população; a experiência destes agentes implementadores no atendimento à população coberta pelo PBF e, como elas avaliam as ações complementares e a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Como forma de desmembrar o conteúdo das entrevistas, optamos por elaborar um gráfico para melhor visualizarmos a organização e a categorização das perguntas que foram realizadas com as gestoras/coordenadoras do PBF

em Alegrete.

Gráfico 11: Organização do conteúdo das entrevistas com as gestoras/coordenadoras do PBF em seus respectivos setores.



Fonte: Da autora.

A partir da aproximação com as gestoras/coordenadoras e da identificação do perfil das entrevistadas, passamos para a análise do perfil das mulheres entrevistadas.

4.2.2- A aproximação com as mulheres.

Foram identificadas trinta e quatro mulheres, no setor do ACESSUAS, que haviam participado dos cursos no âmbito das ações complementares, porém não conseguimos estabelecer um contato com todas, visto que o número do telefone, que estava no cadastro, não pertencia mais à pessoa de referência e, em outros telefonemas chamava e ninguém atendia.

Sendo assim, conseguimos um contato definitivo com quatorze mulheres, sendo que dez aceitaram ser entrevistadas. As entrevistas aconteceram no mês de novembro de 2016 e foram realizadas na residência das mesmas, cujo propósito foi identificar o cotidiano de vida destas mulheres e examinar se a participação nos cursos de qualificação profissional possibilita o acesso ao mercado de trabalho.

As entrevistas foram realizadas nas residências e até mesmo no quintal de suas casas, ou seja, no lugar em que elas se sentiam mais a vontade de nos receber, já que procuramos deixar a conversa mais confortável possível e ao mesmo tempo perceber, por meio da observação participante, elementos ocultos na fala como: um sorriso, uma lágrima no olhar, sentimentos de arrependimento e de dor e dentre outras expressões.

Conforme apontado no item 4.1, foi elaborado um roteiro semiestruturado⁵⁹, para a realização das entrevistas que possui perguntas fechadas (objetivando identificar a idade, o tempo que recebe/recebeu o PBF, o estado civil e dentre outros elementos) e perguntas abertas (que centram na análise de seu cotidiano de vida; nas experiências da participação dos cursos ofertados pelas ações complementares e no acesso ao mercado de trabalho).

Essas mulheres são identificadas por nomes de flores⁶⁰ (escolhido por elas), residem na área urbana do município de Alegrete, algumas recebem e outras já receberam o PBF e todas participaram dos cursos oferecidos no âmbito das ações complementares. A partir desta seleção, realizamos as entrevistas que foram gravadas e transcritas, para posteriormente serem analisadas.

O roteiro da entrevista está dividido da seguinte forma: no primeiro eixo abordamos as atividades desenvolvidas no dia a dia, como também verificamos se elas exercem alguma atividade remunerada; no segundo eixo identificamos as redes sociais acessadas por essas mulheres; no terceiro eixo exploramos os benefícios que o PBF trouxe para a sua vida e para a vida sua família; no quarto eixo analisamos os benefícios e as dificuldades de participar dos cursos oferecidos no âmbito das ações complementares e, por fim estabelecemos

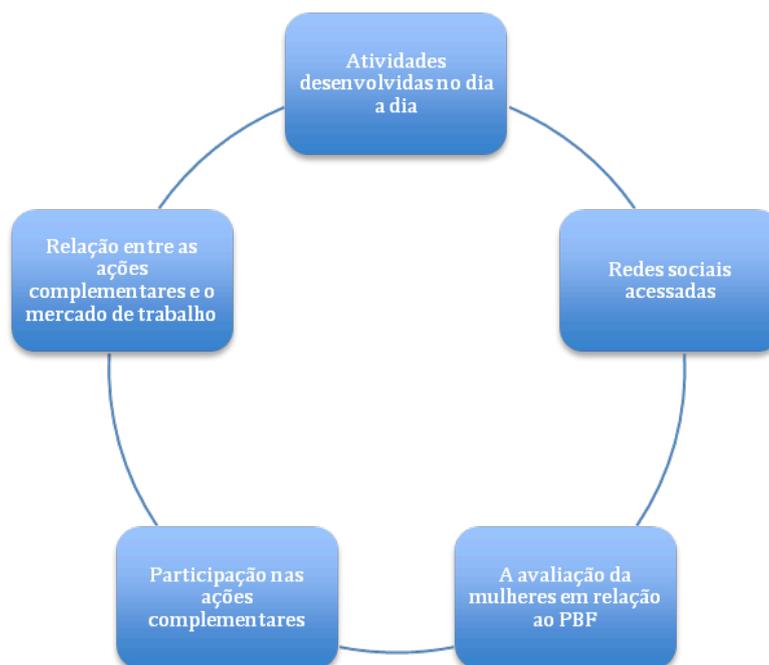
⁵⁹ O roteiro da entrevista com as mulheres encontra-se no anexo 7

⁶⁰ O nome dessas mulheres estão identificados por nomes de flores com o intuito de garantir o anonimato de suas falas.

uma relação entre a participação nos cursos e a inserção das mesmas no mercado de trabalho em Alegrete.

Para a melhor compreensão do roteiro da entrevista, elaboramos um gráfico ilustrativo com os eixos destacados acima.

Gráfico 12: Organização dos eixos das entrevistas realizadas com as mulheres.



Fonte: Da autora.

Após o contato com a equipe gestora do PBF e com as mulheres, passamos para a análise dos dados coletados. Utilizamos, nesta fase, a entrevista e observação participante com as gestoras das áreas da saúde, educação, assistência social e com as coordenadoras do setor de monitoramento e avaliação de projetos e do ACESSUAS com a finalidade de identificar os avanços do PBF no município de Alegrete e, como elas avaliam as ações complementares ofertadas pelo município. Com as mulheres, analisamos como o PBF, por meio das ações complementares, afeta a inserção delas no mercado de trabalho. Sendo que estas questões serão exploradas no próximo capítulo

CAPÍTULO V- PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, AÇÕES COMPLEMENTARES E MERCADO DE TRABALHO: uma análise sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho em Alegrete.

Neste capítulo, apresentamos a análise das entrevistas realizadas com as gestoras e coordenadoras do PBF e com as mulheres que recebem ou que receberam o PBF e que haviam participado de cursos no âmbito das ações complementares. Como já foi afirmado, as entrevistas com as gestoras e coordenadoras têm como objetivo analisar como elas avaliam as repercussões do PBF e das ações complementares em Alegrete, destacando os seguintes aspectos: as mudanças ocorridas no âmbito local, os desafios no âmbito da execução e, como elas avaliam as propostas das ações complementares na inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Nas entrevistas com as mulheres que haviam participado dos cursos oferecidos no âmbito das ações complementares, procuramos investigar e refletir se as ações complementares viabilizam o acesso ao mercado de trabalho e como isso ocorre.

Para maior aprofundamento dos objetivos apresentados, dividimos este capítulo em duas partes: a primeira identifica a visão das gestoras e das coordenadoras no âmbito da execução do PBF e das ações complementares e a segunda parte analisa a experiência das mulheres no acesso ao mercado de trabalho por meio das ações complementares.

5.1- Programa Bolsa Família e Ações Complementares: a visão das gestoras e das coordenadoras no âmbito da execução desses programas.

Neste item, identificamos a percepção das gestoras e coordenadoras municipais em torno do PBF e das ações complementares desenvolvidas no município de Alegrete. O recurso metodológico utilizado foi a análise das entrevistas semiestruturadas com a gestora do Cadastro Único e do PBF da

Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social; com a Coordenadora do ACESSUAS da Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social; com a coordenadora geral de Monitoramento e Avaliação de Projetos da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, com a gestora do PBF no setor da Saúde e, com a gestora do PBF no setor da Educação.

Sendo assim, para melhor compreendermos como ocorre a execução do PBF e das ações complementares no município de Alegrete, devemos analisar o primeiro eixo de análise que é a experiência das coordenadoras/gestoras⁶¹ no setor de atuação junto ao PBF. Este eixo tem por objetivo verificar como as gestoras/ coordenadoras do PBF percebem a sua atuação junto à execução do PBF no município de Alegrete. Começamos ouvindo suas falas:

“No início foi bem difícil porque eu não tinha conhecimento nenhum, aí, tive que buscar conhecimento, capacitação, tanto fora de Alegrete como através de pesquisas e muita leitura. (...) Eu como pedagoga nunca tinha trabalhado com a área da assistência social, então tu conhece e trabalha com o nosso público é muito gratificante e eu me vejo assim realizada. Gosto do que eu faço” (Gestora do PBF na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social)

“(...) de 2010 a 2012 eu saí do meu cargo de nutricionista que eu atendia nas creches, as antigas EMEIS que eram vinculadas à Assistência Social, e passei a atuar no núcleo de projeto. Esse sim dentro da estrutura organizacional da antiga Secretaria de Assistência Social, só que com funções muito restritas né, era realmente para fazer e captar novos projetos para a secretaria e aí em fazendo isso vai te apropriando dos projetos e aí começou o meu conhecimento, essa minha atuação com todos os projetos porque eu sempre trabalhava na adesão e aí acabava conhecendo” (Coordenadora do Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos)

A partir dos depoimentos das entrevistadas, percebemos que a maioria relata que a sua experiência com os setores ocorreu quando elas começaram a lidar com as condicionalidades impostas pelo PBF. Identificamos também que elas não possuíam muito acúmulo na área da assistência social. Nenhuma das

⁶¹ Como forma de identificar as gestoras/ coordenadoras optamos por identificá-los a partir da seguinte forma: **Gestora do PBF na Educação; Gestora do PBF na Saúde; Gestora do PBF na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social; Coordenadora do Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos e Coordenadora do ACESSUAS.** Cabe ressaltar que a gestora do PBF na saúde não pode comparecer na entrevista e a mesma enviou a sua representante.

entrevistadas era assistente social, e com isso possuíam um parco conhecimento acerca da Política Nacional de Assistência Social e dos serviços ofertados no âmbito deste setor. Logo, notamos algumas dificuldades no campo da sistematização de suas ações, principalmente, no que tange ao conhecimento sobre as exigências impostas pelo PBF em relação à população atendida.

Os depoimentos das gestoras/coordenadoras também indicam alguns desafios impostos na mudança de gestão em seus respectivos setores, já que esse fato envolve uma nova reconfiguração da equipe nas secretarias. Isso é enfatizado na fala da coordenadora do ACESSUAS, destacando que houve: "uma dança das cadeiras", ou seja, a rotatividade da equipe técnica nos setores faz com que a nova equipe encontre obstáculos na operacionalização dos programas sociais, como o PBF, pois precisarão dispor de um tempo significativo para se dedicar à sistematização das ações desenvolvidas pelo setor e, ao estudo das leis, portarias e normas que regem o PBF, conforme apontado na fala da gestora do PBF da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social: "muita leitura".

No que se refere a esse aspecto, podemos notar a existência de um certo amadorismo, que reflete a inexperiência dessas entrevistadas no tipo de atividade que desenvolvem. Isso faz com que tenham que estudar e participar de cursos para poder aprender as propostas e os objetivos referentes ao PBF. Por outro lado, percebemos que também existe uma "politicagem" que envolve a "dança das cadeiras", ou seja, a cada mudança de gestão outros funcionários são alocados para outros setores, como forma de atender interesses que estão além de suas atribuições. Não podemos negar o envolvimento e a seriedade das gestoras e coordenadoras; o que se quer apontar aqui é a necessidade de um olhar mais "profissional" quando se pensa a política de assistência social.

Outras gestoras/coordenadoras quando relatam a sua experiência no setor, destacam somente os resultados positivos do PBF em seus setores, não mencionando de forma precisa os meandros de sua atuação profissional, conforme apontado pela gestora da Educação: "o PBF beneficiou e está beneficiando a frequência do aluno na escola, a retomada dos alunos, né,

daquela visão, daquela que sempre teve muita evasão escolar e agora agente vê essa diminuição.”

O segundo eixo de análise das entrevistas diz respeito às ações desenvolvidas no setor, onde as gestoras/coordenadoras atuam, tentamos explorar também outros elementos que permeiam essa indagação como: os desafios impostos no âmbito das ações que cada setor executa e como ocorre a articulação do setor em que atuam com os outros setores que envolvem as ações do PBF e das ações complementares.

Notamos que as principais ações desenvolvidas estão centradas em torno das metas e das condicionalidades que devem ser seguidas pelo PBF, como também percebemos que algumas entrevistadas identificam outras demandas que estão além da proposta do PBF.

A Gestora do PBF da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social aponta que uma das estratégias para conseguir a atualização e o cadastramento das famílias é garantir a presença do Setor de Cadastro Único, da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, nos locais onde essas famílias se encontram. Dessa forma, em determinados meses, a equipe realiza esse cadastramento das famílias nos CRAS, nos CREAS, nos postos de saúde e dentre outros locais, com a finalidade de estar mais próximo dessas famílias. Essas atividades são chamadas de ações descentralizadas pela gestora do PBF.

Observamos que essa iniciativa possui um caráter positivo, pois algumas famílias desconhecem os seus direitos em relação ao recebimento do PBF, como também identificamos que é uma forma do setor verificar outras demandas provenientes das famílias atendidas. Podemos constatar tal fato a partir da fala da gestora:

" praticamente meio de 2015, nosso atendimento era só no setor. Então o público vinha até nós. Eram poucas as ações descentralizadas. (...) A gente ia mais para assentamento, né, é um público prioritário do governo federal. Já no início de 2016 a gente deu um salto. Conseguimos fazer mais de doze ações descentralizadas neste ano, aí nós pegamos polos educacionais, os CRAS, os polos de saúde, assentamentos e acampamentos. Então nós saímos do nosso comodismo, com eu costume dizer, né, é para ir atender o público mais perto... conhecendo mais a sua realidade. Isso dá trabalho. Que tenho uma equipe de oito né (...) Aí tive que dividir

essa equipe para nós não fecharmos o setor, com isso atendemos as pessoas que vêm aqui e a gente também pode sair do setor para poder atender nos bairros. Dá um pouquinho de trabalho, mas é gratificante porque daí tu tens contato com a realidade das famílias" (Gestora do PBF na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social)

A gestora do PBF na Educação destaca que as ações desenvolvidas em seu setor estão condicionadas em identificar o porquê que os alunos evadem do sistema de ensino. Observamos ser uma preocupação muito presente em sua fala. A partir desse questionamento, ela procura além da evasão, constatar outras demandas sociais presentes no contexto familiar. Essa análise se torna pertinente na medida em que as ações desempenhadas pela secretaria não se limitam somente controlar a frequência escolar dos alunos.

A gestora do PBF na Saúde destaca que além do cumprimento das condicionalidades, há uma preocupação da Secretaria de Saúde em desenvolver outras ações que envolvem o bem-estar da população. Conforme identificado em sua fala, podemos perceber que nos postos de saúde são promovidas palestras, como também existem grupos focais que têm por objetivo conscientizar a população sobre os bons hábitos de saúde e sobre como prevenir determinados tipos de doenças.

" a gente tem palestras, né de promoção ao aleitamento materno (...) a gente faz grupos focais, faz os preventivos nas mulheres (...) que está incluída como uma condicionalidade do PBF né, (...) As palestras acontecem nos bairros " (Gestora do PBF na Saúde)

No relato da coordenadora do Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos constatamos que há uma preocupação por parte da mesma em avaliar todos os projetos que estão sendo desenvolvidos na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, cujo propósito está relacionado em atender as demandas apresentadas pela população. Também existe uma preocupação em desenvolver ações que consigam angariar recursos para o município para que haja um financiamento de outros programas sociais, como é o caso dos cursos que são ofertados pelo PRONATEC. Sendo assim, a mesma destaca a

importância de receber recursos por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) que é um indicador sintético que tem por objetivo monitorar a implementação do Cadastro Único e as condicionalidades impostas pelo PBF. Através desse índice há também apoio financeiro para os municípios na implementação do PBF por meio da qualidade de gestão do programa.

A coordenadora do ACESSUAS destaca que as principais ações desenvolvidas na sua gestão foram a elaboração de projetos de capacitação para as pessoas inscritas no Cadastro Único:

" (...) a gente percebeu que podíamos trabalhar com as ações complementares no modo de inclusão produtiva(...) Começamos a pesquisar os cursos que as pessoas queriam fazer e fizemos os projetos e os que foram aprovados, começamos a chamar as pessoas interessadas (...) (Coordenadora do ACESSUAS)

Como no ano de 2015 não houve recursos disponíveis para a implementação de cursos de qualificação no âmbito do PRONATEC, no segundo semestre de 2015, foi feita uma pesquisa sobre os cursos que a população gostaria de fazer no âmbito da inclusão produtiva. Após essa informação, esse setor elaborou um projeto de capacitação para que as famílias inscritas do Cadastro Único pudessem ter acesso a outras formas de se inserirem no mercado de trabalho. Com isso, podemos compreender que o início da sua gestão no ACESSUAS teve por base a formulação de projetos que tinham como objetivo oferecer cursos de capacitação, por meio das ações complementares, no âmbito da inclusão produtiva.

Observamos por meio dessas falas, que as ações desenvolvidas através da gestão/coordenação nos referidos setores, nos remetem a uma análise sobre o processo de descentralização das políticas sociais, já que esse processo exige determinadas responsabilidades para o município e, conseqüentemente para as gestoras/coordenadoras, principalmente, no que diz respeito à provisão de serviços a serem oferecidos para a população.

Em relação a esse aspecto, Abrucio (2005) ressalta o aspecto positivo do processo de descentralização no âmbito do discurso, pois a mesma assume características como: melhoria do desempenho governamental; ênfase numa perspectiva mais democrática de governo, possibilitando uma relação mais consistente entre o cidadão e a esfera governamental e, por fim destaca o

processo de maior autonomia decisória no âmbito local, fazendo com que a população se aproxime da gestão dos governos locais, ou seja, todos esses elementos resultariam num maior engajamento político da população.

Arretche (1998) também faz alguns apontamentos sobre esse processo e destaca que os determinantes do processo de descentralização das políticas sociais no Brasil se configuram a partir de três fatores. O primeiro diz respeito aos fatores estruturais, ou seja, aqueles relacionados à ordem de gerência e de capacidade dos governos locais assumirem sua responsabilidade frente aos programas sociais, bem como a capacidade político-administrativa. Esse primeiro fator estaria relacionado ao processo de descentralização das políticas sociais a partir da Constituição de 1988. O segundo fator está relacionado aos fatores institucionais que se referem ao legado das políticas prévias, às normatizações da oferta de serviços e ao sistema operacional necessário à prestação dos serviços sociais. O último fator é a ação política, que envolve relações entre os níveis de governo, bem como uma relação entre o Estado e a sociedade civil.

Outro elemento que não podemos deixar de pontuar é que as políticas sociais brasileiras, no processo de descentralização, assumem características significativas, como, por exemplo, na década de 1980 diante da luta contra o autoritarismo, a noção de cidadania e luta por justiça social consistiram em questões propulsoras no ideário social. Por isso, o pensamento referente ao êxito das políticas sociais era algo que soava positivo para a população. Nos anos 1990, podemos identificar um enfoque para as questões da eficiência atrelada à reforma do Estado, pois o objetivo era racionalizar os gastos com as políticas sociais. Diante desse processo, percebemos que as políticas sociais passam a ser de competência dos municípios e com isso, tem-se a municipalização.

O processo de descentralização nos remete a refletir sobre os seus desafios, de acordo com Abrucio (2005), há que se considerar nesse processo, o caráter predatório do federalismo, que envolve a incorporação dos três níveis de governo: a União, os Estados e os Municípios, como proposto na Constituição Federal de 1988. Souza (2005) também destaca que as desigualdades entre as regiões do Brasil atreladas ao seu processo histórico

também dificultam esse processo, como também as disparidades das esferas subnacionais, tendo como consequência um endividamento maciço por parte dos estados. Por fim, a autora destaca a escassa existência de mecanismos de coordenação e cooperação entre os organismos intergovernamentais.

Diante dessa análise, podemos comungar com a ideia de Abrucio (2005) que apesar das características propostas pelo processo de descentralização, encontramos algumas questões que nos remetem a pensar sobre os seguintes constrangimentos como: a baixa capacidade tributária dos municípios brasileiros; a questão do municipalismo autárquico, alegando para os municípios a resolução dos problemas sociais; o processo intenso de metropolização, que aumentou significativamente os problemas sociais urbanos; e, os resquícios culturais e políticos presentes no plano local, ou seja, encontramos no âmbito das municipalidades uma não experiência democrática, mas características que reforçam práticas clientelistas, como podemos suspeitar existir também em Alegrete. Exemplos, nesse sentido, seria a “dança das cadeiras”, o amadorismo na escolha dos gestores, resultando no pouco conhecimento desses na esfera específica da assistência e a necessidade de "correr atrás do prejuízo", de ter que "estudar mais" para resolver o problema. Podemos acrescentar a essa análise, a questão do déficit de burocracia na esfera municipal que dificulta a efetivação das políticas sociais, principalmente, no que se refere à troca constante de cargos no âmbito das secretarias municipais.

A partir desses apontamentos, podemos compreender que os impasses presentes no processo de descentralização irão impactar na gestão das políticas sociais brasileiras na medida em que as mesmas encontram-se articuladas entre os diferentes níveis de governo. Sendo assim, procuramos ainda nesse eixo de análise, verificar as ações desenvolvidas pelo setor, identificar quais são as dificuldades que as gestoras/coordenadoras encontram no âmbito dessas ações e como ocorre a relação do setor em que atuam com os outros setores. Com isso, temos:

"Essas ações descentralizadas são um nó, tanto para nós quanto pro nosso público (...) mas posso afirmar que 90% do público aderiu esta proposta. Aderiu porque é bem divulgada, né a gente procura ir nos bairros, nos pontos mais frágeis, mais carentes do município, mais distantes, né, e a população tem aderido sim. (...) A nossa Secretaria de Promoção é a que me deu maior apoio, né, para que essas ações fossem descentralizadas. Tenho todo o apoio." (Gestora do PBF na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social)

" a dificuldade maior é a gente não estar conseguindo fazer a contra referência, né? A gente tem o planejamento de conseguir ver quantos encaminhamentos partiram, tanto pela proteção especial quanto pela proteção básica, deste setor, né, e quantas conseguiram fazer o acompanhamento, estão no acompanhamento e se é efetivo, né, então assim, esse retorno a gente não tem. Por que? Por que a gente não conseguiu fazer uma reunião sistemática. (...) Então eu acho que a contra referência ainda é uma coisa muito frágil pra gente. "(Coordenadora do Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos)

Notamos, a partir das falas das entrevistadas, que as dificuldades na esfera das ações se referem à questões administrativas. A gestora do PBF da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social começa destacando que as ações descentralizadas são um nó, mas termina enfatizando que há uma significativa adesão do pessoal nessas ações, porém só contou com o apoio da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social. A partir dessa fala, podemos constatar que o "nó" pode se referir à mobilização que é feita para a secretaria ir nos bairros mais afastados do centro, locais onde se concentra a população mais vulnerável do município, e com isso ofertar o serviço de cadastramento ao PBF. Sendo que esse deslocamento consiste em selecionar quem vai ficar no setor de atendimento, ou seja, na sede do Cadastro Único, e quem vai para as ações descentralizadas, fazendo com que haja uma mudança na logística de atendimento no setor. A mesma também afirma que recebe apoio somente do setor em que atua e com isso percebemos que apesar de ser uma ação que tem por objetivo ir ao encontro das famílias para realizar o cadastramento, há pouco envolvimento de outras secretarias na execução dessas ações.

A gestora do PBF na Educação e a coordenadora do ACESSUAS também destacam a dificuldade de entrosamento entre os setores. Por exemplo, a coordenadora do ACESSUAS ressalta que o seu setor agiliza os projetos, mas o mesmo demora ser efetivado por conta do processo de

licitação, ou seja, o entrave está no campo de outro setor, conforme apresentado em sua fala:

"(...) eu vejo de dificuldade é que assim, a gente escolhe o curso, seleciona o curso encaminha para o setor, pro administrativo para que ele mande pro compras (...) Tipo, a gente consegue fazer e daqui há pouco ele demora um mês ali, dois meses para que a gente tenha um retorno, nisso as pessoas ficam ligando, ficam vindo aqui: "vai ter curso"? "não vai ter curso"?- aí gera uma confusão. Eu vejo de dificuldade é isso assim, uma parte lá do setor do compras, não no nosso administrativo da Secretaria, é o compras porque o administrativo manda pro compras para que ele daí abrir o processo de licitação para que as empresas se candidatem."(Coordenadora do ACESSUAS).

No setor da saúde, a gestora salienta as dificuldades das pessoas em aderirem às ações de prevenção em saúde. Apesar de identificar esse entrave, a mesma fica centrada, somente, nas ações do setor da saúde e não menciona ações que deveriam ser promovidas no âmbito das condicionalidades exigidas pelo PBF. Logo, podemos compreender que as ações desempenhadas em torno da saúde, no que tange ao público alvo do PBF, não têm um impacto significativo no município.

No que diz respeito à articulação das secretarias com os outros setores, podemos identificar as seguintes respostas:

"A Secretaria de Educação, ela tem articulação, vamos dizer assim, com a Secretaria de Saúde e de Assistência. Trabalhamos juntas no Comitê. " (Gestora do PBF na Educação).

" As Secretarias que trabalham juntas no Bolsa Família são três: a Assistência, que somos nós, que agora é Promoção e Desenvolvimento Social, a Educação e a Saúde, que são as três secretarias que trabalham juntas. É temos um comitê intersetorial que é formado pelas três gestoras das três Secretarias. Então essas três Secretarias estão juntas, estão vinculadas porque o bolsa tem três condicionalidades. "(Gestora do PBF na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social)

Quando tratamos da importância do envolvimento dos setores das entrevistadas com os outros setores, que fazem parte do processo de execução do PBF, constatamos na fala da Gestora do PBF na Educação que seu setor possui uma articulação com os setores da assistência e da saúde por

meio do Comitê Intersetorial⁶². Essa ênfase também foi destacada pela Gestora do PBF na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social que relatou a existência de um Comitê que é formado pelas três secretarias e que os encontros acontecem mensalmente. Ela considera o Comitê ativo e eficaz.

Assim, podemos identificar a importância do Comitê no que se refere ao envolvimento dos setores nas discussões das demandas apresentadas pelos beneficiários do PBF. Além disso, não podemos deixar de pontuar que: “O IGD representa um importante mecanismo de incentivo ao processo de implementação da Intersetorialidade e integração entre os setores, na medida em que os repasses financeiros aos municípios está condicionado ao cumprimento das condicionalidades pelas distintas secretarias” (SENNA, 2013, p.262). Nesse sentido, a criação do Comitê também tem como meta o estabelecimento de ações que dizem respeito ao direcionamento que se deve tomar na aplicação dos recursos no âmbito municipal.

É importante destacarmos que a Coordenadora do Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos identificou que as ações intersetoriais precisam ser melhoradas, pois percebe que apesar da educação ter um índice muito bom em relação à frequência escolar, na saúde o que se constata é que os serviços prestados para os beneficiários do PBF encontram-se abaixo da média nacional. Com isso, a mesma avalia que as ações intersetoriais devem procurar entender o porquê desse baixo acesso da população beneficiária nos serviços de saúde.

A fala da coordenadora do ACESSUAS também aponta para a importância da intersectorialidade, salientando que o setor do ACESSUAS faz uma articulação com os setores da agricultura, pecuária e educação. Essa articulação se configura no que esses setores podem oferecer para que as propostas das ações complementares possam ser efetivadas no município. Assim, o relato demonstra que há uma tentativa de articulação desse setor para além dos setores da assistência, saúde e educação.

⁶² A Secretaria de Administração da Prefeitura do Alegrete/RS por meio do decreto n.115, de 21 de março de 2016 homologa a resolução n.40/2016, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) que dispõe sobre a criação da Instância de Controle Social (ICS) através da Comissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle Social de transferência de renda do Programa Bolsa Família, e dá outras providências. O objetivo da Comissão consiste em debater e propor diretrizes no âmbito da Assistência Social.

No relato da coordenadora do Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos, identificamos que existe uma preocupação para estabelecer a sistematização e a afetividade das demandas que são apresentadas pelos setores responsáveis da gestão do PBF. Apesar de ser uma preocupação pertinente, devemos também considerar que outros setores devem atender outros tipos de demandas da população, como por exemplo, a habitação, a cultura e dentre outros setores, raramente lembrados.

"(...) se a gente quiser efetividade a gente vai ter que estabelecer uma reunião sistematizada, né, de ver esse andamento de fluxo, né, a questão da Intersetorialidade, né, a gente tá bem na questão da Educação, temos um índice bem acima do que seria a média nacional de acompanhamento na educação, estamos muito baixo na questão da saúde, acho que também a gente precisa melhorar essa questão de ver como a gente vai fazer com que... divulgar, esclarecer, né, sensibilizar esses usuários a usar um direito que é seu, né, de acessar a saúde, eu vejo que de repente são essas ações que ainda precisam ser melhoradas"(Coordenadora do setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos)

A partir dos relatos apresentados, constatamos as dificuldades de se efetivar a intersetorialidade em Alegrete. Apesar dos avanços ocorridos na Constituição Federal de 1988, Burlandy (2003) aponta que as estruturas de proteção social no Brasil possuem um caráter fragmentário e setorial, o que dificulta um planejamento integrado entre as políticas públicas. Assim, se pensarmos na realidade brasileira, podemos identificar uma herança setorializada, ou seja, determinados setores das políticas públicas retiram maior benefício na alocação de recursos e não se identificam enquanto um conjunto de ações integradas, basta analisarmos a prioridade do governo federal nas políticas de cunho econômico e financeiro.

Os entraves, em torno de um planejamento integrado, estão relacionados à falta de articulação entre os setores das políticas públicas, ou seja, as políticas vão assumindo um caráter pontual, pois não se articulam com outros setores e não definem interesses que podem impactar de uma forma mais consistente nas demandas sociais.

Outro elemento destacado por Burlandy (2003) são os desafios políticos em articular ações integradas a partir de diferentes perspectivas. Esse conflito se torna mais acirrado na medida em que as alocações de recursos se

estabelecem a partir de negociações e de competitividade em torno dos diferentes níveis de governo, isto é, os interesses diferenciados no âmbito setorial acabam sendo um entrave para garantir a integração das políticas públicas.

Segundo Burlandy (2003), os conselhos integrados visam integrar as políticas públicas e estabelecer um planejamento estratégico, como também tem como objetivo facilitar a articulação dos interesses da sociedade civil e do Estado, porém esses espaços não assumem uma característica democrática devido aos impasses ocorridos na formulação de suas propostas.

Para que a intersectorialidade aconteça, Schutz e Miotto (2010) ressaltam que é necessário que haja uma articulação entre as diversas políticas públicas, ou seja, se a articulação se dá de modo ineficaz, isso poderá comprometer a intersectorialidade entre as políticas públicas. Logo, o que podemos compreender é que o planejamento integrado entre as políticas públicas tem um impacto significativo na efetividade da intersectorialidade.

Magalhães e Bodstein (2009) também discutem a importância da intersectorialidade na área da saúde e ressaltam que um dos problemas relacionados a eficácia de um programa está atrelado às dificuldades de interação entre os níveis de governo, que atravessam processos administrativos, fiscais, de cooperação e de interesses entre as esferas governamentais.

A partir dessa análise, sobre os entraves para o processo de interação entre as políticas públicas, não podemos ocultar a relação que permeia o legado histórico brasileiro, isto é, a relação entre o Estado e a sociedade civil, bem como os impeditivos de se constituir uma esfera pública consciente e participativa, pois o que identificamos são os ranços do clientelismo presentes nas relações sociais, em que a política se insere enquanto uma benesse, e não como um direito. Sendo assim, a articulação entre as políticas públicas, requer pensar nessas estruturas mais hierárquicas presentes na composição das políticas, como também exige que identifiquemos os diferentes interesses dos setores em que as políticas encontram-se inseridas.

Apesar dos desafios, devemos almejar impactos sociais significativos na vida da população brasileira e quem sabe tentar sanar as desigualdades

sociais existentes no contexto brasileiro, começando pela interação entre os setores no âmbito municipal, principalmente, no que tange ao acesso a bens e serviços para a população. A existência de sujeitos interessados nessa direção é um elemento inicial, mas necessitamos também construir competências para a realização das propostas envolvidas.

No terceiro eixo de análise, identificamos como as gestoras/coordenadoras avaliam os principais benefícios do PBF e das ações complementares no município:

"O Programa Bolsa Família trouxe benefícios sim para o município por que? Porque essa mãe que se sente mais valorizada, que tem o cartãozinho da Caixa, né, do Bolsa, que vai lá na Caixa, que retira o seu dinheiro todo o mês do Bolsa, ela se sente mais valorizada como cidadã, né, ela tem que aquele dinheiro ali pra sustentar, no caso, pra ajudar na manutenção da família, então nesse sentido houve uma certa valorização e o Programa trouxe também avanço para o município nesse sentido: a mulher se sente mais valorizada... dentro do Programa também tem partes que valorizam o jovem né, que dão apoio aos jovens, no caso do PRONATEC que valoriza pra o emprego em si, né, pra o primeiro emprego, então isso aí tudo entra como um benefício pro município (...)" (Gestora do PBF na Educação).

"O avanço eu creio que sim, né, porque todos os beneficiários do Bolsa Família moram em Alegrete, então o dinheiro circula dentro do município, né? (...) mais isso tem reflexos diretos no nosso comércio, na renda familiar e tem avanço sim. (...) vamos esquecer um pouco da renda e vamos ver a situação dessa família e hoje ela tem toda uma estrutura e um acompanhamento, né, tanto financeiro ou econômico, como pessoal, apoio profissional, que é o PRONATEC. Então assim, avanços não só financeiros, mas acredito que avanço também na vida pessoal dessas famílias (...)" (Gestora do PBF na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social)

Percebemos que todas as entrevistadas apontam o PBF como um benefício para a família, ou mais especificamente para as mulheres, como também destacam que há uma circulação do dinheiro no comércio local. A gestora do PBF na Educação salienta que a mãe se sente mais valorizada como cidadã porque consegue ajudar no sustento da família. Essa linha de pensamento também pode ser observada na fala da gestora do PBF na Saúde, quando afirma que as mães se sentem mais inseridas socialmente porque têm a possibilidade de comprar alguma coisa.

Não podemos deixar de notar que ambas utilizam a palavra mãe e não cidadã ou mesmo mulher. No relato da gestora do PBF na Educação, constatamos que ela delega a responsabilidade da família para a mulher, porque o valor recebido pelo PBF ajuda no sustento da família. O sentido de valorização dessa mulher se refere ao lugar assumido por ela na sociedade, sem questionar os papéis de gênero que permeiam essa relação. Segundo Carloto e Mariano (2009), esse tipo de pensamento é muito recorrente na fala dos gestores dos programas de combate à pobreza, desde o âmbito federal até o municipal, já que associam que as mulheres utilizam o benefício para a melhoria das condições de vida da família.

A gestora do PBF na Saúde ressalta que o acesso ao poder de compra é algo que se encontra associado à valorização da mulher por poder comprar algo para si e para a família. A gestora do PBF na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social faz uma boa reflexão do PBF no município, pois identifica que a transferência de renda tem reflexo direto no comércio. Dessa forma, traz benefício para o município porque o dinheiro circula neste local e com isso o comércio e outros tipos de serviços, que antes não conseguiam se sustentar, agora se mantêm. Outro aspecto ressaltado pela mesma é a questão dos benefícios que as condicionalidades propostas pelo PBF trazem para as famílias, pois percebe que a família passa a ser realmente assistida pelas políticas sociais e isso traz benefícios significativos na vida social dessas famílias, que tinham acesso restrito a esses serviços.

A coordenadora do Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos destaca a importância do processo de trabalho desenvolvido pela sua equipe, já que viabiliza melhor qualidade das informações transmitidas para as famílias que vão fazer o Cadastro Único. Para isso utiliza das seguintes estratégias como: a capacitação da equipe e a permanência de servidores efetivos no setor do Cadastro Único em vez de estagiários. Segundo a sua análise, a implementação dessas mudanças impacta na forma de conduzir as entrevistas, relativas ao Cadastro Único, que agora são realizadas com melhor qualidade. Com relação a esse aspecto, compreendemos que as mudanças foram significativas para o melhor atendimento dos beneficiários do PBF, pois o acesso à informação de boa qualidade constitui um direito de

todos que utilizam os serviços públicos, principalmente, quando compreendemos que a informação é um meio de viabilização de direitos.

"Eu acho que a gente conseguiu fazer em Alegrete e que é muito, muito importante que deve ser valorizado é a qualidade das informações, né, num momento que a gente tinha só uma equipe de estagiário, que não tinha, né, todo aquele entendimento, não valorizava a entrevista, não ficava mais atento, não sabia nem conduzir, como começar, com qual pergunta, né, e isso tudo a gente foi qualificando, foi conseguindo sair de estagiário e passa pra servidor efetivo, servidor efetivo sistematicamente se capacitando... a gente consegue fazer uma entrevista de qualidade melhor e isso é o que vejo (...)" (Coordenadora do Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos).

Dentro desse mesmo eixo de análise buscamos compreender quais as principais demandas apresentadas pelos beneficiários do PBF para os respectivos setores e constatamos as seguintes demandas: violência psicológica; violência doméstica; uso de drogas, por parte dos adolescentes, e falta de recursos, como um carro, para a equipe do ACESSUAS acompanhar das ações desenvolvidas pelo setor.

A gestora do PBF na Educação enfatiza que as demandas estão relacionadas à frequência dos alunos na escola, a violência doméstica e o uso de drogas por parte dos adolescentes. A gestora identifica que a frequência escolar está atrelada a condicionalidade imposta pelo PBF e que a Secretaria de Educação deve dar conta dessa demanda porque ela e sua equipe devem enviar relatórios da frequência escolar para o Ministério da Educação. No que tange às demandas de violência doméstica e do uso de drogas, ela aponta que deveria haver uma articulação com as outras secretarias, principalmente, com a Assistência Social e com a Saúde.

Neste aspecto, percebemos que a gestora do PBF na Educação compreende que as demandas sociais devem ser discutidas com outros setores para que se possa realizar um efetivo encaminhamento e, posteriormente, um acompanhamento dessas questões. Outro elemento pertinente nessa análise diz respeito à forma pela qual o setor responsável pela condicionalidade do PBF compreende que existem demandas as quais estão para além da oferta de vagas e do controle das frequências nas escolas.

O relato da gestora do PBF na Saúde causa-nos certo estranhamento, pois ao mesmo tempo em que ela percebe as demandas, como a questão das drogas, destaca que não é competência do setor que atua e relata que deve ser os agentes comunitários de saúde que devem identificar as demandas sociais. Num outro momento, afirma que há uma discussão dessas demandas nas reuniões mensais, mas o que notamos é que são apenas discussões, e não intervenções sociais. É importante salientar que o setor da saúde deveria se articular com outros setores para intervir nessas demandas, já que essas ações não se restringem, somente, ao setor da assistência social. Outra demanda citada pela mesma, é que as famílias do PBF são carentes e muitas vezes procuram o setor da saúde para terem "atenção". Mais uma vez verificamos que o olhar dessa profissional não identifica o que está por trás dessa "carência", que pode conter elementos significativos para uma intervenção social. Isso pode acontecer, talvez, por não ter um olhar "social", ou mesmo pela ausência de profissionais, como os assistentes sociais.

A coordenadora do Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos verifica o grau de vulnerabilidade social em que se encontram as famílias, que engloba a vulnerabilidade econômica, a vulnerabilidade psicológica e também a vulnerabilidade juvenil. Ela constata que além do benefício concedido para as famílias, deve-se analisar outras demandas apresentadas por esses beneficiários. Isso deve ser identificado no processo de trabalho que vai além do preenchimento de dados e de outras tarefas tidas como burocráticas.

Por fim, a coordenadora do ACESSUAS evidencia as demandas que não são atendidas no seu setor, como por exemplo, a aquisição de um carro para poder acompanhar as etapas dos cursos. Aponta também a importância de ter uma psicóloga, no seu setor, para atender as pessoas quando elas terminam o curso. Segundo o relato da coordenadora, algumas pessoas não conseguem se inserir no mercado de trabalho porque são reprovadas na entrevista, pois possuem vergonha de falar e se sentem inferiores que os demais candidatos. Nesse sentido, a presença de um psicólogo poderia sanar esta demanda. Essa realidade agrava-se ao relacioná-la com a questão de gênero, uma vez que o mundo público, o estar preparada para essa dimensão, não faz parte tradicionalmente do "mundo das mulheres".

O quarto eixo de análise busca compreender como as gestoras/coordenadoras identificam a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

" Olha, em relação às mães beneficiárias, a gente nota que só o benefício do Bolsa não vai sustentar a família porque é um complemento, né, que o governo dá. Não é um salário, é um complemento. Então o que acontece? Elas procuram. A maioria dessas mães procuram um curso de costura, de bordados. A própria mãe, ela vê que ela tem que ir além daquilo ali né (...) então ela procura fazer um curso a parte de padaria, que já teve também, que o Bolsa mesmo fez esse curso pras mães (...) também teve mães que também procuram na parte do artesanato, de manicure, de pedicure, então elas procuram, sabe, nessa parte da valorização mesmo como profissional. (Gestora do PBF na Educação)

A gestora do PBF na Educação identifica que o valor repassado pelo PBF é um complemento, pois afirma que não é um salário. Por meio dessa resposta, compreendemos que a gestora percebe que o valor do benefício não é suficiente para atender todas as demandas econômicas do núcleo familiar. Enfatiza também que as mães procuram cursos, principalmente de costura, manicure, pedicure, artesanato e bordados, pois em sua análise as mães notam que precisam ir além do benefício oferecido pelo PBF. Essa percepção também é identificada na fala da gestora do PBF na Saúde que verifica, no seu cotidiano de trabalho, que as mulheres procuram por faxina e por locais onde possam deixar os seus currículos. Também identificamos esse mesmo tipo de análise na fala da coordenadora do ACESSUAS, a qual relata que os cursos mais frequentados pelas mulheres são o de panificação, manicure e pedicure. Assim, constatamos que há uma demanda significativa pela procura de empregos e de uma qualificação profissional.

Podemos acrescentar nessa discussão, como já foi discutido nessa tese, a não confirmação das ideias veiculadas que o PBF (e outros de complementação de renda) atuariam de forma a afastar as pessoas na busca por trabalho - o chamado "efeito preguiça", discutido no capítulo 1. Ao contrário, o que detectamos é exatamente a busca por um mecanismo que efetivamente possibilite a construção de novos patamares para essas famílias e, nesse sentido, esses cursos poderiam ser um importante mecanismo para ser a porta de saída dessas mulheres.

Por meio desses relatos verificamos que as mulheres por estarem na faixa de pobreza ou extrema pobreza, encontram-se, conforme apontado por Castel (1991), na zona de assistência que compreende os indivíduos assistidos pelo poder público, sendo que nessa zona, os indivíduos não estão inseridos no mercado de trabalho.

Outro elemento que perpassa esse debate é a procura por determinados cursos por parte das mulheres, como: manicure, panificação e dentre outros e também por empregos como a faxina. Esses dados nos fazem refletir o lugar que essas mulheres, que estão na condição de pobreza, assumem no mercado de trabalho. Além disso, nos retoma o debate de que os setores em que atuam estão atrelados à esfera da reprodução das relações sociais porque esses empregos, que na maioria das vezes, são assumidos pelas mulheres, são considerados como "não empregos" por conta da baixa relevância econômica que assumem perante outros postos de trabalhos.

Mais um fator que pode estar relacionado à escolha por empregos de menor prestígio social é o fato de que essas mulheres possam conciliar o trabalho com as tarefas domésticas. Contraditoriamente, isso faz com que fiquem reféns de trabalhos que potencialmente as mantenham no mesmo patamar e não altere em nada as relações de gênero.

A gestora do PBF, na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, identifica que há cursos disponíveis para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas aponta que as pessoas têm que querer participar deles. Nesse aspecto, verificamos a importância desses cursos não ser uma obrigação dessas famílias, mas fruto de uma necessidade econômica, por isso procuram por mais serviços.

" Em relação às mulheres, noventa e nove por cento dos cadastros são de mulheres (...) a Secretaria trabalha com outras secretarias, que daí são inseridas as famílias no mercado de trabalho (...) que tem muito ainda a fazer, mas eu acho que a gente tá numa longa caminhada, né, porque não basta nós oferecermos oportunidades, as pessoas têm que querer também, então isso é a longo prazo (...) E a gente tem apoio das outras Secretarias (...) tem todo o apoio das pessoas que são instrutores dos cursos que vem às vezes voluntariamente, pro curso, então acho que a gente tá no caminho certo, né." (Gestora do PBF na Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social).

A Coordenadora do Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos salienta a importância do Comitê intersetorial na aprovação dos projetos de inclusão produtiva, alegando que os gestores se preocupam com as demandas em relação ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que identifica que as pessoas, as quais procuram os cursos, não são acomodadas, já que demonstram o interesse pela participação nos mesmos.

Como já afirmamos, isso nos faz pensar no debate que se trava de que o valor repassado pelo PBF para as famílias pode gerar uma acomodação e o fato de não ser acomodado, leva o interesse para a participação nos cursos. Identificamos que a via para o trabalho é a única solução viável para que essas mulheres possam sair da condição de assistidas, porém é importante perceber como se dá a absorção dessa mão de obra no município, já que a condição de desemprego não é uma mera escolha de quem quer estar nessa condição social.

Por fim, no último eixo de análise, procuramos compreender os desafios que são postos para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Com isso, foram relatados os seguintes desafios: a presença de filhos, falta de creches e a pouca absorção de mão de obra por parte do comércio local.

" o que eu percebo aqui no nosso setor, das mulheres, é a questão das crianças, dos filhos. Então a maioria chega para nós (...) "ah, eu tenho que cuidar do neto ou do filho", ou o filho tirou da creche... ou não tem creche, não tem escola ou a escola é só de tarde ou de manhã, então, assim, o que tranca algumas de vir ... eu observo, que eu escuto aqui, ou eu atendo (...) é a questão das crianças, onde vão deixar, com quem deixar (...) fora isso, eu acredito que elas teriam maior adesão (...) pensar numa rede, alguma coisa com a Educação e tentar saber o que está acontecendo naquele bairro determinado, porque aquelas crianças não estão indo, né, pra escola, pra creche "
(Coordenadora do ACESSUAS)

" (...) no Alegrete o que vai funcionar é o empreendedorismo, seja na forma de cooperativa, de associação de bairro, de vizinhas que se organizam porque a gente não tem indústria, né, nós temos o comércio, né, então assim o comércio que não consegue também absorver tanto porque nós somos predominantemente rural, né, plantação de arroz e gado, né, então não temos assim onde absorver outros tipos, né, então assim é o comércio, são os supermercados, as padarias (...) (Coordenadora do ACESSUAS).

Cabe destacar que somente a coordenadora do ACESSUAS tem uma maior compreensão dos desafios postos para as mulheres se inserirem no mercado de trabalho. Isso deve estar atrelado a sua inserção no campo das ações complementares e, também por estar constantemente em contato com as mulheres que realizam os cursos. As demais entrevistadas apontam somente que era necessária a entrada da mulher no mercado de trabalho porque o PBF consistia num benefício. Mas a questão é: como garantir essa inserção e sua continuidade?

O primeiro item destacado pela coordenadora do ACESSUAS diz respeito às crianças, ou seja, as mulheres têm vontade de participar, mas por não haver uma creche próxima ao local de residência e por não ter com quem deixar as crianças, isso se torna um impeditivo no acesso aos cursos oferecidos. Mais uma vez, percebemos que as mulheres assumem a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e da família e isso traz consequências para a inserção no mercado de trabalho. Assim, verificamos que as políticas que possuem como foco o combate à pobreza, devem considerar as questões de gênero, já que essas mulheres têm que conciliar o espaço doméstico com o espaço público⁶³.

A coordenadora do ACESSUAS também relata que muitas mulheres perdem a oportunidade de emprego na etapa da entrevista e, destaca que essas mulheres sentem muita vergonha de falar e não sabem o que responder na entrevista. Diante de tal percepção, devemos salientar que esse fato pode estar atrelado a outros elementos como: a disponibilidade de tempo para o exercício da função, ausência de serviços socioassistenciais que possibilitem essa mulher estar no local de trabalho e dentre outras demandas.

Dessa forma, devemos considerar a relação entre o trabalho e o tempo feminino, pois a inserção das mulheres no mercado de trabalho demanda identificar quais as redes sociais que elas podem acessar, quais os serviços socioassistenciais disponíveis, além das tarefas que essas mulheres realizam na esfera do cuidado e da "responsabilização" pelos afazeres domésticos. Segundo Campos e Teixeira (2010, p.25) "é forte a responsabilização da

⁶³ E vale destacar a referência dessas gestoras e coordenadoras sobre a importância das creches, mas não podemos esquecer que a creche é um direito das crianças e não das mulheres, nem dos homens, que sequer são citados.

família pelo bem-estar de seus membros, o que tem contribuído para a definição de um modelo de família marcada pela desigualdade no tratamento de gênero."

Por fim, a coordenadora do ACESSUAS evidencia que o município não consegue absorver toda a mão de obra que sai desses cursos porque é um município com características rurais, portanto o setor de serviços e a indústria são escassos nesse local. Destaca que a solução para esse impasse é o incentivo ao empreendedorismo. Referente a esse aspecto cabe-nos a seguinte pergunta: será que o empreendedorismo consegue tirar essas mulheres da condição social pela qual estão submetidas? Como fica esse tipo de trabalho em relação aos direitos trabalhistas? Esses são alguns questionamentos que permeiam essa análise, pois pensar na oferta desses cursos e na proposta das ações complementares, que têm por objetivo promover saídas das famílias/mulheres da condição de extrema pobreza e pobreza, é também refletir as saídas que estamos promovendo no contexto dessas ações.

5.2- Ações complementares e Mercado de trabalho: olhar das mulheres em Alegrete.

Este item tem por objetivo apresentar as entrevistas realizadas com as mulheres que foram ou são beneficiárias do PBF e que participaram de algum curso promovido pelas ações complementares no âmbito da inclusão produtiva. Sendo assim, o diálogo com elas teve a intenção de explorar os seguintes elementos: o cotidiano de vida; as redes de proteção social acessadas por elas; as contribuições que os cursos de qualificação oferecem para elas e quais os entraves que elas encontram para se inserir no mercado de trabalho.

Antes de iniciarmos a discussão dos eixos de análise, cabe analisarmos o perfil dessas mulheres que teve a intenção de identificar a faixa etária, o estado civil, o número de filhos, a escolaridade e os cursos realizados por elas, conforme apresentado na tabela 14:

Tabela 14: Perfil das mulheres entrevistadas.

Nome	Idade	Estado Civil	Número de Filhos	Escolaridade	Cor
Girassol	42 anos	Solteira	7 filhos	Ens. Fundamental Completo	Branca
Lírio	40 anos	Solteira	2 filhos	Ens. Médio Incompleto	Negra
Margarida	49 anos	Solteira	4 filhos	Ens. Médio Incompleto	Branca
Rosa	31 anos	Solteira	1 filho	Ens. Médio Completo	Branca
Tulipa	33 anos	Casada	1 filha	Ens. Médio Completo	Branca
Orquídea	38 anos	Casada	2 filhos	Ens. Médio Incompleto	Branca
Violeta	35 anos	Divorciada	4 filhos	Ens. Fundamental Incompleto	Branca
Peônia	32 anos	Solteira	3 filhas	Ens. Médio Incompleto	Morena
Hortência	46 anos	Solteira	2 filhas	Ens. Fundamental Incompleto	Branca
Papoula	25 anos	Solteira	5 filhos	Ens. Médio Completo	Negra

Fonte: Da autora.

Os dados apontam que das dez mulheres entrevistadas, a maioria delas estão na faixa etária de 30 a 40 anos, apresentando um total de seis mulheres. Na faixa etária de 41 a 50 anos temos um quantitativo de três mulheres e, apenas uma mulher na faixa etária dos 21 a 30 anos, ou seja, uma jovem com 25 anos de idade.

Constatamos que a faixa etária predominante é de mulheres adultas, ou seja, esse elemento pode ser um fator preponderante no âmbito das respostas dessas mulheres às perguntas, principalmente, no que diz respeito as suas vivências e experiências na inserção no mercado de trabalho.

Em relação ao estado civil, identificamos que a maioria das entrevistadas relata estar solteira e, vive sozinha com os seus filhos, porém identificamos na fala de algumas mulheres que elas possuíam um "companheiro" que morava com elas e outras destacaram que tinham um namorado, mas que não morava com elas. Apenas duas entrevistadas eram casadas e uma era divorciada.

Notamos que a maioria das mulheres assume a responsabilidade econômica nos lares, ou seja, são chefes de família, como também são

responsáveis pelo cuidado dos filhos, já que há a ausência da figura masculina nessas questões⁶⁴. No que diz respeito a esse aspecto, torna-se importante mais uma vez mencionar os estudos de Vitale (2002) que destaca que associação entre famílias monoparentais chefiadas por mulheres está atrelada a questão da pobreza que representa o público-alvo dos programas sociais, sendo que esses programas, na concepção da autora, devem contribuir para uma maior autonomia dessas mulheres, e não estigmatizá-las.

Carvalho (1998) também salienta que as famílias chefiadas por mulheres são as famílias que se encontram na condição de vulnerabilidade social, pois a mulher assume a função de provedora do lar, além de apropriar-se das funções domésticas e dos cuidados com os filhos.

Quanto ao número de filhos, notamos que a maioria das mulheres possui mais que um filho, sendo que somente uma mulher possui um único filho. Com isso, verificamos que a taxa média de filhos das mulheres entrevistadas encontra-se em torno de três filhos por mulher, ou seja, acima da média nacional. Outro elemento que constatamos é a incidência da gravidez na adolescência por parte de algumas mulheres entrevistadas. Girassol relata que possui 42 anos e tem sete filhos, sendo que a sua filha maior possui 26 anos e a sua filha menor possui 5 anos. Papoula também aponta que possui 25 anos e tem quatro filhos, sendo que no dia da entrevista a mesma estava grávida de seis meses de um menino. Violeta também menciona que possui 32 anos e tem quatro filhos e que foi mãe muito cedo.

As estatísticas elaboradas pelo IBGE (2015) apontam que a taxa de fecundidade total no Brasil em 2004 era de 2,14 filhos por mulher, sendo que houve uma redução dessa taxa em 2014 que passou a ser de 1,74 filho por mulher, havendo uma queda de 18,6%. Apesar da queda da fecundidade total, os dados indicam que a gravidez na adolescência continua elevada se

⁶⁴ Apesar de identificarmos o maior quantitativo de mulheres que são beneficiárias do PBF em Alegrete, torna-se importante destacar os aspectos contraditórios postos na política de Assistência Social e no próprio desenho do PBF, pois ao mesmo tempo em que valoriza as mulheres, centralizando nela suas ações, acaba por deixar de pensar nos homens enquanto sujeito de direito, principalmente no que tange ao acesso ao PBF e aos serviços socioassistenciais, segundo Barbosa e Freitas (2013, p. 77): "Problematizar os lugares e os papéis socialmente construídos para mulheres e homens, implica no abandono de conotações essencializadas, que naturalizam desigualdades de gênero."

comparada com os países desenvolvidos, pois a taxa específica de fecundidade⁶⁵ das mulheres brasileiras de 15 a 19 anos de idade era em 2004 78,8 filhos por mil mulheres e em 2014 passaram para 60,5 filhos por mil mulheres, sendo que essa taxa continua elevada se comparada com os dados da realidade da América do Norte que é de 28,3 filhos por mil e da Europa de 16,2 filhos por mil.

A gravidez na adolescência acaba sendo um elemento a mais que pode dificultar a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. Essa situação pode estar relacionada a vários fatores como: contexto social, por meio da pressão social para que elas engravidem e se casem cedo; a cultura local, através dos valores que são passados para as mesmas; o machismo, como algo que pode ser recorrente nesse território e a falta de conhecimento sobre os métodos contraceptivos e dentre outros fatores.

No que tange ao grau de escolaridade, constatamos que a maioria das mulheres entrevistadas, quatro, possui o ensino médio incompleto, três mulheres possuem o ensino médio completo, sendo que nesse grau de escolaridade, uma entrevistada destaca que fez o ensino médio com ênfase em técnico de enfermagem e a outra, com ênfase em contabilidade. Notamos que duas mulheres possuem o ensino fundamental incompleto e apenas uma possui o ensino fundamental completo.

Os dados do IBGE (2015) apontam que houve avanços na inserção de mulheres e homens no acesso à educação, sendo que as mulheres representam o maior quantitativo na frequência escolar. Os dados indicam que a taxa de conclusão do ensino médio era de 54,9%, em 2014, para os homens e de 66,9% para as mulheres, ou seja, observamos mais uma vez que as mulheres assumem o maior percentual de conclusão no ensino médio. Segundo o IBGE (2015), a baixa inserção dos homens jovens, no ensino médio, acontece pela colocação dos mesmos no mercado de trabalho, sendo que eles conciliam estudo e trabalho, enquanto que as mulheres se inserem mais tardiamente no mercado de trabalho. Logo, o atraso escolar dos homens está relacionado aos diferentes papéis de gênero.

⁶⁵ A taxa específica de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos foi medida pela razão entre o número de filhos por 1.000 mulheres.

Em relação à cor das entrevistadas, verificamos que a maioria é branca, sendo que apenas duas se consideram negras e uma morena. Assim, percebemos que as mulheres brancas são a maioria das mulheres que recebem ou receberam o PBF. Esses dados vão ao encontro dos dados apresentados na tabela 7.

Cabe destacar que as mulheres negras estão no grau de desigualdade social abaixo de todos os segmentos, pois assumem posições inferiores na escolarização, possuem menor renda que os demais segmentos e dentre outros fatores que as colocam em grau de vulnerabilidade social (IBGE, 2010). Mariano e Carloto (2013) e Mesquita (2012) destacam que as mulheres negras são as que se encontram em maior grau de pobreza e extrema pobreza e representam os grupos domésticos monoparentais femininos com maior grau de vulnerabilidade social.

Apesar de esses estudos destacarem que são as mulheres negras as mais vulneráveis, a amostra da nossa pesquisa destaca outro aspecto: que as mulheres brancas estão em maior grau de vulnerabilidade no município. Esse aspecto pode estar relacionado à influência das etnias alemã, italiana e espanhola na região que faz com que a maioria das mulheres se classifique como brancas, importante salientar que trabalhamos com a auto-declaração.

Nesse sentido, percebemos a importância de articular, de forma interseccional, a categoria gênero com outras dimensões como: a cor, a classe social, a geração, o território, as sexualidades, etc. Trabalhar na perspectiva da interseccionalidade é útil porque possibilita identificar outros elementos que se articulam com a dimensão do gênero. Segundo Lisboa e Lolatto (2013), no âmbito das políticas de igualdade, há uma incorporação da interseccionalidade cujo objetivo é identificar o aumento das múltiplas formas de desigualdade social e da repressão sofrida pelas mulheres de todo o mundo⁶⁶.

⁶⁶ Hirata (2014) traz a definição de Sirma Bilge, como exemplo de uma boa síntese da interseccionalidade: A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais. (BILGE apud HIRATA, 2014, p.63)

A partir da análise dos dados, compreendemos o perfil das mulheres entrevistadas. Com isso, torna-se importante analisar o conteúdo das entrevistas, já que por meio desse instrumento identificamos como as mulheres percebem o seu cotidiano de vida e como elas se inserem ou não no mercado de trabalho. É importante ressaltar que optamos compreender o porquê que essas mulheres não se inserem no mercado de trabalho, ou seja, quais os elementos e os fatores que impedem a inserção das mesmas no mercado de trabalho e, para que esses elementos viessem à tona foi necessário conversar com elas.

Cabe destacar que algumas mulheres estavam muito envergonhadas, no decorrer da entrevista, pois a maioria nunca havia participado de entrevista, mas notamos que as falas, os silêncios, as lágrimas que escorriam no rosto, os sentimentos de vergonha, de timidez e de revolta foram todos interpretados como forma de expressão, já que falam por si mesmos.

Dessa maneira, procuramos entender o sentido de suas falas e, mesmo aquelas que não queriam discorrer sobre determinado tema ou mesmo responder uma pergunta, tudo isso foi extremamente respeitado, porque o que buscamos foi uma apreensão de suas vivências e experiências na inserção no mercado de trabalho e no seu cotidiano de vida.

A partir da percepção desses detalhes e da compreensão dos mesmos, notamos que todo esse processo nos proporcionou experimentar a vivência dessas mulheres que, na maioria das vezes, não se sentem ou nunca se sentiram tão valorizadas por alguém parar e escutar sobre a sua vida e ao mesmo tempo entender o seu contexto sem criticar, apenas compreender suas palavras e suas ações.

Nesse sentido, percebemos que as narrativas/expressões externalizadas por essas mulheres são elementos que expressam o seu contexto social, que por meio da entrevista, foi possível estabelecer uma conversa e respeitar as suas palavras, os seus valores, as suas histórias e os seus gestos, estabelecendo uma relação dialógica na entrevista (BOURDIEU, 1998).

Acreditamos que a forma como foram conduzidas as entrevistas/as conversas, trouxe-nos elementos significativos para pensarmos sobre como acontece a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho em Alegrete.

Com isso, apresentamos o primeiro eixo de análise que identifica as atividades desenvolvidas no dia a dia. Essas mulheres exercem várias atividades como: "do lar", manicure, pedicure, pintora, fazem doces e salgados para vender e dentre outras funções. Podemos visualizar essa experiência no seguinte relato:

" Por enquanto eu sou do lar né, limpo a casa, lavo roupa, cozinho e agora cuidando dos filhos né, pouco tempo que eu parei de trabalhar (...) Por causa dos filhos né, aí eu bem dizer abandonei os filhos, né, não tinha tempo pras eles, muitas vezes tinha que vir em casa, então acho que não deu muito certo, né? (...) e meu pai está doente, então tive que abrir mão do serviço por causa que eu não conciliava o horário das crianças e pra cuidar dele"(Lírio)

Lírio e as outras entrevistadas apontam que as atividades do cotidiano estão relacionadas à esfera doméstica, ou seja, a esfera do cuidado, com isso configura-se ações de proteção social no âmbito da família- que as afastam do mundo público. Algumas mulheres ressaltam que tentaram se inserir no mercado de trabalho, mas por conta dos filhos não conseguiram manter-se. Isso foi bastante enfatizado por Margarida, Rosa e Lírio.

A falta de investimentos públicos, principalmente, no que corresponde à educação integral, faz com que essas mulheres tenham que escolher entre o ficar em casa e o trabalhar fora. Contudo, percebemos que a maioria abdica de seus sonhos e objetivos para se dedicar ao cuidado da casa e dos filhos, conforme apresentado na fala de Lírio: "... parei de trabalhar por conta dos filhos... bem dizer eu abandonei eles.". O sentimento de culpabilização também é expresso por essa entrevistada, uma vez que a questão do abandono dos filhos é vivida como uma responsabilidade que cabe somente a ela. Logo, as atribuições femininas, no cuidado com os filhos, estão atreladas e naturalizadas no espaço privado, a casa, que reforça a invisibilidade dos homens nesse espaço; e paralelamente, exime o papel do Estado no provimento de políticas para atender as demandas apresentadas por essas famílias, ou mais especificamente, por essas mulheres.

Sendo assim, a discussão do papel da família, no âmbito da proteção social de seus membros, torna-se importante uma vez que o Estado não consegue atender todas as demandas sociais. A família, no cenário

contemporâneo, aparece como uma parceira do Estado que segundo Campos e Teixeira (2010), esta condição, conhecida como "familista" faz com que haja uma responsabilização das unidades familiares pelos seus membros. Algumas entrevistadas salientam que o desemprego fez com que elas voltassem a assumir a esfera doméstica, mas continuam buscando se inserir no mercado de trabalho por meio da qualificação profissional e do retorno aos estudos, conforme é abordado por Tulipa e Hortência.

Quando as mulheres ressaltam que estão cuidando dos filhos e da casa, elas expressam um sentimento de dever cumprido e de vitória, pois a maioria dessas mulheres estava separada e, em meio a tantas dificuldades, elas conseguiram "dar conta" de seus "deveres". Por outro lado, identificamos que o desejo de estar trabalhando é um dos objetivos que todas almejam, porém conciliar o cuidado com os filhos, os afazeres domésticos e o trabalho fora do âmbito doméstico, é algo quase que impossível. Isso pode ser percebido na fala de Lírio que saiu do trabalho para cuidar dos filhos. Relacionado à essa questão, constatamos a fragilidade da rede de proteção social por parte do Estado e das redes de proteção primária tecidas por essas famílias.

Ao relatarem que o seu cotidiano consiste em ficarem somente em casa cuidando dos afazeres domésticos, muitas mulheres não identificam que isso é um trabalho. Acreditam que é um dever zelar pela casa e pelo cuidado dos filhos e identificam como trabalho o que está atrelado à esfera pública. Assim, pensam que o trabalho que realizam, em casa, é apenas o cumprimento de responsabilidades. Essas mulheres se sentem obrigadas a executar funções que lhes são moralmente delegadas e acabam acreditando que "apenas cuidam da casa e dos filhos". Com isso percebemos a naturalização do trabalho doméstico (por conta da questão de gênero), pois não percebem que exercem um trabalho no espaço privado.

A associação das mulheres com os "deveres tidos como femininos" nos leva a perceber o quanto que as relações de gênero se apresentam no âmbito das relações sociais, prevalecendo à responsabilidade pela casa e pelo cuidado como algo estritamente feminino.

Outras mulheres ressaltam que fazem os cursos de capacitação para tentar se inserir o mercado de trabalho, posto que a questão do desemprego é

algo bastante ressaltado por elas. É importante salientar que algumas mulheres relatam que o seu cotidiano consiste em fazer cursos, são as mulheres que possuem filhos maiores de idade (Girassol, Orquídea e Tulipa) e com isso conseguem retornar aos estudos e se dedicar ao aperfeiçoamento profissional. Assim, por meio de seus olhares conseguimos decifrar o seguinte pensamento: "agora estou fazendo algo para mim". Neste sentido, percebemos que o cuidado com os filhos não foi expresso como uma atividade que permeia o cotidiano dessas mulheres, apesar dos filhos viverem com as mesmas e apesar de desempenharem todo o cuidado no âmbito da esfera doméstica.

Mediante a análise desenvolvida em torno do cotidiano de vida dessas mulheres, passemos para o segundo eixo de análise que tem por objetivo conhecer as redes de proteção social (governamentais e não governamentais⁶⁷) e as redes de proteção social primária acessadas por essas mulheres. Entendemos que o acesso a essas redes, nos permite identificar a estrutura da rede de serviços que são oferecidas pelo município e o contexto social das mulheres.

Castel (2008) constata que a rede de proteção social secundária se estabelece por meio de ações que envolvem a atuação do Estado através do acesso aos serviços ofertados para a população e, a rede de proteção social primária é aquela que se configura por meio das relações sociais na esfera privada.

A identificação das redes de proteção social acessadas por essas mulheres também nos mostra o quanto que o Estado, não consegue atender as demandas sociais apresentadas por essas famílias. Por isso, não podemos deixar de mencionar quais os serviços e setores que essas famílias acessam em seu cotidiano.

Como forma de conhecermos como se configura o acesso a essas redes, optamos por mencionar, primeiramente, as redes de proteção social secundária, acessadas por essas mulheres e também identificarmos se elas

⁶⁷ As Organizações Não Governamentais fazem parte do terceiro setor e são instituições privadas sem fins lucrativos cuja finalidade consiste em complementar os serviços que são ofertados pelo Estado no âmbito da defesa dos direitos do cidadão. Essas instituições são mantidas por pessoas físicas, empresas privadas, ou fundações e os serviços são desenvolvidos por profissionais contratados ou por voluntários.

acessam alguma organização não governamental ou instituição caritativa. A partir dos relatos, percebemos que as mulheres acessam os seguintes serviços: os postos de saúde, as creches, os CRAS e as escolas.

"(...) o postinho que atende nós. Daí a enfermeira, uma moça que ela faz o cadastro do Bolsa. As creches para as meninas. (...) No dia de enchente a igreja ali (...) a Exército da Salvação deu cesta básica pra todo mundo daqui. " (Girassol)

Foi muito recorrente na fala das entrevistadas que o que mais elas acessam são os serviços de saúde e de educação. Esse fato deve estar relacionado às exigências das condicionalidades do PBF, uma vez que a maioria das mulheres entrevistadas recebe o PBF.

Devemos frisar, conforme foi apresentado no primeiro capítulo desta tese, que as ações no âmbito do PBF têm surtido efeitos significativos na vida das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Na saúde houve o aumento das taxas de amamentação e vacinação e uma redução na hospitalização de crianças. Na educação ocorreu um aumento da frequência escolar. Além disso, houve uma diminuição dos níveis de pobreza. Esses resultados retratam um impacto positivo no acesso a bens e serviços da população atendida.

As mulheres entrevistadas apontaram que não havia nenhuma dificuldade em acessar os serviços de saúde e educação, pois a maioria afirma que os postos de saúde e as escolas estão próximos ao local de residência. Cabe destacar que elas mencionam o setor de saúde no âmbito da atenção primária, como o posto de saúde, e não os serviços mais especializados como a UPA e o hospital. Esse fato deve estar atrelado a maior necessidade, dessas famílias, pelos serviços da atenção primária na saúde ou, pelo fato, de os postos de saúde estar mais próximos do local de moradia, o que facilita o acesso aos serviços de saúde.

Quanto à qualidade dos serviços ofertados, todas elogiam a qualidade e a rapidez no acesso a esses serviços, pois salientam que sempre conseguiam ser atendidas no posto de saúde e sempre tinha vaga nas escolas para as crianças e destacam que o ensino é muito bom. Em relação as creches, elas

frisam que não existe nenhum empecilho para matricular os seus filhos.

Por outro lado, o acesso aos serviços de assistência social é destacado apenas na fala de Lírio. Ela relata que quando precisava de alimentos para si e para os seus filhos, vai ao CRAS e essa instituição consegue atender a sua necessidade, uma cesta básica. Apesar do CRAS possuir outras funções no campo da assistência social, algumas famílias procuram esse setor para receber alimentos. Com isso desconhecem os outros serviços que são ofertados.

Cabe evidenciar que até as instituições de nível superior são relatadas como de fácil acesso no município. Na fala de Orquídea podemos constatar tal fato: " o curso técnico para os meninos também foi bem fácil (...) todos os cursos que saem estão sempre anunciando. (...)". Em Alegrete, há duas instituições de ensino público federal, a UNIPAMPA e o IFF, conforme mencionado no capítulo 3.

No que corresponde ao acesso aos serviços não governamentais e as instituições caritativas, como as igrejas, as ONGs e dentre outros, percebemos que essas instituições são pouco acessadas por essas mulheres, somente Girassol relata que a Igreja Exército da Salvação doou cestas básicas para as pessoas que sofreram com as enchentes no município, visto que a região que ela mora é alvo de constantes enchentes.

É importante salientar que o município de Alegrete sofre com constantes enchentes. No ano de 2015 presenciamos como a cidade ficou após sofrer com a enchente no dia 26 de dezembro de 2015. As notícias sobre tal fato foram apresentadas no portal Alegrete Tudo que informou que essa enchente foi considerada a terceira maior enchente que ocorreu no município, só perdendo para os anos de 1959 e 1986. Sendo assim, a população que se encontrava em situação de vulnerabilidade social foram as que mais sofreram com essas consequências, pois residiam em locais onde é recorrente tal fato, o que não foge da realidade social das mulheres entrevistadas.

Podemos notar que as instituições não governamentais e caritativas são pouco acessadas por essas mulheres, dado que a maioria, com exceção de Girassol, respondeu que não recebiam nenhum tipo de ajuda dessas instituições. Com isso podemos levantar duas hipóteses: ou existem poucas

instituições que prestam algum tipo de serviço no município, ou essas instituições não oferecem nenhum tipo de ajuda às famílias mais vulneráveis.

Após a análise das redes de proteção secundária acessadas por essas mulheres, também identificamos as redes de proteção social primária acessadas por elas no seu cotidiano de vida. Assim, percebemos que as mulheres entrevistadas contam mais com a ajuda de sua família e de seus parentes do que de seus vizinhos e amigos.

"A enchente pegou. Ali oh na frente. Tapou a casa. Perdi tudo porque arreventou eu acho que foram três barreiras né, e ela veio rápido. Ano passado a gente passou Natal ficou tudo de água porque a gente levantou um metro e pouco assim oh e ela veio tão rápido que não deu pra entrar daí perdemos tudo as coisas. Essa é a terceira que eu passo aqui. Aí agente vai pro pai dele que o pai dele mora perto do UPA. A gente ganhou. Ainda bem que a gente ganhou um monte de coisa das pessoas, da avó dele e tia dele é mais parente a ajuda mesmo. Sabe os pequenos (filhos) ficam comigo e as outras foram para Porto Alegre em busca de trabalho, mas tão voltando já ficaram com medo da violência lá, porque assaltaram duas vezes a loja que elas estavam." (Girassol)

"Recebo mais ajuda do meu esposo, que mora pra fora porque trabalha pra fora. É ele que os dá o sustento meu e dos guri. E a mãe tem o salário dela e a vó o dela. Eu morei pra fora dezenove anos. Casei e fui pra fora. Aí como os meninos já tavam grande, né, e eu queria que eles fizessem o segundo grau aqui, aí eu vim pra cidade. Aí vim morar com minha mãe, que minha mãe ficou viúva, né, aí eu fui ficar com ela aqui" (Orquídea).

"Não consigo ter ajuda nem de parentes e nem de amigos, só eu e a minhas filhas mesmo. Meu marido agora ficou desempregado, que ele me ajudava a pagar o condomínio, mas ficou desempregado por causa da crise, né." (Hortência)

" Eu tenho a minha mãe e a minha sobrinha. As duas ficam pra mim se eu preciso alguma unha fora ou preciso fazer alguma coisa no Centro, tipo marcar exame, alguma coisa elas sempre me ajuda. (...) O pai das crianças não moram com a gente, mas ele ajuda na pensão, ajuda com o vale também ali da farmácia e dá alimentação." (Papoula).

De acordo com os relatos, percebemos que o acesso a rede primária se restringe ao âmbito da família, ou seja, essas mulheres possuem pouco acesso a rede primária, pois contam somente com a ajuda de sua família e às vezes dos parentes. A importância de identificar as redes de proteção social primária consiste em pensar no papel que a família, os vizinhos, os amigos e dentre outras redes de apoio são importantes na vida dessas mulheres, uma vez que

nem sempre o mercado e o Estado conseguem dar conta de atender às necessidades sociais dessas famílias.

O conhecimento dessa realidade nos faz compreender quais são as estratégias utilizadas pelas mulheres, principalmente, das camadas mais pobres, no sentido de construir meios e até mesmo saídas para enfrentar as instabilidades sociais que permeiam o seu cotidiano. Com isso, o acesso às redes primárias, muito presentes no contexto brasileiro, tem na família um importante elemento para pensarmos como essas redes são construídas.

Diante do contexto social e político que estamos vivendo em que há uma restrição dos gastos sociais e uma perda dos direitos trabalhistas, percebemos que esses fatores atingem de forma significativa muitas famílias, principalmente, aquelas que dependem de programas sociais para manter o seu sustento, além daquelas famílias marginalizadas que não são incluídas nos programas sociais. Dessa forma, o apelo a rede de proteção social primária é algo que está muito presente em nossa sociedade. Segundo Costa (2000), a privação de direitos sociais é determinada por variáveis como: o desemprego, a desigualdade, a renda e a violência. A autora também destaca que as redes sociais construídas pelas mulheres pobres no cotidiano da vida doméstica são uma forma delas se apoiarem mutuamente, principalmente, na esfera do cuidado. A família também possui um papel fundamental no âmbito das políticas sociais, primordialmente, nas famílias que recebem o PBF, pois o Estado se apropria das "funções da família" no âmbito do cuidado, do afeto e também no provimento das condições mínimas de sobrevivência de seus membros.

Desconsiderar o papel que as famílias desempenham e não considerar as redes de proteção social primária, é como descartar funções que essas esferas exercem no cotidiano das famílias pobres, como também é não perceber que o Estado socializa com a família os custos das demandas sociais. Pereira (2004) também evidencia que a família é caracterizada como uma esfera que detém o provimento de seus membros no âmbito do bem estar social.

Girassol menciona o fato de a enchente ter provocado uma situação que exigiu recorrer à ajuda da família de seu esposo e relata que precisou sair de

casa porque a sua casa estava toda alagada, por isso teve que se refugiar na casa de seu sogro. Ela também afirma que recebeu ajuda somente dos parentes de seu esposo, ou seja, não contou com a ajuda dos vizinhos e dos conhecidos. Nesse sentido, percebemos que a família de seu esposo conseguiu dar um suporte econômico e uma infraestrutura para ela, seu esposo e suas filhas.

Nos relatos de Lírio e Rosa, identificamos uma semelhança em suas trajetórias de vida, pois elas saíram de Alegrete para buscar melhores oportunidades de vida, ou seja, emprego. Mas, quando se depararam com o desemprego, as mesmas retornaram para a "sua terra natal", já que poderiam contar com ajuda de seus familiares nos momentos de instabilidade. Desse modo, a família mais uma vez se torna um refúgio para a amenização dos problemas sociais.

A expressão "voltar para a minha terra" também possui um sentido de se sentirem mais protegidas no local onde nasceram e onde viveram a maior parte da sua vida, como também nos leva a compreender que é também no âmbito da família em que os sentimentos, os desejos, as tristezas e os sonhos são externalizados e partilhados.

Em outras falas, notamos que as mulheres contam com a ajuda de suas mães para ficar com os seus filhos. Referente a esse aspecto, torna-se importante retornarmos aos estudos de Neves (2006) que ao estudar o papel desempenhado pelas avós nas famílias mais pobres da sociedade brasileira, destaca que as avós possuem um papel fundamental no momento em que as famílias passam por um processo de instabilidade social e isso faz com que essas avós consigam garantir, mesmo que minimamente, o sustento das famílias. Para além dessa questão, podemos evidenciar o papel que elas desempenham nas tarefas relacionadas ao cuidado.

A fala de Hortência também nos chama atenção, pois destaca que não conseguia ter ajuda nem de parentes e nem de amigos. Mesquita (2012), ao estudar a proteção social nas famílias monoparentais femininas ressalta o isolamento e a privacidade dos problemas enfrentados pelas famílias, ou seja, a autora constata que pode estar havendo um processo de individualização das famílias brasileiras e esse processo também se repercute nas famílias que se

encontram em vulnerabilidade social. Tal fato também pode ser encontrado nos estudos de Freitas (2012).

Quando algumas entrevistadas mencionam que os seus esposos, ou ex-maridos ajudam é no sentido de ajuda financeira e não no cuidado com os filhos e na esfera doméstica. Com isso verificamos uma diferença no âmbito do cuidado, onde mais uma vez retrata a diferença de gênero.

A partir do conhecimento das redes sociais, secundárias e primárias, acessadas por essas mulheres, procuramos, no terceiro eixo de análise compreender como as mulheres avaliam o PBF e, também analisamos se existe algum empecilho em cumprir as condicionalidades propostas pelo programa. A partir dessa intenção obtivemos os seguintes relatos:

" A mim o PBF ajuda porque eu compro os material, as coisas pras gurias só com o dinheiro. É que eu me separei, ele não dá nada pra elas, mas com Bolsa mesmo eu compro os material e as coisas que faltam pra elas."(Girassol)

" Olha não. No orçamento doméstico não né, porque acho que é setenta e poucos pila. Pelo menos, como diz a guria lá, é por causa do baixa renda da água, pelo menos é um pouquinho mas dá pra pagar uma água e uma luz (...) a alimentação é mais meu guri que me ajuda." (Margarida)

"Eu ganho desde o início, desde quando a minha filha era bem bebezinha, então sempre auxiliou no leite... nas coisinhas dela, né, uma água, uma luz, sempre foi boa ajuda. (...) as coisas dela também assim, material escolar, uma roupa, uma coisa, agora diminuiu bastante, mas é uma boa ajuda. Não dá assim não, mas sempre auxiliou. Dizer o que ajudou mesmo foi na questão da minha filha mesmo." (Tulipa)

Diante dos relatos apresentados, notamos que algumas entrevistadas ressaltam que o PBF é uma ajuda, ou seja, a concepção de que o PBF é um benefício é algo que não é destacado por elas. Assim, identificamos que essas mulheres desconhecem o objetivo do programa e por isso o termo "ajuda" é o que conota a função do PBF.

O termo ajuda também permeou a forma como tratávamos a questão social no Brasil, principalmente, no âmbito da Assistência Social. Ela passa a ser um direito a partir da implementação da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993 e a execução dos serviços socioassistenciais dá-se por meio do

Sistema Único de Assistência Social, aprovado em 2005, que tem a função de gerir o conteúdo específico da Política de Assistência Social no campo da proteção social brasileira, ou seja, a Assistência Social enquanto um direito, é algo recente na conjuntura histórica do Brasil.

Outro ponto importante que deve ser ressaltado nesta análise é que algumas entrevistadas evidenciam que o valor do PBF não é suficiente para manter as despesas da casa, não podendo depender somente do valor transferido. Porém, Lírio relatou que o PBF: "é tudo é a base", sobre esse aspecto devemos destacar que Lírio vive com seus dois filhos, está desempregada e recebe ajuda financeira somente de seu ex-marido, que é pouco. Com isso, notamos a importância do benefício transferido pelo PBF para as famílias que se encontram na condição de extrema pobreza, ou seja, o quanto que a garantia de um valor, mesmo que não seja o suficiente para suprir todas as necessidades sociais, faz a diferença para que as famílias não passem fome. Além disso, essas mulheres podem utilizar o benefício da forma que quiserem, podendo decidir o que querem comprar.

No que concerne a forma como o benefício é gasto, é quase unânime as respostas das entrevistas, uma vez que salientaram que é para a compra de material escolar para os seus filhos. Algo que aparece também em outros textos, como Freitas (2012), Carlotto e Mariano (2010), entre outros. Algumas mulheres destacaram que gastam também com roupas, fraldas, calçados, mas todos esses gastos são para os seus filhos, pois não se acham merecedoras de gastar o valor do benefício com elas mesmas. Percebemos que o gasto com a alimentação é pouco mencionado pelas mulheres, somente nas falas de Lírio, Papoula e Tulipa que identificamos a menção a esse quesito.

Outro elemento que podemos ponderar nesta análise é que essas mulheres se sentem na obrigação de atender às necessidades da família, ou mais especificamente, as necessidades dos filhos, o que mais uma vez vem reforçar a responsabilidade no âmbito do cuidado.

Verificamos, no decorrer das entrevistas, que o valor transferido não é suficiente para dar conta das despesas de casa e, as mulheres não descartam

a possibilidade de trabalhar⁶⁸, pois identificam que o benefício é apenas um complemento. Logo, a tese de que alguns defendem de que o recebimento do PBF pode desestimular o acesso ao mercado de trabalho é colocada em xeque diante desses apontamentos.

O recebimento do PBF também possibilitou a essas mulheres não depender, economicamente, de outras pessoas, pois agora conseguem comprar aquilo que mais necessitam e se sentem mais "livres" para poder decidir o que fazer com o uso do benefício. Assim, identificamos certa autonomia, ainda que relativa. A partir dessa análise, passemos para as falas das mulheres no que diz respeito ao que pensam do cumprimento das condicionalidades, com isso temos:

" Eu acho bom porque pelo menos tu tá ali fazendo... pelo menos tu faz os exames, antes a gente não fazia né, agora tu faz o exame, se tem alguma doença tu já sabe... esse mesmo exame que fazia... o ginecológico... o preventivo. Mas eu nunca fiz. Fui fazer agora depois... que eu nunca tinha feito. Faz dois anos que eu faço."(Girassol)

"Maravilhoso. Maravilhoso. Ideal. É porque é a saúde da gente, né, primeiro lugar. Saúde é fundamental pra gente ter que dar oportunidade pra outras mulheres, saber, né, conhecer o corpo, né, cuidar da sua saúde. Isso é muito bom." (Lírio)

" Até mesmo que a patroa lá, a chefia de lá é bem legal ,ela deixa sair. Inclusive agora na semana passada eu precisei fazer uns exames, né, aí ela deixou eu sair."(Peônia)

Em relação a dificuldade de cumprir as condicionalidades exigidas pelo PBF, cabe sinalizar que a maioria não conhecia o objetivo das condicionalidades exigidas pelo programa. Dessa forma, tivemos que explicar o que são as condicionalidades e foi quando a maioria respondeu que as condicionalidades são muito boas.

Girassol e Lírio relatam que as condicionalidades são boas porque agora podem cuidar mais de si mesmas, fazendo os exames e indo ao médico. Girassol menciona que nunca tinha feito o preventivo e agora ela consegue

⁶⁸ Este aspecto será melhor enfatizado no item que aborda o que as mulheres almejam para o futuro.

fazer. Cabe destacar, que as duas mulheres não são gestantes, mas entenderam que as condicionalidades do programa possibilita o acesso aos serviços de saúde. Nesse sentido, compreendemos que o PBF, por meio das condicionalidades, pode ter facilitado o acesso dessas mulheres nos serviços de saúde, já que levar os seus filhos para fazer pesagens e vacinas pode ter contribuído para o encaminhamento delas na rede de saúde.

A fala de Rosa é bem interessante, pois identifica que o acesso à saúde e a educação deveria ser algo que está além do cumprimento das condicionalidades, ou seja, a mesma afirma que é um direito da população ter acesso a esses serviços.

Em geral, os relatos evidenciam a que as condicionalidades são boas e que não existe nenhum empecilho para cumprirem as demandas e, que também são bem atendidas nos serviços de saúde e de educação. Identificamos que não há um questionamento em termos de direitos, mas a naturalização de deveres seguindo um padrão de gênero.

No entanto, as exigências das condicionalidades nos leva a questionar que são as mulheres as responsáveis por atender às contrapartidas exigidas pelo PBF. Para melhor compreender esse processo destacamos a análise de Carloto e Mariano (2009, p. 905): "as contrapartidas do PBF, relacionadas à saúde e à educação, exigidas notadamente das mulheres, facilitam a ação da política na tarefa de mobilizar as mulheres para o cumprimento das obrigações, as quais são primordialmente consideradas femininas".

Com isso, identificamos uma naturalização dessas atividades que de acordo com Corgozinho (2014, p. 103): "incentiva o fortalecimento dos papéis tradicionais das mulheres na maternidade e nos cuidados". Por isso, que as mulheres entrevistadas não apontam que as condicionalidades passam a ser uma tarefa a mais no seu dia a dia, apenas relata que são boas, não representando uma sobrecarga.

Mariano e Carloto (2010), destacam que os programas sociais produzem uma invisibilidade no papel das mulheres, uma vez que ocultam suas funções e responsabilidades, fazendo uso de seus tradicionais papéis.

Brandão et al (2013) salientam que o desconhecimento sobre o objetivo das condicionalidades pode estar atrelado a ausências de estratégias de

informação eficazes, voltadas para os beneficiários. Assim, destacam que no processo de cadastramento essa prática também deve ser exercida e ir além do preenchimento de dados. Os autores também sinalizam a importância de se pensar em estratégias de socialização das informações, pois não basta somente distribuir cartilhas informativas para os beneficiários, uma vez que muitos deles possuem altas taxas de analfabetismo funcional. Cabe destacar que a gestora do Setor de Monitoramento e Avaliação de projetos também identificou que no processo de cadastramento deve-se levar em consideração a socialização das informações para as famílias.

A justificativa do MDS sobre a importância do cumprimento das condicionalidades centra-se nos seguintes objetivos: garantir que o poder público ofereça, efetivamente, os serviços de educação e de saúde à população em situação de pobreza e extrema pobreza; identificar quadros de vulnerabilidades entre as famílias que estão com dificuldades para acessar os serviços públicos; encaminhar as famílias para a rede de assistência social, a fim de que elas possam superar a vulnerabilidade e voltar a cumprir seus compromissos; e contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças e para que os estudantes do Bolsa Família concluam a educação básica, tendo melhores condições de vencer o ciclo de pobreza.(MDS, 2017).

Nesse sentido, o MDS (2017) considera que as condicionalidades têm por objetivo promover o acesso aos direitos sociais básicos. A partir desse enfoque, compreendemos que o governo federal tem por objetivo garantir o acesso das famílias aos direitos sociais básicos, algo que durante muito tempo foi deficitário para a população pobre em nosso país, e, com isso tentar gerar impactos positivos na vida das famílias atendidas.

Alguns autores como Monnerat et al (2007) sinalizam uma discussão relevante em torno das condicionalidades e destacam que a contrapartida exigida pelo PBF causa algumas polêmicas, pois se por um lado pode ser analisada como uma oportunidade de acesso aos serviços públicos, como educação e saúde, para a população que se encontra na condição de vulnerabilidade social, por outro lado pode estar ameaçando os princípios de cidadania, uma vez que o direito social está condicionado ao cumprimento das condicionalidades. As autoras defendem que além dessas questões é

necessário considerar como ocorre o acesso a esses serviços no âmbito municipal, esfera que oferta esses serviços, e identificar a qualidade desses serviços.

Silva (2007) salienta que as condicionalidades apresentam problemas e desafios. O primeiro, diz respeito em colocar em xeque o princípio da não condicionalidade, pois é direito de todo cidadão ter acesso as políticas públicas e o segundo, é que os serviços básicos de saúde, educação e dentre outros, no âmbito dos municípios, não são "qualitativamente e quantitativamente" de boa qualidade. Assim, a autora defende o desenvolvimento de ações educativas, a orientação e o acompanhamento das famílias para a utilização dos serviços disponíveis.

Por meio de outra ótica de pensamento, Pires (2013) ao analisar as estratégias de enfrentamento da pobreza a partir das condicionalidades exigida pelo PBF destaca que as condicionalidades podem ser vistas como instauradoras de uma relação de troca e reciprocidade entre os beneficiários do PBF e o Estado, ou seja, a família quando recebe o valor transferido pelo PBF estabelece um compromisso com o Estado. Com isso sinaliza que foi possível perceber, por meio das entrevistas realizadas com os beneficiários, que além dos efeitos práticos sobre a frequência escolar, existe um sentido de pertencimento e reconhecimento social por parte dos beneficiários no cumprimento das condicionalidades.

Considerando as discussões em torno do cumprimento das condicionalidades, passemos para o quarto eixo de análise que tem como objetivo identificar como foi a participação das entrevistadas nos cursos oferecidos no âmbito das ações complementares. Os cursos frequentados foram: panificação, manipulação de carnes e derivados, cabeleireiro e manicure.

"Eu fiz de marcenaria, de pintora, de cerâmica, de auxiliar de cozinha e o outro mesmo foi o de panificação. Não tive dificuldade porque deram passagem e esse foi perto era aqui (o de panificação) no Nehytha, bem perto. Fui em todas as aulas, faltei só dois dias só porque a guriuzinha adoeceu, mas todas aulas eu fui."(Girassol)

"Panificadora. Gostei muito. Pra aprender. Pra gente ter uma renda,

né, pelo menos uma renda pra gente. Eu fiquei feliz porque eu não tinha feito curso nenhum, né, (...) e a gente gostou. Ficava pertinho daqui, só pegar uma reta aqui." (Margarida).

"É... manipulador de carnes. Era bem longinho, né, precisava de ônibus. Era lá do outro lado da ponte e ainda a gente tinha que fazer toda a volta que tava a faixa... a ponte estava estragada. Fui tranquilo eu pagava as passagens." (Orquídea)

Conforme apresentado no primeiro capítulo desta tese, as ações complementares são ações desenvolvidas em prol das famílias que recebem o PBF e das famílias que estão inscritas no Cadastro Único. Essas ações têm por objetivo promover atividades que levem o desenvolvimento das capacidades das famílias, para que elas consigam superar a condição de pobreza por meio do acesso ao trabalho e renda e dentre outras ações. Os cursos de qualificação profissional é uma estratégia que envolve uma parceria do governo federal com algumas instituições de ensino como, por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o IFF e dentre outras instituições. Como já foi afirmado, em Alegrete, os primeiros cursos ofertados no âmbito das ações complementares deram-se por meio do PRONATEC⁶⁹ e os cursos foram realizados no SENAC. Porém, no ano de 2015, as aulas foram suspensas porque não havia repasse de verbas para a formação de novas turmas.

Diante desse contexto, a Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social começa a pensar em outras estratégias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, pela via da inclusão produtiva. A partir dessas estratégias, começaram a surgir ações complementares ao PBF voltadas para a inserção desses beneficiários no mercado de trabalho. Desse modo, os cursos no âmbito da inclusão produtiva, começaram a ser ofertados a partir de meados de 2015.

É importante salientar que para a realização desses cursos foram feitas parcerias com algumas instituições, presentes no município, com o objetivo de possuir um espaço físico, para a realização das aulas teóricas e adquirir

⁶⁹ O PRONATEC foi instituído em 2011 e tem como meta oferecer cursos técnicos de nível médio e de formação inicial e continuada para estudantes do ensino médio da rede pública de ensino, para as pessoas que estão recebendo o seguro desemprego e para as pessoas que estão inscritas no Cadastro Único.

maquinários, para as aulas práticas, sendo que o material didático e prático é oferecido pela prefeitura.

Logo, as mulheres entrevistadas nesta pesquisa foram as que participaram de algum curso oferecido no âmbito das ações complementares do PBF no período do segundo semestre de 2015 até o final de 2016.

Notamos que a maioria das mulheres realizou o curso de panificação, sendo que somente três mulheres participaram do curso de manipulação de carnes. Algumas mulheres que escolheram o curso de panificação, disseram que gostariam de trabalhar em uma padaria e outras salientaram que preferiam trabalhar em casa para poder vender para os conhecidos, vizinhos e em outros locais da cidade, havendo dessa forma a certa flexibilidade de horários para o cuidado com a casa e os filhos. As outras três entrevistadas que escolheram o curso de manipulação de carnes e derivados porque pretendiam disputar uma vaga de emprego no frigorífico, local que emprega uma parcela significativa de pessoas na região, já que a carne é uma das principais economias do município de Alegrete, outras alegaram que gostariam de trabalhar em açougues.

Verificamos que algumas mulheres que fizeram mais que um curso de capacitação profissional pretendiam conquistar mais uma possibilidade de se inserir no mercado de trabalho. Isso pode ser mais uma estratégia dessas mulheres para que assim elas possam ter mais uma oportunidade de emprego quando surgir vagas, já que possuem diversos cursos.

Quanto ao acesso a esses cursos, a maioria relatou que não houve dificuldade de participar das aulas, porém algumas mulheres ressaltaram que o curso ficava longe de suas residências e tinham que caminhar bastante. Uma entrevistada apontou que tinha que pegar um ônibus para poder assistir às aulas. Outras mulheres afirmaram que receberam uma ajuda de custo para as passagens e, outras disseram que não receberam nenhuma ajuda. Tulipa percebeu que algumas alunas de sua turma pararam de fazer o curso, mas não soube explicar o motivo dessa evasão. Uma hipótese que podemos levantar, nesse sentido, é a própria questão da dificuldade de arcar com as despesas das passagens para ir ao curso, ou até mesmo não ter com quem deixar as crianças.

Com relação à socialização das informações sobre a existência dos cursos de capacitação profissional, quase todas as mulheres entrevistadas afirmaram que a equipe do ACESSUAS, da Secretaria de Promoção e Desenvolvimento Social, sempre avisava quando teria os cursos e, até ligava para as pessoas para confirmar se elas queriam realmente participar deles. A coordenadora do ACESSUAS evidencia que os cursos foram escolhidos por meio de uma conversa prévia com as mulheres, tendo por objetivo de identificar quais os cursos que elas gostariam de fazer no âmbito da inclusão produtiva.

Devemos mencionar que o investimento na qualificação profissional pode ser uma possibilidade para a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, porém devemos questionar como acontecerá essa inserção e quais os profissionais que o mercado quer eleger. Por meio dessa realidade, complexa, procuramos constatar o que essas mulheres esperavam após realização dos cursos, com isso apresentamos os seguintes relatos:

" Eu esperava emprego, que não tem. A gente sabe fazer um monte de coisa, mas não tem."(Girassol).

" Produzir. É. Provar meu conhecimento pras outras pessoas, né, provar a minha capacidade, que eu seria capaz de fazer. Das pessoas terem conhecimento de que eu fazia."(Lirio)

"Estou fazendo em casa os pães e os frios para começar a vender, né, mas em primeiro lugar a gente precisa do capital, né, pra poder iniciar assim, mas pretendemos eu e a minha mãe, começar a fazer sim."(Rosa)

Conforme é relatado por essas mulheres, o principal objetivo de terem participado dos cursos oferecidos por meio dos programas complementares no âmbito da inclusão produtiva foi a esperança de conseguirem uma oportunidade de emprego. Outras mulheres apontam que o curso poderia ser mais um canal de geração de renda para elas e para as suas famílias, principalmente, no que tange à venda de pães, frios e também a cuca, um doce típico da região, que possibilitaria vendê-los para as padarias e mercados da região.

Tulipa relata que já fez vários cursos e o curso de panificação poderia

garantir mais uma oportunidade dela tentar se inserir no mercado de trabalho, pois cursos, já realizados, não haviam possibilitado o acesso ao mercado de trabalho.

"Na verdade eu já fiz vários cursos, né, eu tenho em comércio, técnico em contabilidade. Depois fiz magistério, tava meio perdidona assim, então sempre que surge uma oportunidade, tô fazendo curso. (...)o que aparece eu faço."(Tulipa)

Por meio desse relato, verificamos um fator preocupante, pois a fala de Tulipa de que "tudo o que aparece ela faz", pode estar relacionado à dificuldade da mesma se inserir no mercado de trabalho. Busca-se assim, uma formação ampla (conhecendo um pouco de tudo), mas sem garantir uma especialização em nada.

Referente a esse ponto, podemos identificar alguns limites em torno da execução das ações complementares, como a própria oferta de serviços no âmbito do mercado de trabalho. Podemos nos perguntar se o município, por meio do comércio, consegue absorver um quantitativo significativo de mão de obra em determinados setores, que no caso analisado, foi o setor de serviços relacionados à padaria e ao frigorífico. Contudo, não se nega as possibilidades proporcionadas na realização desses cursos, pois esses oportunizam um novo aprendizado/nova atividade para essas mulheres, uma vez que muitas sequer tinham participado de alguma atividade em que pudesse inseri-las no mercado de trabalho.

Identificamos, na fala de Rosa, uma visão para o empreendedorismo, visto que ela e a mãe pretendem fazer pães e frios para vender para o comércio local e para os vizinhos, mencionando que tudo o que aprendeu no curso, ela estava ensinando para a sua mãe.

Diante dos fatos apresentados, devemos considerar que apesar do PBF possuir muitas expectativas em torno da superação da pobreza e extrema pobreza, percebemos que é um programa, o qual possui lacunas a serem superadas que segundo Silva (2007, p.1437) "é necessário que esses programas possam não só distribuir, mas que sejam capazes de redistribuir renda entre a população brasileira". Nesse aspecto, percebemos o quanto que

as ações complementares também esbarram na lógica do mercado de trabalho, pois essas mulheres ao terminarem os cursos foram procurar por emprego e não obtiveram êxito, isso foi mencionado por todas as entrevistadas.

Reconhecemos o esforço, que o governo federal, estadual e o municipal têm feito para que as famílias consigam superar a condição de pobreza. No entanto, verificamos que é preciso ter uma articulação com outros setores das políticas públicas, principalmente, com a política econômica e com a política de educação visto que a questão da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho está além das propostas do PBF e das ações complementares. Sendo assim, percebemos a importância do PBF na vida das famílias beneficiárias, mas é fundamental pensar "nas portas de saída".

Sorj e Fontes (2010), trazem um debate interessante sobre essas questões quando analisam os nexos entre o PBF, a política de creches e a inserção das mulheres no mercado de trabalho. E, avaliam que o acesso a creche faz a diferença na inserção das mulheres no mercado de trabalho, visto que interfere no número de horas trabalhadas e também na qualidade de inserção no mercado de trabalho. Contudo, salientam que a carência de mecanismos que permitem socializar os custos dos cuidados com as famílias/mulheres prejudicam a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. Sendo assim, concluem que é importante pensar em políticas que possibilitam a entrada das mulheres no mercado de trabalho para que elas possam dispor de mais tempo para o trabalho e não para o care.

Assim, constatamos que se não considerarmos essas lacunas, estaremos negligenciando os desafios que são postos no âmbito do PBF e das ações complementares. Por isso, o processo de capacitação não se encerra somente na realização dos cursos, mas num conjunto de ações que envolvem vários setores da política social. Encontramos, nesse quesito, um grande desafio, para que essas mulheres consigam disputar em par de igualdade com outros sujeitos sociais, que não se encontram na condição de pobreza, já que o mercado "seleciona" aquele mais "qualificado" para executar as suas ações.

Por meio desse entendimento, procuramos no último eixo de análise identificar se as mulheres entrevistadas conseguiram se inserir no mercado de

trabalho e todas responderam que estavam desempregadas, mas que estavam procurando por emprego.

"Eu larguei (currículo) em vários lugares. Agora tava trabalhando de... sem carteira assinada, mas só que é ruim, né, no fim tu faz todo o trabalho, tu mesmo faz (...) tava trabalhando de pintora. No fim eu fazia todo o trabalho e o patrão ele só me mandava eu recebia cinquenta por dia enquanto que ele cobrava seis mil pra pintar. Daí a gente vai porque precisa. Aqui em Alegrete é mais difícil ainda o emprego."(Girassol).

" Não consegui, mas tô tentando(...) é que a maioria hoje em dia quer saber de a pessoa ter uma profissão, um curso, alguma coisa que seja, né, de informática, de computação, sempre exige isso, né? Um estudo, né, que a pessoa tem que ter mais estudo, né? Eu até pego duas vezes na semana faxina que eu faço porque aí pra me manter, né..." (Margarida)

Antes de analisarmos as respostas das mulheres entrevistadas, é importante relatarmos, mesmo que sucintamente, os impactos que ocorrem no mundo do trabalho no contexto brasileiro. Os impactos da política neoliberal na economia mundial impuseram transformações no processo de produção capitalista, principalmente, no que diz respeito à reorganização dos gastos do Estado frente às políticas sociais, já que o principal objetivo, agora, é aumentar o lucro do capital.

A nova tecnologia, decorrente desse processo, substituiu o trabalho humano e por consequência aumentou os níveis de desemprego, desse modo houve o aumento das desigualdades sociais, principalmente, nos países, onde não foram implementadas as políticas de bem estar social, como o caso brasileiro.

Com o processo de reestruturação produtiva e a flexibilização das relações de trabalho, cresce cada vez mais o emprego informal, que restringe os direitos da classe trabalhadora. De maneira geral, podemos afirmar que os ajustes ocorridos nos setores econômico e social, impactaram de forma significativa os países latino-americanos, por meio da precarização das relações de trabalho e da redução dos postos de trabalho.

Diante da ofensiva neoliberal, os direitos garantidos pela Seguridade Social foram colocados em xeque, pois as propostas neoliberais impuseram mudanças na economia e na forma de conduzir o papel do Estado e a

consequência a polarização cada vez maior entre ricos e pobres.

Por meio dessa análise, podemos compreender que as respostas dadas pelas mulheres entrevistadas, acabam retratando o cenário social em que elas vivem, mas que se relaciona intimamente com o cenário nacional e mundial. Todas relatam que após a realização do curso não conseguiram emprego e atrelaram o fato ao aumento do desemprego e à crise econômica do Estado.

Os dados do IBGE - Cidades (2015) apontam que população ocupada em Alegrete é de 17,4%, ou seja, 13.692 pessoas possuem uma ocupação. O salário médio mensal dos trabalhadores formais correspondia, em 2014, a 2,1 salários mínimos.

Considerando a renda per capita, os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal⁷⁰ destacam que a renda per capita em Alegrete, em 2010, era de R\$ 705,29, ou seja, abaixo da média nacional que corresponde a R\$ 793,87. O mesmo relatório salienta que a população extremamente pobre corresponde a 2,74% e a população pobre no município é de 9,47%. Os níveis estão abaixo da média nacional que corresponde respectivamente: 6,62 % e 15,20%.

Verificamos que o aumento do desemprego⁷¹ possui reflexos em Alegrete. Algumas mulheres destacam que em Alegrete, a questão do emprego é algo difícil de conseguir, pois o mercado de trabalho não consegue absorver uma quantidade significativa de mão de obra. Tulipa relata a questão do "quem indica", como algo que permeia as relações de emprego no município:

"E outra aqui em Alegrete não sei se nas cidades em volta, mas tem muita tradição do QI, né, quem indica. Às vezes tem pessoas que nem são tão qualificadas como a gente, tão trabalhando porque tem um lá de dentro que indica. (...). É que tá difícil também emprego."(Tulipa)

Podemos perceber alguns elementos importantes ressaltados por essas mulheres no que tange ao acesso ao mercado de trabalho. O primeiro diz

⁷⁰ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil oferece informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano das regiões metropolitanas e dos municípios brasileiros.

⁷¹ Segundo o portal do g1.globo.com.br a taxa desemprego no Brasil atingiu no primeiro semestre de 2017 o percentual de 13,7%, ou seja, existem 14,2 milhões de brasileiros desempregados.

respeito à questão da crise, apesar do pouco conhecimento que elas têm da crise, elas conseguem perceber a diminuição dos postos de emprego em Alegrete. O segundo aspecto é que elas identificam que as relações de trabalho são precarizadas, conforme apontado por Girassol: "a gente vai porque a gente precisa."

Além dessas questões "mais macros", a esfera micro também é afetada. Nesse sentido, o diálogo com as relações de gênero se impõe novamente. Peônia ressalta que havia conseguido um emprego, porém não pode ficar porque estava grávida. Lírio salienta que tinha conseguido um trabalho na padaria, mas não conseguiu permanecer porque não tinha com quem deixar os filhos. Essas são dificuldades marcadas por serem mulheres. Não basta a realização de cursos, por melhor que esses sejam, o que se torna importante é agregar outros setores por meio da prática intersetorial, pois se não tiverem articulados, os setores, e se não houver uma política de gênero, estaremos condenando as mulheres pobres a repetirem a fala de Lírio:

"Tava trabalhando até poucos dias aí não deu certo por causa do horário né, que eu tinha que vir em casa por causa dos meninos, da escola, aí não deu certo. Ah eu fiquei triste, né, por causa que era eu que me mantendo, né, pra alimentação das crianças, pagar uma conta de água e luz então. Fiquei três meses. Era minha fonte de renda, né, pra manter os filhos. Eu consegui esse emprego antes de terminar o curso." (Lírio)

Diante desse contexto, devemos refletir que apesar das ações complementares terem como propósito desenvolver as capacidades das pessoas que estão na condição de pobreza e extrema pobreza, essas ações devem estar atreladas à outras políticas como: geração de emprego, saúde, educação, que estão além das exigências propostas pelas condicionalidades, para que assim possam garantir a entrada dessas mulheres no mercado de trabalho.

Neste caso, observamos que também deve haver uma articulação com outras políticas sociais para que se possa assegurar a permanência dessas mulheres no mercado de trabalho, mas, além disso, seria preciso um posicionamento político balizado na vontade de alteração real das relações de

gênero. Na verdade, elas não estão ausentes no momento da elaboração das políticas, como apontam Mesquita e Freitas (2013) e Carloto e Mariano (2011), só que estão presentes de forma naturalizada, informando a visão de mundo dos gestores e implementadores da política.

Outro elemento que deve ser discutido, se refere aos recursos que são viabilizados para a realização das ações complementares, pois esse elemento torna-se pertinente na medida em que questionamos o lugar que pretendemos inserir essas mulheres no mercado de trabalho. Com isso, é necessária a seguinte pergunta: são cursos que tem a perspectiva de garantir certo tipo de formalidade no mercado de trabalho?

Como forma de enriquecer o debate, perguntamos para as mulheres se elas percebiam a existência de alguma diferença entre a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho.

"Não sei porque assim, às vezes se tu vai procurar serviço, como é de homem e de mulher, eles nem veem o serviço da mulher, prefere dar pro homem que a mulher. É às vezes não dão oportunidade pra mulher, acham que o homem só porque é homem tem mais força que uma mulher, mas não é porque a gente faz tudo. Muitas vezes não acreditam na mulher"(Girassol)

"Olha eu acho bem mais acessível pro homem, assim... Ah é tão... é que a gente vive num mundo tão machista, né?. Que às vezes, muitas vezes as mulheres tem a mesma qualificação que o homem, né, em algumas áreas, mas não... sei lá, acho que na própria empresa querem mais homens que mulheres."(Rosa)

"Olha eu não sei porque quando eu fiz a entrevista no frigorífico... eu cheguei a fazer a entrevista (...) eles trataram do mesmo jeito, tanto o homem quanto a mulher."(Violeta)

Por meio dos relatos apresentados, podemos constatar que algumas mulheres percebem que existe diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho, como apontado na fala de Girassol: " prefere dar pro homem que a mulher". Isso nos leva a compreender que elas percebem a diferença de gênero e os papéis diferenciados para homens e mulheres, posto que esses papéis estão presentes no âmbito da família e na definição dos lugares ocupados por homens e mulheres – seja no espaço privado, onde se insere a

família, seja no espaço público, tradicionalmente, associados à figura masculina. No entanto, elas questionam pouco essa diferenciação, naturalizando, de certa forma, esse espaço como um espaço dos homens.

Dessa forma, é nítida a divisão de gênero: aos homens, o espaço público, a razão, a paternidade; às mulheres, o mundo privado, os afetos e os cuidados da maternidade. No relato de Rosa podemos constatar tal fato: "a gente vive num mundo machista. Que às vezes a mulher tem a mesma qualificação que o homem, mas querem mais homens que mulheres". Nesse sentido, torna-se necessário discutirmos a questão de gênero no âmbito da inserção das mulheres no mercado de trabalho porque elas esbarram nessas diferenças, onde o lugar das mulheres acaba sendo estigmatizado.

Por fim, tivemos como objetivo identificar o que as mulheres almejam para o futuro e quase todas responderam que gostariam de estar empregadas, podemos constatar isso nos relatos abaixo:

"Que tenha mais emprego, né, pra gente poder planejar alguma coisa, que sem emprego tu não planeja. Não pode nem sonhar com nada se não tem emprego." (Girassol)

"Prosperidade. Saúde bastante, né? Saúde. Porque eu tenho muita força de vontade de vencer, né, estudar e fazer muitos cursos, né, ter conhecimento, ter um mercado de trabalho, ter um emprego bom."(Lírio)

"Do meu futuro... no meu futuro eu pretendo tá empregada, né? meu filho tá estudando, tudo, tentar dar umas melhorias aqui em casa, sabe, com a minha renda. E, quem sabe fazer um curso superior de enfermagem, vamos ver tudo pode acontecer, né..." (Rosa)

"Começar a trabalhar. Aí, quem sabe, né, arrumar um serviço, alguma coisa assim..."(Violeta).

Quando fizemos essa pergunta, todas as mulheres se emocionaram, algumas não sabiam o que falar, apenas soluçaram e, outras respiraram fundo e com lágrimas nos olhos, relataram que gostariam de estar empregadas. A fala de Girassol transmite bem o que essas mulheres passam no seu dia a dia, pois relata que sem emprego não pode nem planejar e nem sonhar. Percebemos que essas mulheres, em alguns momentos de sua vida, deixaram

de sonhar diante de tantos empecilhos que elas encontraram ou encontram no decorrer de suas vidas e falar do futuro era como se fosse algo muito distante de sua realidade, visto que a vulnerabilidade social foi e é algo que permeou/permeia o cotidiano de vida dessas mulheres.

É importante frisar que embora nossa sociedade seja perpassada por ideais construídos socialmente do papel de homens e mulheres, as transformações nesses papéis também são visíveis, ainda que tenhamos um longo caminho pela frente para garantir a igualdade entre homens e mulheres. Contudo, notamos que essas mulheres buscam o trabalho como elemento garantidor da cidadania. Isto pode incidir para uma visão regulada da cidadania que de qualquer forma indica uma visão de cidadania feminina que se constrói também no mundo público⁷². Além disso, não podemos negar o valor ainda muito grande do trabalho em nossa sociedade, principalmente, entre as nossas classes mais vulneráveis.

Mais uma vez podemos afirmar que essas mulheres almejam sair da condição de pobreza, deixando de serem beneficiárias do PBF. Entretanto, percebemos que o "sair" dessa condição não depende apenas de sua vontade, mas de uma estrutura social e econômica que ofereça essa saída. Portanto, constatamos que o chamado "efeito preguiça do PBF" é algo que foge dessa realidade, pois elas querem e pretendem trabalhar, ou seja, querem estar inseridas no mercado de trabalho e a sair da condição que se encontram hoje para quem sabe, em algum momento da vida, poderem planejar, sonhar e viver uma vida digna.

⁷² Podemos lembrar aqui a fala da escritora Virginia Wolff: toda mulher deveria ter direito a um quarto e uma renda. Um quarto para ter um lugar somente seu onde pudesse ser para ela e não apenas para o outro. E uma renda que garantisse sua sobrevivência. A renda não resolve tudo, bem o sabemos, mas é uma contribuição que não deve ser desconsiderada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção de fazer uma análise de como o PBF pode afetar, por meio das ações complementares, a inserção das mulheres no mercado de trabalho teve como propósito compreender os múltiplos fatores que incidem sobre a vida das mulheres, principalmente, quando identificamos que as mesmas têm um legado de funções, histórica e socialmente, atribuídos pela sociedade e que as impedem de se equipararem aos homens na inserção no mercado de trabalho.

A partir das propostas implementadas pelo Estado, desde a Constituição Federal de 1988, onde identificamos a ampliação dos direitos sociais e políticos para os cidadãos brasileiros, percebemos que a família torna-se um elemento de destaque em torno das atribuições impostas pelo Estado. Com isso verificamos que os programas que têm como foco a família, acabam por reforçar o papel assumido pelas mulheres no interior dela. Logo, os programas de TCR podem atuar, reforçando ser esse espaço das mulheres, e atribuir responsabilidades, principalmente, em torno das condicionalidades previstas por esses programas, no caso aqui analisado, o PBF.

Como ponto de partida para a análise do objeto de pesquisa, analisamos a percepção das gestoras e das coordenadoras frente à execução do PBF e das ações complementares no município de Alegrete. Dessa forma, constatamos que há uma rotatividade da equipe de gestão do PBF em Alegrete, primordialmente, quando há eleições para prefeito. Esse fator se torna preocupante, na medida em que a nova equipe precisa dedicar-se aos estudos referentes às propostas do PBF. As mesmas destacaram que as suas funções estão atreladas às demandas relativas ao PBF, mas identificaram que existem outras demandas além do PBF, como: a violência doméstica e uso de drogas, por parte dos adolescentes.

Percebemos que existe uma dificuldade de garantir a intersetorialidade, pois muitos setores exercem somente as suas ações, e não dialogam com os outros para proporem uma melhor atuação na vida dos beneficiários do PBF. Também foi apontado pelas gestoras e coordenadoras, a presença do Comitê Intersetorial do PBF que tem como objetivo discutir as ações destinadas às

condicionalidades do PBF, ou seja, a resolução das demandas centra-se apenas nas condicionalidades, e não se expande para outras demandas sociais.

Em se tratando da implementação do PBF no município, a maioria verifica que o benefício ajudou a suprir algumas necessidades das famílias, que se encontravam na condição de pobreza e de extrema pobreza, e que também ocorreu uma circulação do dinheiro do benefício no comércio local.

No que se refere às dificuldades das mulheres se inserirem no mercado de trabalho, quase todas, as gestoras e coordenadoras, apontam que o município não consegue absorver um quantitativo significativo de mão de obra, já que o setor de serviços e a indústria possuem poucos estabelecimentos. Ao mesmo tempo em que perceberam que o fato de não ter com quem deixar os filhos, é um fator que impede as mulheres de se inserirem no mercado de trabalho.

Outra questão a ser objeto de reflexão e que nos causou estranhamento, foi a ausência de assistentes sociais nos cargos de gestão e coordenação do PBF. Não se quer dizer que o serviço social seja o "dono" do social, mas também não podemos esquecer que é uma profissão que possui uma construção calcada exatamente em cima dessa dimensão. Isso pode apontar para um afastamento - perigoso - desses profissionais exatamente na dimensão interventiva que caracteriza a profissão.

Nas entrevistas com as mulheres que participaram dos cursos oferecidos pelas ações complementares no âmbito do PBF, identificamos que a maioria é solteira, sete mulheres, duas são casadas e uma é divorciada. Logo, os arranjos monoparentais femininos foram os que predominaram nessa amostra de pesquisa. Conforme fora abordado anteriormente, esse tipo de arranjo marca o grau de vulnerabilidade que essas famílias, essas mulheres, estão sujeitas. Destacamos ainda que a maioria das entrevistadas foi mães muito cedo, elas também são responsáveis pelo domicílio e a maioria tem como fonte de renda apenas o benefício transferido pelo PBF, pois a ajuda dos pais das crianças e dos familiares é ínfima. Com isso, essas mulheres acabam tendo que arcar com os custos econômicos, além da "responsabilidade" de criar os filhos.

O local de moradia dessas mulheres é muito simples, algumas residem em casas de madeira e outras residem em casas de alvenaria. Esses locais são distantes do centro da cidade e algumas mulheres moram em locais onde acontecem constantes enchentes. Assim, observamos que além da condição de vulnerabilidade que essas mulheres se encontram, também notamos que existe uma privação de bem-estar dessas famílias, pois não foi identificado nenhuma praça e nenhum local cultural próximo as suas residências. É importante ressaltarmos que a maioria das ruas não é asfaltada, porém as mulheres relataram que a coleta de lixo e a energia elétrica são eficazes. No que tange a violência, podemos notar, por meio dos relatos das entrevistadas, que Alegrete é um bom local para se viver, o que algumas apontaram foi a questão das drogas por parte dos adolescentes.

No que diz respeito à rede de proteção social acessada por essas mulheres, percebemos que as redes de proteção social secundárias mais acessadas foram os postos de saúde e as escolas. Esse acesso está atrelado às condicionalidades provenientes do PBF, que possibilita o acesso a essas redes de serviço, porém notamos que outros tipos de serviços são pouco utilizados.

Em relação a proteção social primária, que abrange o tipo de proteção exercido pela família e pela comunidade, identificamos que essas mulheres contam mais com ajuda de suas famílias do que da comunidade e dos vizinhos. Quando essas mulheres relataram que recebiam algum tipo de ajuda, estava sempre relacionada à família: o pai, a mãe, a sobrinha, o tio e dentre outros. A proteção social primária sempre existiu na formação da sociedade brasileira, porém o que identificamos é que essa proteção está se restringindo somente ao âmbito familiar, ficando restrito o papel dos vizinhos e da própria comunidade.

Quanto às exigências impostas pelas condicionalidades do PBF, todas apontam que as condicionalidades são boas e que por meio delas, elas e suas famílias conseguem ter acesso as redes de serviços ofertadas pelo município. Ao mesmo tempo em que notamos que elas não sentem o peso dessas contrapartidas em seu cotidiano, pois essas tarefas acabam sendo uma extensão de sua responsabilidade, ou seja, se identificam como "únicas e

responsáveis" pelo cuidado e pela manutenção da família. Nesse caso, seria importante a política de gênero para desnaturalizar esse lugar.

Os relatos apresentados pelas mulheres, também mostram que a maioria gasta o valor do benefício com os seus filhos, principalmente, na compra de material escolar, isto é, não julga pertinente gastar o valor do PBF com elas. A maioria também relata que o valor transferido não é suficiente para arcar com as despesas da alimentação. Com isso, precisam procurar outros meios para suprirem as necessidades sociais como: fazer faxina, vender pães e bolos e dentre outras funções.

No que diz respeito às formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho, compreendemos que as mulheres possuem menor inserção no mercado de trabalho que os homens. Esse fator deve ser analisado a partir do papel desempenhado pelas mulheres no interior da família e no âmbito das relações sociais, já que as mesmas assumem cargos/funções nos serviços de menor prestígio social.

Sendo assim, a entrada das mulheres no mercado de trabalho está condicionada à análise da categoria de gênero como também à forma pela qual o Estado consegue assegurar a inserção delas nesse espaço, visto que dependem de alguns serviços públicos como: creches em tempo integral, serviços de saúde e assistência e dentre outros que garantam a permanência dessas mulheres no mercado de trabalho. Em Alegrete esses fatores também se fazem presente no cotidiano de vida dessas mulheres, pois todas as entrevistadas apontam dificuldades de conciliar a inserção no mercado de trabalho e as atribuições que lhes são delegadas.

Mas afinal, o Programa Bolsa Família, por meio das ações complementares, afeta as condições de inserção das mulheres beneficiárias no mercado de trabalho no município de Alegrete? Compreendemos, por meio do relato e da vivência das mulheres entrevistadas, que essas ações podem facilitar a inserção das mesmas no mercado de trabalho, no sentido de que elas podem estar se qualificando e aprendendo uma nova atividade produtiva, porém, ainda, não conseguiram garantir esse objetivo. Percebemos que outros fatores devem ser levados em consideração, com isso torna-se fundamental pensar na necessidade de construção de políticas que estejam

conscientemente integradas à questão do gênero, ou seja, políticas que tenham por objetivo a transformação dos atuais papéis de gênero em nossa sociedade e que, conseqüentemente, ampliem a cidadania das mulheres e a garantam a inserção das mesmas no mercado de trabalho.

É preciso enfatizar que a intersectorialidade deve ser entendida enquanto um processo que busque dialogar com os diferentes setores. A assistência social, a educação e a saúde são, sem dúvida, dimensões fundamentais, mas também a habitação, o trabalho e a cultura. Dificilmente encontramos menção às secretarias de cultura, como se a pessoa em condição de vulnerabilidade social não precisasse dessa dimensão. Assim, podemos lembrar os versos: "a gente não quer só comida".

Além disso, é necessário fazermos um pequeno comentário acerca da conjuntura pela qual o Brasil tem passado nos últimos anos, e que terá repercussões nesse contexto. A realidade social brasileira remonta uma conjuntura adversa por meio de um conjunto de retrocessos no âmbito das políticas de saúde, educação e assistência social, basta analisarmos os cortes orçamentários na implementação desses serviços. A reforma da previdência e a reforma trabalhista também assumem um rol de questões que implica na garantia dos direitos trabalhistas. Assim, identificamos uma intensa precarização das relações de trabalho, o aumento, exacerbado, do desemprego e a flexibilização nas relações de trabalho. Por consequência disso, mais uma vez, os prejudicados são os que dependem do trabalho para suprir as suas necessidades sociais.

Existem muitas famílias que estão vivendo o desemprego e isso não foge da realidade das mulheres entrevistadas, que não encontram uma saída para inserção no mercado de trabalho. A partir disso, podemos refletir que estamos vivendo um caminho rumo ao desmonte dos direitos sociais, por meio de um processo político e econômico que retrocede toda a luta e todo o esforço para garantir uma sociedade mais justa.

Uma breve análise sobre o contexto político e econômico pela qual estamos vivendo retrata muito bem o porquê que as mulheres entrevistadas não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal e no informal, que também apresenta restrições diante dessa conjuntura política e social.

Portanto, não podemos culpabilizar as ações complementares, por elas não garantirem o acesso dessas mulheres no mercado de trabalho, mas compreendemos que esse acesso está atrelado a outros fatores econômicos, políticos e sociais que não podem ser dissociados desta análise. Assim, percebemos que outros elementos se tornarão pertinentes na análise sobre a superação da pobreza e da extrema pobreza no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F.L. A coordenação federativa do Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 41-67, 2005.

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, n. 36/37, ano 20, 2007.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALENCAR, Mônica M.T de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos de 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M.A.; MATOS, M.C.; LEAL, M.C (Orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 1ª.ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 61-78.

ANDRADE, Fabrício Fontes. Desfamiliarização das políticas sociais na América Latina: uma breve análise dos sistemas de proteção social na região. **Revista Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 31, p. 56-71, ago/dez, 2009.

ARAÚJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Reprodução fotográfica e impressão CORAG. Porto Alegre, 1985.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. **O processo de Descentralização das políticas sociais no Brasil e seus determinantes**. 1998. 277p. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad: Dora Flaksman, 2ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 2006

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.103, p. 576-590, jul./set. 2010.

_____. **Famílias nas Terras de Custódio: Itinerários de Proteção Social**. Tese de Doutorado apresenta ao Programa de Estudos Pós- Graduated em Política Social/ UFF, 2011.

AZEVEDO, D.; BURLANDY, L. Política de combate à pobreza no Brasil. Concepções e estratégias. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 2, n.13, p. 201-209, jul./dez. 2010.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 8ª ed, 1985.

BAPTISTA, T.W.F; MATTOS, R.A. A análise de políticas proposta por Ball. In: Mattos, R.A; Baptista, T.W.F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011, p.173-180.

BARBOSA, Ana Carla de Moraes Andrade. **O processo decisório da agenda social nos governos Cardoso e Lula**: uma análise dos determinantes da política de transferência de renda. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade de Brasília em julho de 2013.

BARBOSA, Daguiomar de Oliveira.; FREITAS, Rita de Cássia Santos. A invisibilidade dos homens na proteção social básica: um debate sobre gênero e masculinidades. **OPIS**, Catalão, v.13, n.12, p. 58-83, jul./dez. 2013.

BARROS, Lia Canejo Diniz. **Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiárias do Badu-Niterói**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

BARROS, Ricardo Paes de, et al. Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e consequências sobre o bem-estar. **Texto para discussão**. Brasília, n. 796, p. 1-27, 2001.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. **Pesquisa qualitativa como texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: ed. Vozes, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos, 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Compreender. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOWEN, G.A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal**, v.9, n.2, p 27-40, 2009.

BRANDÃO, André et al. Programa Bolsa Família: percepções no cotidiano da escola. **Revista Política e Trabalho**, n. 38, p. 215-232, Abr/2013.

BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Presidência da República. Brasília: 2004.

_____. Lei nº 8.742/93. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica da Assistência Social. 1993.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Presidência da República. Brasília:

2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Informe Controle Social**, n.º. 43. Junho de 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. Brasília, Novembro, 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. Brasília, Março, 2014.

BRITO, Alessandra; KERSTENETZKY, Célia. Beneficiários do Programa Bolsa Família e mercado de trabalho: considerações metodológicas e substantivas. Centro de Estudos sobre desigualdade e desenvolvimento. **Texto para Discussão**, n.21, Rio de Janeiro, 2011.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**, número especial, 1994, p. 179-199.

BURLANDY, L. . **Comunidade solidária**: engenharia institucional, focalização e parcerias no combate à fome, à pobreza e à desnutrição. Tese de doutorado apresentada a Fundação Osvaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, André Junqueira.; DER MASS, L.W. **Entre a família e o trabalho**: uma análise da qualidade da inserção ocupacional no Brasil urbano sob uma perspectiva de gênero 1996-2006. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CAMPELLO, Tereza.; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania: sumário executivo. Brasília: IPEA, 2014.

CAMPOS, Marta Silva.; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Revista Ser Social**, Brasília, n.12, p. 165-190, 2003.

CAMPOS , Marta Silva.; TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.13, n.1, p. 20-28, jan/jun, 2010.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.86, p.139-155, jul. 2006.

CARLOTO, Cássia Maria.; MARIANO, Silvana Aparecida. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17 n.3, p. 901-908, set/dez, 2009.

_____. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.2, p. 451-471, maio/agosto, 2010.

CARLOTO, Cássia Maria.; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 105, p. 131-145, jan/mar, 2011.

CARVALHO, M.C.B. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org). **Família brasileira: a base de tudo**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1994

_____. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F.; (Org). **Famílias, redes, laços e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O lugar da família na política social**. Edição Fundap, São Paulo, 1998.

CASTEL. Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Da Indigência à Exclusão: a Desfiliação, Precariedade do Trabalho e Vulnerabilidade Relacional. In: LANCETTI, Antonio. **Saúde Loucura**. 1ª ed. São Paulo, HUCITEC, 1991. p. 21-48.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Dimensão e medição da pobreza extrema e a situação social e pobreza extrema no Rio Grande do Sul**. IPEA, Brasília, 2011.

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. **Texto apresentado na I Conferência Estadual da Mulher**, organizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher. Rio Grande do Sul, 1999.

COELHO, Ângela Virginia Alves Guimarães. **A construção da intersectorialidade no Programa Bolsa Família em Manguinhos, no Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) em junho de 2009.

CORGOZINHO, Kamila Delfino Santos. **A Feminização do cuidado no Programa Bolsa Família: reinvenção das tradições?**. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal Fluminense em 2014.

COSTA, Edward Martins et al. Impactos do Programa Bolsa Família: uma análise sobre o mercado de trabalho das famílias pobres. **42º Encontro Nacional de Economia- ANPEC 2014**.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COSTA, Suely Gomes. Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.2, p.310-324, jul/dez, 2002.

_____. Um (ainda) obscuro signo da cultura profissional: a proteção social. In: **Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Sociedade Salarial: contribuições de Robert Castel e o caso brasileiro. **Serviço Social e Sociedade** n. 63, p.5-26, julho de 2000.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga.; XIMENES, Daniel de Aquino. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania: sumário executivo**. Brasília: IPEA, 2014.

CAETANO, A.J; DER MASS, L.W. Participação no mercado de trabalho e qualidade da inserção ocupacional entre os elegíveis ao Programa Bolsa Família da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul em 2006. **Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira**, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

DUARTE, Madalena.; OLIVEIRA, Ana. Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXIII, 2012.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias do welfare state. **Revista Lua Nova**, n. 24, São Paulo, CEDEC, 1991.

_____. Women in the new welfare equilibrium. **The European Legacy**, v.18, n.5, p. 599- 610, 2003.

FEEDADOS. Fundação de Economia e Estatísticas do Rio Grande do Sul. Perfil Socioeconômico e Indicadores Sociais.

FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História Oral**, Rio de Janeiro, Ed: FGV, 1996.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte. **Educação e Sociedade**, ano XXIII, n.79, p. 257-272, Ago. 2002.

FLICK, U. Posturas teóricas subjacentes à pesquisa qualitativa. In: FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2009. Capítulo 19 (Utilização de documentos como dados).

FONSECA, A.M.M; VIANA, A.L.A. Direito à saúde, atenção básica e transferências condicionadas de renda na América Latina. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro v.12, n.6, p. 1505-1512, Dezembro,2007.

FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 12, v. 2, p.13-34, Maio/Agosto, 2004.

_____. Circulação de crianças. **Ciência Hoje**, São Paulo, n. 66, v.11, p.33-38,1990.

_____. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros, **Revista Psicologia**, São Paulo: USP- IP, n. 2, v. 13, p.49-68, 2002.

FONTOURA, Natália de Oliveira; GONZALEZ, Roberto. Aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade. **Boletim Mercado de Trabalho**. Brasília: Ipea, n. 41, p.21-26. 2009.

FREITAS, Rita de Cássia Santos (coord). **Projeto de Pesquisa: Famílias e Proteção Social na Cidade de Niterói**. Projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPQ) em janeiro de 2012.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso de Acari. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, v.4, n. 71, p.80-101, 2002.

_____. **Mães de Acari preparando a tinta e revirando a praça**: um estudo sobre mães que lutam . Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2000.

_____. et al. Famílias e Serviço Social – algumas reflexões para o debate. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. (Orgs). **Família & Famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010. p. 15-38.

FURTADO, Clayton Sirilo do Valle. Classificação dos pobres: questões, construção e análise. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.26, p. 306-330, jan/abr 2011.

GIDDENS, Anthony. **Transformações na intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GOLDANI, A.M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Caderno de Pesquisa**, n.91, p.7-22, 1994.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça – Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Revista Tempo Social**, USP, v. 26, n. 1, p. 61-74, 2014

IBGE. **Estatística de Gênero**: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010 , Rio de Janeiro: IBGE , 2014.

_____. Pesquisa Mensal de Emprego- PME. **Mulher no mercado de Trabalho**: perguntas e respostas. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais- MUNIC**, 2015.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD**, 2001

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida, Rio de Janeiro: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), 2015.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2009.

JESUS, Verônica Fernandes de. **Programa Bolsa Família e o Desenvolvimento das Ações Complementares em Salvador/ BA**. Dissertação de mestrado apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2015.

JÚNIOR, Hércio Miranda Magalhães et al. O papel do setor saúde no Programa Bolsa Família: histórico, resultados e desafios para o Sistema Único de Saúde. In: **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania: sumário executivo. Brasília: IPEA, 2014.

LAVINAS, L. Aumentando a Competitividade das Mulheres no Mercado de Trabalho. **Estudos Feministas**, vol. 4, n.1, p. 171-182, 1996.

_____. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete?.**Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 1, p. 41-67, 1997.

LAVINAS, L.; COBO, Barbara; VEIGA, Alinne. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. **Revista Latinoamericana de publicação**, ano 6, n.10, p.31-56, Jan/Jun, 2012.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? Dados. **Revista de Ciências Sociais**, UERJ, Rio de Janeiro, v.49, n.1, p. 67-97, 2006.

LEFAUCHEUR, Nadine. Maternidade, família e Estado. In: PERROT, Michelle.; DUBY, Georgs.(Org). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamentos; São Paulo: Ebradil, vol. 5, 1991.

LEONE, E; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, p. 233-249, 2008.

LISBOA, Teresa Kleba.; LOLATTO, Simone. Políticas Públicas con transversalidade de género. Rescatando la interseccionalidade, la intersectorialidad y la interdisciplinariedad en el Trabajo Social. **Cuadernos de Trabajo Social**, v.26, p.409-419, 2 sem.2013.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. **Autoridade e afeto**: avós, filhos e netos na família brasileira, Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista, Rio de Janeiro: Vozes, 10^a ed, 2008.

_____. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MAGALHÃES, R. e BODSTEIN, R. Avaliação de iniciativas e programas intersetoriais em saúde: desafios e aprendizados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n.3, p. 861-868, 2009.

MARIANO, Silvana Aparecida. Traduções político-culturais de gênero na política de assistência social: paradoxos e potencialidades para o empoderamento das mulheres no Programa Bolsa Família. **Revista Gênero**. Niterói, v.9, n.1, p. 155-187, 2.sem/2008.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. **Revista Sociedade e Estado**, v.28, n.2, p. 393-417, maio/agosto, 2013.

MELO, H.P. Gênero e pobreza no Brasil. In: MELO, H.P.; BANDEIRA, L. (Orgs) **Governabilidade democrática e igualdade de gênero**. Santiago del Chile, Jun/2005.

_____. Globalização, políticas neoliberais e relações de gênero no Brasil. In: BORBA, A. e GODINHO, T. (Orgs.). **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1998.

MESQUITA, Adriana de Andrade. **Proteção social na alta vulnerabilidade**: o caso das famílias monoparentais femininas. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Desenvolvimento e Estratégia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

MESQUITA, Adriana de Andrade.; FREITAS, Rita de Cássia dos Santos. Programas de transferência de renda e centralização nas famílias: prioridades

do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão. **O Social em questão**. Ano XVII. n.30, p. 197-224, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Coleção Temas Sociais, Ed. Vozes, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e políticas sociais. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso (Org.). **Política Social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MIOTO, R. C. T e SCHUTZ, Fernanda. Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.16, n.1, p. 59-75, jan/jun, 2010.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Abep, v. 23, n. 2, p. 223-245, jul./dez. 2006.

NETO, J.C.A.A et al. Dar o peixe e ensinar a pescar: reflexões e sugestões para incentivo e melhoria na geração de trabalho e renda entre os beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista Gestão Pública**: práticas e desafios, Recife, v. 4, n. 7, ago/2013.

NEVES, Delma Pessanha. As idosas provedoras e o enraizamento familiar. Etnografias da participação. In: FONSECA, Claudia.; BRITES, Jurema (Org.) **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 359-379.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SENNA, Mônica de Castro Maia; SCHOTTZ, Vanessa; MAGALHÃES, Rosana; BURLANDY, Luciene. Do direito inconstitucional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do PBF. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.6, p. 1453-1462, Abr/ 2007.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Caxambú-MG, setembro de 2004.

OLIVEIRA, Luis Felipe Batista de; SOARES, Sergei S.D. O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho. IPEA, Rio de Janeiro, **Texto para discussão** n. 1738, maio/2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e o papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALLES, Mione Apolinário Sales et al (Org). **Política Social, Família e Juventude**: uma questão de direitos, São Paulo: Cortez, 2004.

PEREZ, Suyane Campos. **Mães da ACAM-RJ**: a luta pela efetivação de direitos". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-

Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

PERROT, Michelle. Sair. In: PERROT, Michelle.; DUBY, Georges. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Ed. Afrontamentos; São Paulo: Ebradil, 1991.

PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?. **Revista Ensaio: aval. pol. públ. Educ.** , Rio de Janeiro, v.21, n.80, p.513-532, jul/set, 2013.

PLANO MUNICIPAL DE ALEGRETE (2014-2017). Secretaria Municipal de Saúde de Alegrete.

POCHMANN, Márcio. **Trabalho Sob Fogo Cruzado**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, v.1, 205p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. **Revista dos Tribunais**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

QUINHÕES, T.A.; FAVA, V.M.D. Intersectorialidade e transversalidade: a estratégia dos programas complementares do Bolsa Família. **Revista do Serviço Público**, ENAP, Brasília, v. 61, n.1, p. 67-96, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Sesquicentenário da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, 1985.

ROCHA, Sônia. Medindo a pobreza: o conhecimento consolidado e as escolhas possíveis. In: **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos. Fundação Carlos Chagas, 1994.

SANTOS, C.R.B.; MAGALHÃES, R. Pobreza e política social: a implementação de programas complementares do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.15, p. 1215-1224, 2011.

SANTOS, Danilo Assumpção. **Alegrete em Fatos I**. CEPAL, Novembro/2006.

SANTOS, Danilo Assumpção. **Alegrete e os fatos II**. CEPAL, Dezembro/2011.

SAMPIERI, Roberto Hernández et al. **Metodologia de Pesquisa**. trad. Daisy Vaz de Moraes 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**. In ---, Lisboa: Editorial Estampa Ltda, 1997.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas.; VITALE, Maria Amélia Faller (Orgs). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC, 2005. p. 21-36.

SENNA, Mônica de Castro Maia. Ações intersetoriais envolvendo assistência social e saúde: o programa bolsa família em questão. **Revista O Social em Questão**. Ano XVII, n. 30, p. 245-272, 2013.

SCORZAFAVE, L. G., MENEZES-FILHO, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p.441-478, dez. 2001.

SCHMUKLER, Beatriz. Las mujeres en la democratización social. **Estudios Feministas**. Rio de Janeiro: ICFS/UFRJ, PPCIS/UERJ, v.3, n.1 p.136-155, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul./dez, 1990.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Dayse de Paula Marques. Relações de gênero e etnia em grupos profissionais: refazendo identidades. **Fazendo Gênero 9**. Diásporas, diversidades e deslocamentos, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n.6, p. 1429-1439, dez. 2007.

_____. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v.13, n.2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita e GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOARES, Cristiane. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **Revista Gênero**. Niterói, v.9, n.1, p. 9-29, 2.sem.2008.

SOARES, Cristiane; OLIVEIRA, Sonia. Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 5-33, jun/2004.

SOARES, Cristiane; SABOIA, Ana Lucia. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios de 2001 e 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. **Texto para Discussão**, n. 1424, Brasília: IPEA, out/2009.

Sociedade de Engenharia e Arquitetura de Alegrete. **Patrimônio Cultural**: Alegrete. Setembro/2009.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. (Orgs). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo. São Paulo: SOF, n.02, 2010.

SOUSA, Rubia Elza Martins de.; SILVA, Maria das Graças Nascimento. Mulher: a quebra do paradigma da função reprodutiva. **Revista Geografares**, n.10, p. 203-224, Março/2012.

SOUZA, Celina. Federalismo, Desenho Constitucional e Instituições Federativas no Brasil Pós-1988. **Revista de Sociologia e Política**, n° 24, p. 105-121, Jun/ 2005.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de.; OSORIO, Rafael Guerreiro. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In: **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania: sumário executivo. Brasília: IPEA, 2014.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. O Impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: **Avaliação de políticas e programas do MDS**: resultados: Bolsa Família e Assistência Social/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação- Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007.

SUAREZ, M. et al O programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero: o desafio de promover o reordenamento do espaço doméstico e do acesso das mulheres ao espaço público. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília 2006.

TAVARES, Priscilla Albuquerque. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.19, n.3, p. 613-635, dez/2010.

TEIXEIRA, Clarissa Gondim. Efeitos da transferência de renda na oferta de trabalho. **Boletim Mercado de Trabalho**- conjuntura e análise. Brasília, IPEA, n.46, p. 37-43, 2011.

TEYKAL, Carolina Macedo.; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. **Revista Psico**, v.38, n.3, p. 262-268, set/dez 2007.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.71, p.45-62, set. 2002.

WOORTMANN, Klass. **A família das Mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

ANEXOS

ANEXO 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: O Programa Bolsa Família e a inserção das mulheres beneficiárias no mercado de trabalho no município de Alegrete/Rio Grande do Sul.

Pesquisador Responsável: Suyane Campos Perez/Profa Dra. Luciene Burlandy Campos de Alcântara.

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Programa de Estudos Pós Graduados em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal Fluminense

Endereço da Instituição: Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis–Bloco E– 3º andar Campus Universitário do Gragoatá – São Domingos - Niterói CEP-24210-201

Telefones para contato do Pesquisador: (55) 8150-6922/ (21) 2629-2752 (PPGPS)

E-mail: suyane.perez@gmail.com

Nome do entrevistado: _____

Cargo: _____

Idade: _____ anos.

O (A) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa provisoriamente intitulada “O Programa Bolsa Família e a inserção das mulheres beneficiárias no mercado de trabalho no município de Alegrete/Rio Grande do Sul”, que é parte do Doutorado em Política Social da pesquisadora Suyane Campos Perez, sob orientação da Profa. Dra. Luciene Burlandy Campos de Alcântara, cujo principal objetivo é analisar como o Programa Bolsa Família afeta as condições de inserção das mulheres beneficiárias no mercado de trabalho no município de Alegrete.

Dentre as técnicas de pesquisa e instrumentos de coleta de dados utilizados para fins deste Termo, serão realizadas entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado. Estas entrevistas serão gravadas e transcritas, de modo que seja assegurada a qualidade do material em sua totalidade.

A participação nessa pesquisa é *voluntária* e, por intermédio deste Termo, são-lhes assegurados os seguintes direitos: solicitar, a qualquer tempo, seja através de contato pessoal, por telefone ou via e-mail, que sejam sanadas eventuais dúvidas e apresentados maiores esclarecimentos sobre a pesquisa; negar-se a fornecer informações ou responder a quaisquer questões que considere prejudiciais à sua integridade social, moral e física; ter acesso à transcrição das entrevistas, tendo em vista assegurar a fidedignidade das ideias expressas; solicitar que determinadas declarações e/ou falas não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será

prontamente atendido; desistir ou negar-se a participar da pesquisa em qualquer tempo, sem que isso traga prejuízo ou ônus.

Sua participação no estudo não implicará em custos. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Os benefícios esperados com esta pesquisa são a produção de conhecimentos que possibilitem a identificação de como o Programa Bolsa Família afeta as condições de inserção das mulheres beneficiárias no mercado de trabalho no município de Alegrete, pois o município não possui pesquisas no âmbito de avaliação de programas sociais. Com relação aos entrevistados, das secretarias municipais envolvidas, a pesquisa possibilitará o acesso a informações que poderão contribuir para a melhoria das ações no âmbito da gestão. Para a mulheres espera-se que elas consigam ter melhor acesso as redes de proteção social e ao mercado de trabalho no referido município.

A pesquisa não acarretará nenhum risco aos entrevistados. Não haverá nenhum tipo de coação ou constrangimento caso você não queira participar desta pesquisa. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição, como também no local em que trabalha.

Cabe ressaltar que os direitos são assegurados em todas as etapas da pesquisa, tendo como principal finalidade minimizar ou suprimir riscos potenciais. Os resultados obtidos durante essa pesquisa serão utilizados para fins científicos e uma cópia deste termo ficará arquivada com a pesquisadora, da Universidade Federal do Fluminense (UFF), responsável por esta pesquisa.

Caso ainda haja dúvidas, posso tirá-las agora, ou em surgindo alguma dúvida no decorrer das entrevistas, me colicarei ao dispor para esclarecê-las. A qualquer momento poderá contatar a pesquisadora, Suyane Campos Perez/ Profa Dra. Luciene Burlandy Campos de Alcântara, pelo celular: (55) 8150-6922 e/ou (21) 2629-2752 (telefone do programa). E-mail: suyane.perez@gmail.com.

Os participantes de pesquisa, e comunidade em geral, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina/Hospital Universitário Antônio Pedro, para obter informações específicas sobre a aprovação deste projeto ou demais informações: E.mail: etica@vm.uff.br ; Tel/fax: (21) 26299189.

Eu, _____,
RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar do projeto de pesquisa acima descrito.

Alegrete, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Suyane Campos Perez / Prof. Dra. Luciene Burlandy Campos de Alcântara
Pesquisadora Responsável

ANEXO 2- Roteiro de Entrevista – Coordenadora do ACESSUAS da Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social

I - Dados de Identificação:

- 1- Título do Projeto:** O Programa Bolsa e mercado de trabalho para mulheres- um estudo exploratório no município de Alegrete/RS.
- 2- Pesquisador Responsável:** Suyane Campos Perez
- 3- Nome do entrevistado:**
- 4- Função que exerce**
- 5- Data do contato:**
- 6- Forma do contato:**
- 7- Data da entrevista:**
- 8- Local da entrevista:**
- 9- Formação Profissional**
- 10- Tempo de atuação no cargo**

II - Roteiro da Entrevista – Questões a serem abordadas

- 1 – Qual é a sua experiência como coordenadora do PBF no âmbito das ações/programas complementares?
- 2 – Quais são as ações/programas complementares oferecidos pelo município?
- 3- Como é feita a articulação com outras secretarias/setores para a implementação das ações/programas complementares?
- 4- Como se dá a adesão dos beneficiários do PBF nos programas de geração de emprego e renda?
- 5- Qual o perfil dos participantes dos programas de geração de emprego e renda? Quem participa mais, os homens ou as mulheres? Por que?
- 6- Quais são os cursos mais procurados pelas mulheres?
- 7- Em sua opinião quais os principais desafios para as mulheres se inserirem no mercado de trabalho no município?
- 8- Quais os tipos de emprego com maior participação de mulheres?
- 9- Como esses programas afetam as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho?
- 10- Quais as dificuldades para implementação desses programas no nível municipal?
- 11-Quais os principais desafios para a implementação e execução das ações complementares?
- 12- Quais os resultados esperados com a implementação desses programas?

13- Há alguma coisa importante que, do seu ponto de vista, não foi abordada nesta entrevista?

ANEXO 3- Roteiro de Entrevista – Coordenadora do Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos da Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social.

I - Dados de Identificação:

- 1- **Título do Projeto:** Programa Bolsa Família e mercado de trabalho para mulheres- um estudo exploratório no município de Alegrete/RS
- 2- **Pesquisador Responsável:** Suyane Campos Perez
- 3- **Nome do entrevistado:**
- 4- **Função que exerce**
- 5- **Data do contato:**
- 6- **Forma do contato:**
- 7- **Data da entrevista:**
- 8- **Local da entrevista:**
- 9- **Formação Profissional**
- 10- **Tempo de atuação no cargo**

II - Roteiro da Entrevista – Questões a serem abordadas

- 1- Qual a sua experiência como coordenadora do setor de monitoramento e avaliação de projetos da Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social ?
- 2 – Quais são as ações desenvolvidas na sua coordenação?
- 3- Quais as principais ações desenvolvidas em torno do PBF?
- 4 – Como é realizado o processo de monitoramento e avaliação dos projetos/ações em torno do PBF?
- 5 – Quais as dificuldades para implementação dessas ações?
- 6 – Quais as principais barreiras para o planejamento e execução dessas ações?
- 7- Podem ser identificadas mudanças na vida dos beneficiários que recebem o PBF? Se sim, quais?
- 8 – Há alguma coisa importante que, do seu ponto de vista, não foi abordada nesta entrevista?

ANEXO 4- Roteiro de Entrevista- Gestora do PBF na Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social.

I - Dados de Identificação

- 1- Título do Projeto:** Programa Bolsa Família e mercado de trabalho para mulheres- um estudo exploratório no município de Alegrete/RS
- 2- Pesquisador Responsável:** Suyane Campos Perez
- 3- Nome do entrevistado:**
- 4- Função que exerce**
- 5- Data do contato:**
- 6- Forma do contato:**
- 7- Data da entrevista:**
- 8- Local da entrevista:**
- 9- Formação Profissional**
- 10- Tempo de atuação no cargo**

II - Roteiro da Entrevista – Questões a serem abordadas

- 1- Qual a sua experiência como gestora do PBF?
- 2 - Quais as ações desenvolvidas na sua gestão?
- 3- Quais são as principais ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social em prol das famílias que recebem o PBF?
- 4- Existe um mapeamento das famílias que recebem o PBF?
- 5- Quais as principais demandas apresentadas pelos beneficiários do PBF?
- 6- O PBF trouxe avanços para o município? Se sim, quais?
- 7- Como se dá a articulação da Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social com os outros setores que envolvem o PBF?
- 8- Existem ações específicas para inserção de mulheres atendidas pelo PBF no mercado de trabalho?
- 9- Quais as principais barreiras para a implementação e execução dessas ações?
- 10- O que mais dificulta a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho?
- 11- Há alguma coisa importante que, do seu ponto de vista, não foi abordada nesta entrevista?

ANEXO 5- Roteiro de Entrevista- Gestora do PBF na Secretaria Municipal de Educação

I - Dados de Identificação

- 1- Título do Projeto:** Programa Bolsa Família e mercado de trabalho para mulheres- um estudo exploratório no município de Alegrete/RS
- 2- Pesquisador Responsável:** Suyane Campos Perez
- 3- Nome do entrevistado:**
- 4- Função que exerce**
- 5- Data do contato:**
- 6- Forma do contato:**
- 7- Data da entrevista:**
- 8- Local da entrevista:**
- 9- Formação Profissional**
- 10- Tempo de atuação no cargo**

II - Roteiro da Entrevista – Questões a serem abordadas

- 1- Qual a sua experiência como gestora do PBF?
- 2- Quais as ações desenvolvidas na sua gestão?
- 3- Quais são as principais ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação em prol das famílias que recebem o PBF?
- 4- Quais as principais barreiras para a implementação e execução dessas ações?
- 5- Quais os principais desafios para inserção das mulheres atendidas no PBF no mercado de trabalho no município?
- 6- Existe um mapeamento das famílias que recebem o PBF?
- 7- Quais as principais demandas apresentadas pelos beneficiários do PBF?
- 8- O PBF trouxe avanços para o município? Se sim, quais?
- 9- Como se dá a articulação da Secretaria Municipal de Educação com os outros setores que envolvem o PBF?
- 10- Há alguma coisa importante que, do seu ponto de vista, não foi abordada nesta entrevista?

ANEXO 6- Roteiro de Entrevista- Gestora do PBF na Secretaria Municipal de Saúde.

I - Dados de Identificação

- 1- Título do Projeto:** Programa Bolsa Família e mercado de trabalho para mulheres- um estudo exploratório no município de Alegrete/RS
- 2- Pesquisador Responsável:** Suyane Campos Perez
- 3- Nome do entrevistado:**
- 4- Função que exerce**
- 5- Data do contato:**
- 6- Forma do contato:**
- 7- Data da entrevista:**
- 8- Local da entrevista:**
- 9- Formação Profissional**
- 10- Tempo de atuação no cargo**

II - Roteiro da Entrevista – Questões a serem abordadas

- 1- Qual a sua experiência como gestora do PBF?
- 2 - Quais as ações desenvolvidas na sua gestão?
- 3- Quais são as principais ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde em prol das famílias que recebem o PBF?
- 4- Quais as principais barreiras para a implementação e execução dessas ações?
- 5- Quais os principais desafios para inserção das mulheres atendidas no PBF no mercado de trabalho no município?
- 6- Existe um mapeamento das famílias que recebem o PBF?
- 7- Quais as principais demandas apresentadas pelos beneficiários do PBF?
- 8- O PBF trouxe avanços para o município? Se sim, quais?
- 9- Como se dá a articulação da Secretaria Municipal de Saúde com os outros setores que envolvem o PBF?
- 10 – Há alguma coisa importante que, do seu ponto de vista, não foi abordada nesta entrevista?

ANEXO 7- Roteiro de Entrevista – Mulheres.

I - Dados de Identificação

- 1- **Título do Projeto:** Programa Bolsa Família e mercado de trabalho para mulheres- um estudo exploratório no município de Alegrete/RS
- 2- **Pesquisador Responsável:** Suyane Campos Perez
- 3- **Nome do entrevistado**
- 4- **Data do contato:**
- 5- **Forma do contato:**
- 6- **Data da entrevista:**
- 7- **Local da entrevista:**
- 8- **Escolaridade**
- 9- **Tempo que recebe o Bolsa Família:**
- 10- **Cor:**

II - Roteiro da Entrevista – Questões a serem abordadas

- 1-Quais as pessoas que moram em seu domicílio?
- 2- Quais as atividades desenvolvidas em seu cotidiano?
- 3- Há alguém que exerce alguma atividade remunerada? Se sim, qual?
- 4- Quais são os serviços públicos (creches, serviços de saúde e dentre outros) acessados por você e sua família? Há algum tipo de serviço que você acessa através de ONGs, instituições religiosas, dentre outras?
- 5- Você conta com a ajuda de parentes, amigos ou vizinhos em seu cotidiano? Se sim, qual tipo de ajuda?
- 6- Como você utiliza o recurso do PBF?
- 7- Quais os principais benefícios que o PBF trouxe para você e para a sua família?
- 8- Existe alguma dificuldade para cumprir as condicionalidades propostas pelo PBF? Se sim, quais?
- 9- Você participa dos programas/ações complementares oferecidas pelo PBF? Se sim, quais?
- 10- Quais as dificuldades para a participação das ações/programas complementares?
- 11- Quais os benefícios que você identifica de estar participando das ações/programas complementares?
- 12- Após a realização dos cursos oferecidos pelas ações/programas complementares você consegue se inserir no mercado de trabalho?
- 13- Quais as principais dificuldades que você encontra de se inserir no mercado de trabalho?